

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Carla Ferreira

**Ideologia Bolivariana:
as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma
experiência de povo em armas na Venezuela.
O caso da Guerra Federal (1858-1863).**

Orientação: Cláudia Wasserman

Porto Alegre (RS-Brasil)

2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Ideologia Bolivariana:
as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma
experiência de povo em armas na Venezuela.
O caso da Guerra Federal (1858-1863).**

CARLA CECILIA CAMPOS FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora:
Prof^ª Dra. Claudia Wasserman**

**Porto Alegre
2006**

*"Sou de estirpe farrapa
da gente da velha herdade
que fez da caneta a lança
fez tinteiro da verdade
e do seu sangue fez a tinta
para escrever Liberdade.*

*Nunca pude fazer um rancho
nem comprar bombacha nova
a vida não me deu prova
para enfeitar a existência
Por casa tenho o chapéu
o galpão grande do céu
/ e o verde de minha querência.*

*E por nascer camponês
não aprendi nem a ler
sofrimento é meu viver
não conheço ilusão
Lavrei, plantei, domei potros
Construí riqueza aos outros
mas nunca fui mais que peão".*

Poesia "Farrapo", de Vitor Melo Ferreira

Este trabalho é dedicado a Vitor Melo Ferreira, homem de memória rigorosa e criativa, estética e romântica, que usou de sua capacidade de inventar para recompor uma tradição da qual pudesse orgulhar-se e legar a seus filhos.

Órfão aos oito anos e absolutamente só, Vitor foi buscar no mito do gaúcho guerreiro, no peão trabalhador, um projeto de vida e as forças para se transformar em um homem com dignidade invejável e depositário de valores morais rigorosos. Dessa maneira, criou sua própria história apropriando-se de uma memória que ele mesmo inventou.

Em sua homenagem dedico este trabalho que procura decifrar um pouco das possibilidades da ideologia que, através da memória, pode contribuir como fator de emancipação social, com minha gratidão pelas recordações de sua vida, fonte permanente de minhas inspirações.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da busca por responder as questões formuladas em torno deste trabalho, muitas pessoas e instituições, do Brasil e da Venezuela, cumpriram um papel fundamental para sua realização. Desde antes mesmo de o projeto ser aprovado na seleção do Mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Claudia Wasserman ofereceu-me seu estímulo e apoio. Ao longo de toda a pesquisa, sua compreensão com o meu processo de aprendizado e respeito às opções teóricas são testemunhos inequívocos de uma orientação ativa que respeita a autonomia do pesquisador/orientando sem, no entanto, entregar-se a omissões.

Devo agradecimentos especiais, também, aos professores Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, cujas sugestões e alertas formulados no “colóquio” de pré-qualificação da dissertação me permitiram atalhos muito valiosos em temas centrais do trabalho; e Helga Piccollo e Benito Schmidt, por haverem me apresentado a autores que me auxiliaram nas reflexões sobre a questão da memória.

Entre as instituições brasileiras das quais este trabalho é tributário estão o Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a CAPES e o CNPq, que financiaram a pesquisa no Brasil.

Este trabalho também não teria sido possível se não houvesse contado com uma rede de solidariedade de amigos, amigas e instituições venezuelanos. Entre tantos a mencionar, preciso agradecer firmemente os apoios do Prof. Dr. Samuel Moncada – hoje Ministro da Educação Superior da República Bolivariana da Venezuela e, à época da pesquisa documental, Diretor do Departamento de História da *Universidad Central de Venezuela* (UCV) –, quem me facilitou o acesso às bibliotecas daquela instituição; me apresentou aos colegas historiadores e

antropólogos especialistas em aspectos do tema dessa pesquisa e que, sobretudo, brindou-me com seu tempo em conversas agradáveis para esclarecer conteúdos bolivarianos fundamentais para o trabalho. Na UCV, agradeço também à generosidade de Luis Felipi Pellicer por me haver facilitado o acesso a dois trabalhos acadêmicos esgotados que foram decisivos para as reflexões da pesquisa.

Agradeço também à paciência prestativa do Prof. Dr. Manuel Carrero, Diretor do *Archivo General de la Nación*, quem abriu as portas de seu gabinete durante toda pesquisa de campo para uma verdadeira orientação sobre os caminhos e descaminhos dos arquivos venezuelanos; ao Prof. Dr. Reinaldo Rojas, quem gentilmente me orientou sobre a principal bibliografia a respeito do tema negros e escravos venezuelanos no século XIX e ofereceu seu apoio para futuras pesquisas em arquivos pessoais seus e de outros particulares sobre a Guerra Federal, no Estado Barinas.

Na *Biblioteca Nacional de Venezuela*, minha gratidão ao bibliotecário e historiador Roberto Rodríguez, estudioso da Guerra Federal e cujas conversas e orientações permitiram-me evitar muito trabalho vão; e a Orlando Soto, por me haver colocado em contato direto com os originais maravilhosos da *Sala de Libros Raros*.

No *Archivo Libertador* da *Sociedad Bolivariana de Venezuela* (SBV), agradeço à prestativa bibliotecária, cujo nome infelizmente não trouxe registrado em minhas notas, por haver se dedicado a encontrar para mim, enquanto eu otimizava o tempo percorrendo outros arquivos, os exemplares antigos da Revista da SBV; e por haver me facilitado a remontagem de duas coleções esgotadas, uma dos 27 tomos dos *Escritos del Libertador* e outra dos 8 tomos das *Cartas del Libertador*.

No *Bolivarium* de Caracas, situado em pavilhão anexo à Biblioteca Central da *Universidad Simón Bolívar*, meus agradecimentos a seu coordenador, Prof. Ézio Emilio, por

haver garantido o auxílio eficiente dos funcionários do arquivo para encontrar em tempo hábil os registros necessários em meio aos milhares de documentos bolivarianos ali catalogados.

Agradeço do fundo do meu coração a meus amigos Rubén, Tatiana, Oriana e Gabriel Arcos, minha família colombiano-venezuelana, que me acolheu em seu apartamento em Caracas durante quase todo o mês de julho de 2004, durante o trabalho de campo, apoiando-me inclusive materialmente, carregando escada acima e abaixo os 70 quilos de livros e documentos que coletei para trazer ao Brasil, e criando um ambiente propício à pesquisa e ao meu conforto bem nos braços de seu lar. A Hector agradeço por ter mantido consigo o seu retrato de Bolívar e por ter zelado por minha segurança, sendo eu uma estranha à comunidade de Sarria.

Entre os amigos bolivarianos, meu muito obrigada a Rafael Vargas, Moisés Durán, Carmen de Lourdes Vargas, Blanca Éeckout, Gonzalo Pereira, Roland Denis, Edgar Pérez, Bárbara Salazar e Eliane, Maximilian Arvelaiz, ao belga-bolivariano Thierry Deronne e a família de Mariangela Romero, Gilberto Giménez, José Antonio, Jesús e Cecília Giménez. Ao Presidente Hugo Rafael Chávez Frías minha gratidão pela inspiração.

Não posso deixar de agradecer a Bernard Cassen e Ignacio Ramonet, colegas jornalistas, que criaram a oportunidade para que eu conhecesse a realidade venezuelana, através de um convite para observar o comportamento dos meios de comunicação venezuelanos após o golpe de Estado de abril de 2002, como colaboradora do *Global Media Watch*.

Finalmente, agradeço a meu companheiro Mathias Seibel Luce, cujo estímulo para iniciar esta pesquisa foi decisivo. Mathias, parceiro incondicional, generosamente dedicou caras horas de seus últimos dois anos a prestar-me seu apoio crítico; a Dona Cecília Duarte Campos Ferreira, mãe adorada e incentivadora de toda a vida, pelo apoio afetivo, moral e material sem a qual nada disso teria sido possível. Dona Cecília financiou parte dos recursos da viagem para a Venezuela e nos abrigou em sua casa durante quase todo o tempo da pesquisa da dissertação, nos

desobrigando desse modo das despesas de aluguel que a bolsa não conseguiria cobrir; a Teresa Maldonado, ama uruguaia, por seu carinho e por manter a casa em ordem, os horários da mesa e por cobrir de atenções a crescida família de mascotes que cultivamos, suprimindo um pouco a minha ausência, enquanto eu me concentrava nas pilhas de papéis. Os eventuais méritos desse trabalho eu devo a todas estas pessoas e instituições que colaboraram para a realização da pesquisa. As lacunas e equívocos que porventura o trabalho possa conter devem sem dúvida alguma ser atribuídos exclusivamente a mim.

ABSTRACT

This research analyzes the Bolivarian historical ideology since the Simon Bolívar death in 1830 until the end of the 20th Century, focusing on the development of what we shall call social consciousness practices in an experience of popular armed confrontation: The Venezuela's Federal War of 1858-1863. Our aim was to understand and evaluate the potentialities of the historical memory as a social and emancipatory mobilization practice. In order to conduct the research and guided by the available documents and other historical sources, we did characterized "bolivarianism" as a revolutionary-romantic ideology, with a special and contradictory unity between revolution and conciliation. The research has revealed that Bolivar's project of creating Gran Colombia was a relevant part of the Federal War political proposal. Bolivarianism was also a general ideological reference to important individuals during the Federal War. Finally, the study brought new evidence and insight regarding the nexus between historical memory and ideology as an activity of remembrance in an operative present, which helps to explain how the past is selected through conflicting projects of future.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
NOTAS SOBRE AS FONTES	17
1 BOLÍVAR, BOLIVARIANISMOS E ANTI-BOLIVARIANISMOS	28
1.1 BOLÍVAR E SEU TEMPO.....	28
1.2 A IMPORTÂNCIA DE BOLÍVAR NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO VENEZUELANA	30
1.3 O DOCUMENTO-MONUMENTO DO <i>ARCHIVO LIBERTADOR</i>	33
1.4 1.4 A SÍNTESE HOMEM-PENSAMENTO-AÇÃO E OS "TRAÇOS BOLIVARIANOS"	34
1.5 BOLÍVAR, SIMÓN RODRÍGUEZ E O "ROUSSEANISMO"	37
1.6 O "ROUSSEANISMO" COMO PONTO DE CONTATO ENTRE O BOLIVARIANISMO E O JACOBINISMO	39
1.7 A CONSTRUÇÃO DE BOLÍVAR COMO HERÓI NACIONAL PELA HISTORIOGRAFIA	40
1.8 A VERTENTE PRÓ-BOLIVARIANA DA HISTORIOGRAFIA	41
1.9 A VERTENTE HISTORIOGRÁFICA "ANTI-BOLIVARIANA"	43
1.10 A VISÃO DE MARX E DOS HISTORIADORES MARXISTAS SOBRE BOLÍVAR.....	46
1.11 A ABRANGÊNCIA DAS CONSTRUÇÕES IDEOLÓGICAS SOBRE BOLÍVAR.....	49
1.12 O CULTO A BOLÍVAR.....	53
1.13 IDEOLOGIA BOLIVARIANA E MEMÓRIA HISTÓRICA.....	54
2 A GUERRA FEDERAL	65
2.1 UNIDADE OLIGÁRQUICA PÓS-INDEPENDÊNCIA	66
2.2 AS REBELIÕES DE ESCRAVOS NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	70
2.3 O PARTIDO LIBERAL E A INSURREIÇÃO CAMPONESA DE 1846.....	74
2.4 A RUPTURA INTRA-OLIGÁRQUICA APÓS AS ELEIÇÕES DE 1846.....	80
2.5 A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DE ZAMORA	83
2.6 OS ANOS DA GUERRA FEDERAL (1858-1863).....	86

3	BOLÍVAR E A GUERRA FEDERAL.....	95
3.1	SOBRE O UNITARISMO E O FEDERALISMO	95
3.2	<i>EMÍLIO</i> NA AMÉRICA.....	102
3.3	BOLÍVAR PARA LIBERAIS E CONSERVADORES	105
3.4	BOLÍVAR E A GUERRA FEDERAL.....	113
3.4.1	Liberais e Federais	114
3.4.2	Proto-bolivarianismo nos combates da guerra federal	117
3.4.2.1	Patriotismo bolivariano	118
3.4.2.2	Estilo romântico	122
3.4.3	Recurso de interlocução com ex-escravos.....	129
3.4.4	Restaurar [Gran] Colombia	134
4	IDEOLOGIA BOLIVARIANA E ESTADO NACIONAL	145
4.1	BOLÍVAR <i>PARA EL PUEBLO</i>	146
4.2	BOLÍVAR COMO SÍNTESE IMPERFEITA ENTRE HERÓI E REVOLUCIONÁRIO	152
4.3	BOLÍVAR DE TODOS OS GOVERNOS	153
4.4	BOLÍVAR COMO PAI DA PÁTRIA	160
4.5	UM PARTIDO PARTILHANDO O <i>PANTHEÓN NACIONAL</i>	164
	CONCLUSÃO	169
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta, de uma parte, do contato com a cultura política venezuelana, em diversas viagens à Venezuela, a partir de maio de 2002; e, de outra, da preocupação em colaborar com a construção de um projeto de sociedade que seja capaz de dissolver o antagonismo estrutural e inconciliável entre capital e trabalho, entre proprietários e não-proprietários, homens e mulheres, com base em princípios anti-hierárquicos de igualdade substantiva, dignidade humana, amplas liberdades e diversidade étnica e cultural. É nesse sentido que nos propomos a fazer uma reflexão sobre o comportamento de ideologias que se organizam em torno do resgate de memória do passado em processos de mobilização social e radical de massas.

Nos últimos anos, vimos emergir uma série de rebeliões populares, sendo algumas das mais significativas delas fortemente ancoradas no resgate de memória, com destaque para as experiências do movimento zapatista mexicano, dos indígenas da região andina e do *alto* boliviano e do movimento bolivariano venezuelano.

No que se refere à mencionada cultura política venezuelana, cabe ressaltar, entre outros aspectos, a surpresa que foi para nós constatar a intensidade com que um grande contingente de pessoas do povo entregava-se a um amplo e radicalizado processo de mobilização política associado a uma memória histórica: as lembranças dos feitos e do pensamento do “Libertador”, Simón Bolívar. A aparência desse fenômeno sugeria a imagem de cada venezuelano convertido em um “Bolívar”, em um exército de cavaleiros a pé, ditando proclamas, organizando suas estratégias de resistência, preparando-se para uma luta até a morte, tamanha a efervescência política de Caracas.

O mais interessante era que, ao mesmo tempo, aqueles homens e mulheres mestiços, pobres em acachapante maioria, traziam consigo um romantismo nas atitudes que, por um daqueles recursos de memória que nos ajudou a perceber Marcel Proust¹, recordava-nos a essência do clássico de Cervantes, Dom Quixote. A “loucura” do Cavaleiro da Triste Figura em lutar contra toda uma ordem estabelecida e apesar de um cenário internacional extremamente adverso, sob um regime internacional unipolar e em uma rota de confronto com o império da ocasião. Era a alegria melancólica daqueles indivíduos em massa, com suas práticas que pareciam fundadas em um tipo diferente de honra – caracterizada não só pela fidelidade, mas pela convicção com que afirmavam poder arriscar suas vidas sem descanso, pelo exercício da virtude e pela glória da Liberdade – que nos remetiam ao personagem de Cervantes.

Apropriada de um modo muito particular e diverso daquela honra em torno da qual se organizava o estamento e se garantia a hierarquização da sociedade colonial, esta honra venezuelana da atualidade era radicalmente igualitária e vinculava-se a uma noção precisa de soberania, associada, de diversas maneiras, à memória construída sobre o “herói nacional”, Simón Bolívar.

A opção por estudar o comportamento dessa ideologia bolivariana em um processo histórico específico consolidou-se, portanto, a partir do momento em que constatamos que as recordações sobre Bolívar apoiavam, mesmo que de maneira difusa, o maior processo de mobilização radical de massas que já havíamos testemunhado².

¹ Marcel Proust (1871-1922), no seu livro *Em Busca do Tempo Perdido*, buscou revelar as relações entre os sentidos e a experiência, a memória enterrada que, surpreendentemente, se libera frente a um acontecimento cotidiano; a beleza da vida escondida pelo hábito e pela rotina. Em sua “filosofia do tempo”, Proust tratou o tempo como destruidor e positivo, somente apreensível graças à memória intuitiva. Cf. PROUST, 2001.

² Seguimos a noção de mobilização radical de massas apresentada por MÉSZÁROS (2002), aplicada aqui à análise da organização e da reunião de grandes concentrações populacionais motivadas por um projeto de transformação estrutural da sociedade explicitamente anunciado.

Em um dos episódios que pudemos presenciar, eram cerca de 1 milhão e meio de pessoas concentradas ao longo de alguns quilômetros da Av. Bolívar, em Caracas, trazendo sua constituição “bolivariana” erguida nas mãos e boinas vermelhas “bolivarianas” na cabeça. Tais concentrações humanas haviam se tornado freqüentes na história recente do país, acontecendo em média a cada 60 dias, em Caracas, nos últimos anos. Naquela ocasião, os manifestantes – convocados pelo Presidente Hugo Rafael Chávez Frías, quem sofrera um golpe de Estado em abril daquele mesmo ano (2002)³, somente revertido por uma mobilização popular e militar sem precedentes na história – organizavam uma festa popular, animada por música caribenha, salsa e música *llanera*⁴.

Era a primeira vez que o presidente aparecia em meio à multidão desde abril, tamanha a rigidez das medidas de segurança adotadas desde então para protegê-lo das tentativas de magnicídio. O ambiente na Av. Bolívar, com suas oito pistas repletas de gente, era eletrizante. Dezenas de jornais alternativos eram vendidos, grupos de *rap* aqui e acolá apresentavam-se no centro de pequenos círculos de pessoas e podia-se comprar *arepas* para matar a fome que crescia com o passar das horas⁵. A concentração começara no final da manhã e se estenderia até a madrugada do dia seguinte. Entre uma canção e outra, alternavam-se para falar personalidades políticas e culturais do país. Ao fundo, uma canção de Ali Primera, gravada em 1981, parecia traduzir todo o espetáculo que jamais esqueceríamos, dizendo assim:

³ Para mais informações sobre os fatos em torno do Golpe de Estado de 2002, na Venezuela, ver MARINGONI (2004). Um panorama mais amplo do processo histórico venezuelano nos anos 1990 pode ser obtido em GOTT (2000) e uma abordagem mais estratégica sobre as contradições do processo revolucionário venezuelano, segundo seu líder, o Presidente Hugo Rafael Chávez Frías, em HARNECKER (2002).

⁴ A música *llanera* é um estilo regional desenvolvido nas planícies venezuelanas, região de pecuária e agricultura do centro-sul do país.

⁵ A *arepa* é uma comida típica venezuelana similar a um sanduíche com recheios opcionais de carne, legumes, frutas e, especialmente, diversos tipos de queijo e cujo pão é assado na hora e preparado à base de água e uma farinha especial de milho muito fina, sem fermento.

*El pueblo es sabio y paciente
es el decir de los viejos
que al cantar del guacharaca
sabe calcular el tiempo*

*Dicen que viene la hora
mirá para ponernos contentos
se fue Bolívar ayer
pero hoy viene de regreso*

Vamonos p'a allá
vamos a su encuentro..(bis).

*Dicen que Bolívar trae
furia y coraje por dentro
al ver que nos han quitado
lo que él dejó siendo nuestro*

*Dicen que viene caliente
con nuestro comportamiento
al dejar caer su espada
y también su pensamiento*

Vamonos p'a allá
vamos a su encuentro..(bis)

*Si Jesucristo sacó
los mercaderes del templo
Bolívar también volvió
a liberar a su pueblo*

Vamonos p'a allá
vamos a su encuentro... (bis)

*Dicen que viene a caballo
pero trae en la gualdrapa
un arsenal de cariño
para sembrar en la Patria*

*La Patria es una mujer
y él regresó para amarla
contra los que se desvelan
tan solo por disfrutarla
y en vez de darle caricias
lo que hacen es manosearla*

ALI PRIMERA, *Canção Sangueo para el
Regreso* (1981).

Um fenômeno social de tal envergadura não poderia passar despercebido. Sobretudo sem que nos questionássemos sobre como haveria sobrevivido no tempo esta relação visivelmente afetiva com este personagem histórico, Simón Bolívar. Diante desse fenômeno de mobilização social em larga escala, associado a uma cultura política muito específica, passamos a buscar elementos que nos ajudassem a compreender as origens desta relação do povo venezuelano com a figura de Bolívar. Examinamos o folclore e, entre suas manifestações, aquela que está entre as mais disseminadas pela universalidade de sua linguagem: a música.

As cantigas populares ou folclóricas denominadas *coplas*, *décimas* y *corridos* são repletas de referências ao “Libertador”⁶. Nelas, Bolívar aparece como “el jefe que nos conviene, porque es un joven y tiene experiencia y precaución”, ou como “paladín que es preciso

recrearse”, “aquél de la Guerra a Muerte [Guerra até a Morte]”, que “pereció en la acción fatal, este héroe derrocado, siendo así inmortalizado al grito de libertad”. Figura também como aquele que “se decepciona [...], pero en cambio no se humilla” (SUBERNO, S/d, apud RAMÓN Y RIVERA, *op. cit.*, p.24). E há canções dedicadas exclusivamente ao líder independentista. Em uma delas, o refrão diz assim: “Gracias a la providencia / damos los venezolanos / que nos dio este ser humano / para nuestra independencia” (Id., p.35); em outra ainda: “si el Libertador viniera / a este mundo idealista / viera por su propia vista / las ruinas de Venezuela” (Id., p.36).

Com efeito, Bolívar parecia estar em toda parte, era um interlocutor permanente daqueles trovadores, e sua presença era sentida como a de um guardião atento e severo, nessa relação social de referência constante e positiva ao “herói” nacional que chamaremos, no âmbito desse trabalho, de forma genérica e adjetiva: bolivarianismo.

Mas prosseguindo o relato de nossa aproximação com o tema, é mister colocar que também constatamos que a figura de Bolívar havia sido apropriada de forma muito insistente pelo discurso político institucional. Exemplo paradigmático disso são as inúmeras menções diretas ao “Libertador” no discurso dos presidentes venezuelanos no percurso da história do país. É patente, e um tanto surpreendente, mas as referências a Bolívar não escolhem partido político. Praticamente a totalidade dos sujeitos sociais envolvidos em disputas de poder na Venezuela utilizou o legado do “Libertador” para legitimar ações no presente. O discurso político-institucional, proferido a partir do Estado, especialmente e de forma mais consistente depois dos anos 1870, foi praticamente unânime nesse ponto⁷.

⁶ *Coplas, décimas y corridos* são três métricas muito disseminados na música popular venezuelana e que se encontram em canções folclóricas recolhidas por etnógrafos como RAMÓN Y RIVERA (1982).

⁷ Esse fator histórico não deve ser negligenciado em uma análise da ideologia bolivariana. Por isso, no intuito de problematizar os limites dessa ideologia para finalidades libertárias em processos da atualidade, dedicaremos um capítulo especificamente à análise de como foi propalada a ideologia bolivariana a partir das instituições do Estado.

Tendo essas considerações por pano de fundo, lançamo-nos à pergunta sobre se a ideologia bolivariana estaria historicamente articulada com processos de mobilização radical de massas de caráter igualitário na Venezuela e se poderia sua persistência no tempo ser acompanhada de uma particular periculosidade em relação à manutenção da ordem vigente. Certamente isso implicaria, ao menos em certos momentos históricos, um questionamento do próprio Estado. Dito de outra forma, encarnaria a ideologia bolivariana uma transcendência ao próprio personagem que a inspirou, podendo, inclusive, impulsionar ações subversivas contra o próprio Estado do qual Bolívar foi um dos principais fundadores? Ou seja, seria possível que a chamada ideologia bolivariana guardasse, depois de cento e setenta anos da morte de Bolívar, algum potencial transformador radical e inclusive transgressor em relação a seus próprios conteúdos e enunciados fundadores, assim como foi o seu inspirador em seu próprio tempo?

Tendo estas questões como horizonte de pesquisa, optamos pela definição de ideologia oferecida por Mészáros, para nos aproximarmos da construção de uma resposta rigorosa às perguntas formuladas. Assim, quando nos referirmos à ideologia, estaremos designando um processo de consciência social que

"não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência deve-se ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independentes), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social" (MÉSZÁROS, 2004, p. 65).

Nessa perspectiva, o conceito de ideologia tomado nesse trabalho não se define através de uma acepção científico-gnoseológica, verificável segundo critérios de conhecimento

da verdade e, por oposição, portadora de um significado atribuído de "falsa consciência". A ideologia consiste em nossa pesquisa em uma forma de consciência social que se fundamenta por sua função ontológico prática, como instrumento através do qual os homens e as classes se engajam nas lutas sociais (WEISSMAN, 1989)⁸.

Assim, a partir das questões acima formuladas e de uma análise inicial do processo histórico venezuelano, elegemos o período da Guerra Federal (1858-1863) para o estudo do comportamento da ideologia bolivariana. O interesse pela Guerra Federal surgiu precisamente do fato de que foi o mais importante conflito armado da Venezuela pós-independência, envolvendo marcadamente as classes subalternas na luta direta, com armas nas mãos, e no qual apareceram outros aspectos ideológicos que não a onipresente retórica bolivariana — ao menos segundo toda a bibliografia consultada previamente ao início dessa pesquisa.

Ao fazer essa escolha, nosso objetivo foi identificar justamente os limites da ideologia bolivariana e seu comportamento em um conflito armado envolvendo classes antagônicas. Por trás desse objetivo estava o questionamento de por que, justamente quando se verificou um conflito de classes na história venezuelana, a ideologia bolivariana, ao menos aparentemente, não fora reivindicada.

É possível que essa ideologia inspire um dos processos mais significativos de mobilização social de caráter igualitário na atualidade, embora o processo dependa, em última instância, de fatores cujas determinações são também extra-ideológicas. Mas, retornando à

⁸ WEISSMAN em seu artigo *A ideologia e sua determinação ontológica* auxilia-nos a compreender o caráter funcional da ideologia na luta de classes oferecendo-nos um exemplo ilustrativo, retirado de Lukács: " 'A astronomia heliocêntrica ou a doutrina evolucionista no campo da vida orgânica são teorias científicas, deixando de lado sua correção ou falsidade, e nem por isso enquanto tais nem o repúdio ou acolhimento delas constituem em si ideologias. Somente quando, com Galileu e Darwin em seus confrontos, as tomadas de posição devieram instrumentos de luta dos conflitos sociais, elas - em tal contexto - operaram como ideologias'. Desse modo, um pensamento qualquer, certo ou errado, não importa, só se torna ideologia quando vem a desempenhar uma precisa função social. Ou seja, 'exatamente ser ideologia não é uma qualidade social fixa deste ou daquele produto espiritual, mas ao invés, por sua natureza ontológica é uma função social, não uma espécie de ser'" (WEISSMAN, 1989, p. 420).

definição de nosso problema de pesquisa, o que pretendemos identificar com esse estudo, em primeiro lugar, é a presença ou não da ideologia bolivariana como elemento integrante da Guerra Federal. E, em caso positivo, apontando que conteúdo e ensejando quais tipos de ação⁹.

Com isso, se Simón Bolívar inspira uma ideologia que produz uma ação mobilizadora importante na Venezuela contemporânea, esse tema merece, sem dúvida, nossa atenção. Se este é um fenômeno recente ou mais permanente da cultura política do país, esperamos que este trabalho possa nos responder. Mas, ao problematizarmos esta simples questão, outras afirmativas talvez possam ser dela deduzidas. Entre elas talvez a possibilidade de estarmos diante de uma experiência ideológica que nos ofereça elementos para refletir sobre conteúdos e processos formais capazes de alimentar uma luta social concreta em torno de um projeto substantivamente igualitário e libertário.

Nesse sentido, organizamos a exposição dessa investigação em quatro capítulos, antecidos de um comentário sobre as fontes utilizadas para a realização desse trabalho, dada a monumentalidade dos arquivos referentes a Simón Bolívar. Logo a seguir, no primeiro capítulo, dedicamo-nos a analisar a historiografia sobre Simón Bolívar. Para isso, inicialmente estudamos a biografia histórica, que é o gênero predominante sobre o tema, a partir da seleção de algumas das mais representativas construções historiográficas pró e anti-bolivarianas. Complementarmente, apresentamos uma leitura crítica de alguns dos principais autores venezuelanos que se dedicaram ao estudo do conjunto do ideário de Simón Bolívar, bem como aqueles que analisaram as apropriações da figura de Bolívar pelo discurso político institucional. Nossa intenção foi não somente revisar o que já se havia produzido sobre o tema, mas especialmente tornar-nos capazes de identificar indícios de bolivarianismo mesmo em

⁹ Apenas a título de esclarecimento, não identificamos nenhum trabalho na historiografia venezuelana que vincule as aspirações de Bolívar, seu ideário ou seu exemplo, ao processo da Guerra Federal. Assim, de fato, ao iniciarmos essa

manifestações, expressões ou atitudes que aparentemente se afastavam dessa referência ou que não aparecessem como sua tributária imediatamente à vista, embora possam estar impregnadas dessa memória bolivariana. Buscamos também, na medida do possível, construir nossa própria compreensão sobre o bolivarianismo e, nesse sentido, valorizamos a nossa percepção sobre a relevância da influência de seu tutor, Simón Rodríguez, e da interpretação de Rousseau feita por este, sobre a formação ideológica do "Libertador". Ainda nesse capítulo, fizemos algumas considerações sobre a historiografia sobre a Guerra Federal. Finalmente, apresentamos as articulações entre a noção de memória e o conceito de ideologia.

No segundo capítulo, analisamos a experiência da Guerra Federal (1858-1863), começando por seus antecedentes históricos desde o fim da Guerra de Independência, cuja extensão se define normalmente a partir de 1810, tendo como uma das referências para sua conclusão a Batalha de Carabobo, que teve lugar em 24 de julho de 1821. Destacamos nesse capítulo as rebeliões de escravos pós-independência, as duas revoluções camponesas, de 1846 e 1848, e a formação ideológica do principal líder militar da Guerra Federal, Ezequiel Zamora. Finalmente, buscamos caracterizar essa guerra e avaliar suas conseqüências políticas mais gerais.

No terceiro capítulo, dedicamo-nos a análise das fontes da Guerra Federal e à interpretação dos indícios bolivarianos nelas contidos. Preliminarmente, analisamos especificamente o ideário bolivariano referente ao federalismo e, imediatamente, as aproximações entre o bolivarianismo e aspectos do federalismo. Nesse item, destacamos a influência do jacobinismo sobre as duas correntes a orientar a ação federalista. Por um lado, sobre o socialismo utópico francês e, por outro, sobre o bolivarianismo. Apresentamos, nesse contexto, as apropriações ideológicas da figura de Bolívar por ambos os setores em conflito e, finalmente,

pesquisa, não tínhamos nenhuma garantia de que Bolívar fosse sequer referido pelos atores do processo analisado.

analisamos os indícios bolivarianos nos documentos inéditos da Guerra Federal como as *hojas sueltas*, bem como o diário do oficial da *Federacion Emilio Navarro*¹⁰.

Finalmente, no quarto capítulo, apresentamos uma visão panorâmica sobre as apropriações da figura de Bolívar ou da *ideologia bolivariana* por parte do discurso político-institucional, particularmente na voz dos Presidentes da República venezuelanos, desde 1870 até os dias de hoje. Com isso, tivemos o objetivo de problematizar, em uma perspectiva histórica mais ampla, as potencialidades libertárias dessa ideologia em particular, bem como seus limites do ponto de vista do interesse das classes subalternas.

¹⁰ Ver notas sobre as fontes.

NOTA SOBRE AS FONTES

A ideologia bolivariana construída ao longo do tempo conta com um traço comum em todas as suas apropriações. Na quase totalidade das fontes estudadas, há o esforço de salientar, ocultar, atribuir significados novos e diversos a aspectos da biografia de Simón Bolívar. Assim, em quase todos os registros encontrados, sejam eles escritos, orais, visuais ou monumentais encontramos presente essa tensão em torno do significado da vida de Bolívar.

Nesse esforço para caracterizar a ideologia bolivariana, nos deparamos com uma quantidade monumental de fontes. A magnitude desses arquivos nos impôs uma série de opções que são, sem dúvida, restritivas. Por outro lado, a partir de uma seleção criteriosa, foi possível uma abordagem bastante ampla e representativa dessas diferentes apropriações, o que não somente torna possível como contribui para os objetivos dessa pesquisa. Dessa maneira, as referências à biografia de Bolívar são tomadas nesse trabalho, menos como fontes diretas, mas efetivamente como panorama para análise da ideologia bolivariana.

Em um primeiro conjunto de fontes, optamos por privilegiar três tipos de documentos. Inicialmente, a análise da biografia histórica, a fim de compor uma reflexão mais ampla sobre as disputas internas à ideologia bolivariana ao longo do tempo, confrontando-a com o período em questão. Essa escolha deve-se não somente às extensas possibilidades narrativas e de exploração de conteúdos que a biografia histórica permite exercitar, configurando-se em um gênero que exerce grande influência sobre os demais. Mas, também, porque a biografia histórica foi a forma predominante que tomaram os escritos e estudos históricos sobre o período da independência e sobre Bolívar, em particular na historiografia venezuelana. Tais características conferiram à biografia histórica uma incalculável influência

sobre a cultura erudita e popular, resultando no motor principal a influenciar outros processos de construção ideológica.

Cabe salientar, que a biografia histórica está construída sobre o volume de documentos considerados fontes primárias sobre Bolívar, composta em primeiro plano por parte significativa do monumental "Archivo Libertador". Esse verdadeiro monumento documental em permanente elaboração é constituído de um núcleo de memória registrada principalmente pelo próprio Bolívar, com seus escritos, e também por diversos partícipes mais ou menos diretos do processo de independência, contemporâneos do "Libertador", que se dedicaram a contar períodos da vida do principal personagem daqueles anos de guerra. Os registros escritos são compostos de memórias pessoais, ou relatos de conversas com o próprio Bolívar segundo as quais ele conta a estes narradores fatos de sua vida¹¹.

Entre os registros de maior importância achados no Archivo, não por seu volume considerável que atinge 32 tomos, mas pela relevância histórica dos documentos que reúne, destaca-se a organizada pelo General Daniel Florêncio O'Leary. Amigo de confiança que acompanhou Bolívar muito proximamente durante anos nas campanhas militares que tiveram lugar nos territórios da Venezuela, Nova Granada, Quito e Peru, O'Leary foi incansável no arquivamento e organização dos documentos da época. Suas *Memórias del General Daniel Florencio O'Leary* são compostas por dois tomos contendo uma narração considerada por alguns autores a biografia mais fiel e expressiva de Bolívar¹²; um outro volume com relatos históricos, mais vinte e seis tomos de correspondências e documentos e outros três de cartas de

¹¹ Esses são os casos precisos dos *Diários de Bucaramanga*, de Luis Perú de Lacroix e dos diários de Ker Porter, escritos sob o título *Sr. Robert Ker Porter' Caracas Diary, 1825-1842. A British Diplomat in newborn Nation*. Caracas: Edición de Walter Dupouy, 1966.

¹² Infelizmente não esteve ao nosso alcance a leitura dessa biografia, pois a obra de O'Leary, esgotada, não é vendida em tomos separados. Foi feita uma solicitação por escrito para que o governo da Venezuela possibilite uma doação dessa obra de seus arquivos para a Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porém, tal doação não havia se efetivado antes da conclusão desse trabalho.

Bolívar. Este trabalho, mandado publicar a partir de 1874 pelo Presidente Antonio Guzmán Blanco, é considerado por muitos autores a "mais vasta e valiosa colección documental relativa a la época de la independencia que se haya publicado en la America hispanica" (MENDOZA, Cristóbal. Presentación. *In*: ESCRITOS DEL LIBERTADOR, Tomo 1, p. 21).

Parte significativa dos documentos publicados nas *Memórias de O'Leary* advém dos documentos particulares de Bolívar que não foram queimados como ordenava seu testamento. A estes documentos o General agregou os arquivos pessoais que lhes foram doados pelos contemporâneos de Bolívar e seus testamentários: Carlos Soublette, Bartolomé Salom, Rafael Urdaneta, Mariano Montilla, e pelo Coronel Wilson, entre outros¹³. Na partilha dos arquivos de Bolívar, O'Leary ficou com a parte mais volumosa dos documentos, com textos do período compreendido entre 1819 e 1830, sendo que o restante foi dividido em duas outras partes, permanecendo uma aos cuidados de Briceño Méndez e outra com Juan de Francisco Martín, ambos amigos de Bolívar em vida. Atualmente, todas as três partes do arquivo pessoal de Bolívar estão reunidas, juntamente com incontáveis outros documentos que lhes foram somados ao longo dos anos, no "Archivo Libertador".

Cabe assinalar que a parte de documentos que ficou sob os cuidados de Briceño Méndez foi repassada posteriormente a Ramón y Azpurúa, comemorado compilador venezuelano, quem a organizou pela primeira vez em 22 volumes sob o título de *Documentos Relativos a la Vida Pública del Libertador*, publicados após a morte de Azpurúa pelo clérigo adepto do emancipacionismo e bolivariano fervoroso Padre José Félix Blanco¹⁴.

¹³ Especula-se, baseado em informações ministradas por Ker Porter em seu diário, que Bolívar vinha ditando ao Coronel Wilson sua autobiografia. Porter menciona que, segundo Wilson, a autobiografia de Bolívar já chegava a narrar, naquele ano de 1827, a Batalha de Carabobo. Em fevereiro de 1828, o próprio Bolívar escrevia a Fernández Madrid que sua caneta lhe faria justiça "cuando continúe lo que há comenzado ya" (BOLIVAR, ESCRITOS DEL LIBERTADOR, Tomo 1, p. 11).

¹⁴ O presbítero José Félix Blanco reaparecerá na cena da Guerra Federal como um dos fatores da ruptura intra-oligárquica que ocorre na gestão do Presidente José Tadeu Monagas.

A construção do monumento "Archivo Libertador" converteu-se em uma tradição compilatória que produziu uma verdadeira odisséia. Especialmente porque, até serem reunidos, os conjuntos de documentos de Simón Bolívar, que conformam o núcleo do *Archivo*, percorreram um tortuoso caminho, que inclui sua passagem por diversas mãos e locais. Parte destes papéis estiveram sob os cuidados de Manuela Sáenz, companheira de Bolívar, e foram defendidos por ela em uma tentativa de embargo quando este se ausentou de Bogotá. Após a morte do líder emancipacionista, os documentos encontravam-se na Jamaica quando Juan Bautista Pavageau, com a concordância do amigo mais próximo do recém falecido, Daniel O'Leary, salva-os da incineração ordenada pelo próprio Simón Bolívar em seu testamento. Outra parte do "Archivo", composta por 2.722 cartas de Bolívar coletadas ao longo de anos, até 1863, naufragou com Felipe Lazzarrabal no navio que o levava a Paris, em 1873. Enfim, a tradição foi alimentada por essas histórias e por inúmeros outros historiadores até os dias de hoje.

Ao lado do esforço monumental do "Archivo", outros autores publicavam trabalhos históricos sobre o período da independência e também memórias e biografias de partícipes daquele processo que agregavam mais e mais informações sobre a vida de Bolívar e contribuía com uma outra ordem de documentos relacionados menos diretamente a ele.

Diante do volume abrumador desses textos, optamos por realizar dois procedimentos. Em primeiro lugar, destinar uma função relativamente reduzida para o "Archivo Libertador" no âmbito desse trabalho, pela absoluta impossibilidade de se realizar uma análise minimamente criteriosa de seu conteúdo dentro dos limites de nossa investigação. Cabe esclarecer que essa opção não se deve a qualquer preconceito com as chamadas fontes oficiais ou que gozam da sacralidade do poder.

É certo que consideramos atual a crítica efetuada às leituras ingênuas dos textos ditos "oficiais", assim como vigente sua ampliação pela percepção ainda mais profunda de que existe uma língua monumental que se distingue da língua documental pela "elevação e verticalidade" que seu uso pelo poder lhe propicia (LE GOFF, 1990, pg. 545-6). Compartilhamos, também, da formulação sobre o silêncio das fontes como indícios de seu caráter transgressor (FOUCAULT, 1995, p) - apesar de, no seu conjunto, essa abordagem padecer de um pessimismo fragmentário e da negação da realidade concreta como momento predominante (*übergreifendes moment*) (MÉSZÁROS, 2002) em relação à linguagem nas relações sociais do qual não somos tributários. De qualquer maneira, consideramos relevante o questionamento sobre tudo aquilo que as fontes também não dizem, na maior parte das vezes porque não lhes é permitido falar, justamente pelo questionamento ao poder que encerram.

Vejamos, então, o caso específico dos arquivos de Bolívar. Eles são produzidos durante um período histórico de transição na América do Sul, nos quais, portanto, o controle do poder político e econômico encontra-se bastante dividido e em processo de transformação. Uma parte significativa desses textos são escritos em campos de batalha e carregados sobre animais de carga. Alguns desses papéis acompanharam Bolívar até sua morte. A maior parte deles foi destinada à incineração por Bolívar em seu testamento ou mesmo antes perseguida por seus inimigos. Finalmente, foram salvos por amigos que decidem preservá-los e torná-los públicos contra a vontade última de Bolívar. Com o tempo, e nossa pesquisa deverá apresentar algumas informações sobre esse processo, transformam-se em um monumento sacralizado pela História nacional.

Podemos arriscar afirmar que a trajetória dos *papeles* de Bolívar sintetizam as mesmas contradições do personagem que serviu de eixo para sua reunião e preservação. Por um lado, Bolívar é o líder guerreiro que se opõe a toda uma ordem e que morre pobre e

isolado, enterrado modestamente em uma cidade provinciana, pelas contingências da reação, tendo, portanto, seu papéis perseguidos e ameaçados pelo silêncio eterno das fontes, por seu caráter transgressor. Por outro lado, ele é o chefe de um poder que se constitui, ditador do Perú, dirigente enérgico contra qualquer um que se lhe opusesse - motivando o resgate de seus papéis pelas instituições do Estado venezuelano e a sacralização dos mesmos como monumento.

Como resultado dessas complexas relações entre as contradições e a riqueza do "Archivo Libertador" e, diante das limitadas dimensões desse trabalho, nos impõe, por conseguinte, a decisão de utilizá-lo exclusivamente quando for necessário confrontar aspectos relevantes da memória biográfica para os fins dessa investigação. Neste caso, optamos por fazer uso da última edição disponível dos *Escritos del Libertador*, datada de 1963: um conjunto de 27 tomos que reúne - não de forma exaustiva, mas sistemática, cronológica e comentada - cerca de 10.000 documentos considerados entre os mais importantes do "Archivo" até fevereiro de 1824. Os documentos relativos a período posterior, entre março de 1824 e dezembro de 1830 são consultados em diversas fontes, inclusive biografias.

Assim, para além da relação com o "Archivo", nos dedicamos a confrontar estudos biográficos sobre Simón Bolívar, como um pré-requisito para analisar os demais documentos. Em outras palavras, era fundamental para as finalidades da pesquisa ser capaz de identificar nos registros da Guerra Federal aos quais nos dedicaríamos os traços bolivarianos, ainda que sutis ou, mais especificamente, não restritos aos aspectos mais óbvios de seu ideário. Assim, a leitura das biografias foi realizada com o objetivo de qualificar-nos para a leitura dos documentos relativos ao período estudado, em busca de uma melhor compreensão sobre a atitude bolivariana. De outra maneira, como reconhecer a presença de idéias bolivarianas ou referências indiretas ao personagem sem conhecer profundamente seu pensamento e ação, seu

estilo, forma de luta etc? Para atender a essa exigência e diante do volume das biografias produzidas sobre Bolívar para os limites desse trabalho optamos por selecioná-las segundo dois critérios básicos. Em primeiro lugar, sua produção no tempo e, em segundo lugar, de acordo com construções contrastantes em relação à apreciação sobre o personagem.

Optamos por incluir nas leituras obrigatórias a primeira biografia sobre Bolívar publicada na América, do intelectual liberal pró-bolivariano, Felipe Larrazábal (1883). Em segundo lugar, duas das principais biografias anti-bolivarianas mais citadas pelos historiadores, escritas uma pelo espanhol Salvador de Madariaga (1959), considerado porta-voz da perspectiva da coroa espanhola sobre a independência das colônias americanas, e outra, pelo pai do pensamento socialista científico, o revolucionário Karl Marx. Em terceiro lugar, três outros trabalhos mais atuais e difundidos, as biografias escritas pelo venezuelano Augusto Mijares (1987) e pelo colombiano Indalécio Liévano Aguirre (1988), sendo essa última referida, juntamente com o trabalho de ACOSTA SAIGNES (1997), os dois trabalhos considerados, por diversos historiadores entrevistados por nós, como os mais rigorosos sobre Bolívar produzidos até o momento. Esse estudo preliminar biográfico sobre Simón Bolívar está sintetizado no Primeiro Capítulo desse trabalho.

No que diz respeito às referências bolivarianas nos documentos do período preciso da Guerra Federal (1858-63), selecionamos o diário do coronel federalista Emílio Navarro, publicado posteriormente à sua morte sob o título "La Revolución Federal, 1859 a 1863". O diário de Navarro consiste de uma reportagem muito pessoal dos eventos militares e políticos da Guerra Federal. Neles, Navarro faz uma crítica severa ao Marechal Juan Crisóstomo Falcón, então Presidente da Federação, e exalta as virtudes do Chefe do Povo Soberano e líder da sempre lembrada *Batalla de Santa Inés*, General Ezequiel Zamora. O manuscrito de

Navarro está até os dias de hoje entre as fontes mais visitadas pelos historiadores sobre esta célebre batalha que, de alguma maneira, marca o auge da Federação.

Ainda com relação ao período, utilizaremos as *hojas sueltas de la Guerra Federal*, um conjunto de manifestos ao "povo" venezuelano publicados durante o período do conflito sob a forma de panfletos destinados a serem afixadas em postes e reproduzidos em jornais, seja por adeptos do regime federal, seja por membros ou simpatizantes do governo. As Folhas Soltas, reunidas na *Sección de Libros Raros da Biblioteca Nacional (SLR)*, em Caracas, são um conjunto de fontes ainda pouco manuseadas em seu conjunto pela historiografia. Após uma leitura atenta do conjunto do material disponível no arquivo, no período de 1858 a 1863, selecionamos 47 documentos para utilização em nosso trabalho. O critério foi definido a partir de indícios da referência bolivariana em seu conteúdo expresso explícita ou implicitamente.

Um segundo conjunto de textos, em sua maior parte enunciados originalmente sob a forma oral e posteriormente registrados por escrito, é composta por uma infinidade de discursos oficiais, canções, trovas em rima ou em prosa, relatos e consignas. Seus conteúdos compõem narrativas que se inscrevem, em sua maior parte, no campo político e cultural. Seu volume nos colocam novos limites e opções, a exemplo do que foi necessário efetuar com relação ao primeiro conjunto de fontes. A dispersão e o tratamento pouco sistemático que estes registros receberam até o momento dos historiadores nos impedem vislumbrá-las de modo exaustivo. De qualquer forma, a dificuldade em perceber sua amplitude não impede uma abordagem ainda que bastante provisória para os efeitos dessa pesquisa preliminar sobre a ideologia bolivariana.

As fontes orais de que dispomos têm origem em um trabalho de registro e compilação antropológica de cantos folclóricos, organizado por Luis Felipe Ramón y Rivera (1982), que os reúne segundo temas históricos e personagens conhecidos desde o período

colonial. Seleccionamos para análise o conjunto de todos os cantos reunidos por Ramón y Rivera relativos ao período da independência, à história pátria em geral, às revoluções, a acontecimentos políticos e alguns *corridos tachirenses* (relativos ao Estado de Táchira, nas planícies venezuelanas, um dos locais onde mais ativamente verificamos os acontecimentos da Guerra Federal). Cabe salientar que a data de produção desses cantos, em sua maioria, não são identificadas com precisão. Podem ter sido produzidos tanto com proximidade quanto com distância temporal em relação aos acontecimentos aos quais se referem, o que nos informa pouco sobre seu momento de produção. A sua origem de classe, no entanto, é enunciada inequivocamente pelas características estéticas e temáticas: a linguagem coloquial e repleta de gírias e jargões, alguns muito antigos para nossa época, assume o ponto de vista, digamos assim "subalterno", a partir do qual se desenvolve a narrativa. As temáticas, em sua maioria históricas, são relatadas ou por cidadãos comuns ou por soldados, os quais muitas vezes, emitem opiniões desde suas posições sociais e de classe.

Sabemos que cantos populares são fontes extremamente ricas e complexas de analisar. Nosso trabalho não pretende esgotar a análise dessas fontes, sobretudo pela forma limitada pelas quais tivemos acesso a elas, apenas pela escrita, e, na maior parte dos casos, sem os áudios respectivos. Porém, decidimos utilizar algumas dessas referências na Introdução ao trabalho a fim de tornar mais claro aos leitores algumas das apropriações de Bolívar disponíveis a partir das classes subalternas e cuja análise mereceria um estudo específico no futuro. Longe de as tomarmos como fontes dos acontecimentos reais de cada período aos quais elas se referem, as analisamos como simples referências que nos auxiliam a captar alguns conteúdos associados à Bolívar e à Guerra Federal na memória popular.

Estas fontes nos apóiam, ainda, na compreensão de aspectos fundamentais da circularidade das culturas popular e erudita (BAKHTIN, 1987), especialmente no que se refere

ao consenso construído em torno da biografia de Simón Bolívar pela História nacional venezuelana. Cabe ressaltar, ainda, que tais fontes, assim como outras ferramentas ainda mais críticas e aguçadas que os historiadores contemporâneos vêm desenvolvendo, são de extrema valia para uma história das apropriações da História nacional pela classe camponesa e pelos escravos ao longo do século analisado.

Sem abdicar de uma perspectiva de classe, consideramos estes esforços valiosos para os desenvolvimentos futuros da disciplina da História, mesmo que seus resultados sejam bastante parciais. Seu mérito reside precisamente naquilo que Bourdieu chamou de "provocação do saber", em uma clara referência à trajetória cômoda e segura que alguns pesquisadores sociais preferem traçar a fim de evitar debates de maior complexidade, mesmo sendo estes fundamentais para o desenvolvimento das ciências sociais e humanas. Neste sentido, Le Goff (1990) nos ofereceu uma outra contribuição importante ao distinguir a memória étnica nas sociedades sem escrita em seu desenvolvimento, da oralidade à escrita.

Em termos bibliográficos, porém com minuciosa descrição das fontes primárias recolhidas em rigorosa pesquisa de história oral, foi fundamental para informar nosso trabalho a leitura prévia do livro *Bolívar y la Historia en la Conciencia Popular*, de Yolanda Salas de Lecuna. Com o propósito enunciado de aproximar-se da história na consciência popular para conhecer a apreciação que as classes pobres possuem de sua história e como se situam a si mesmas nesse processo, essa investigação foi realizada durante os anos 1984-87 por uma equipe de antropólogos sob a coordenação de Salas de Lecuna, junto ao *Instituto de Altos Estudios de América Latina de la Universidad Simón Bolívar*.

Esses pesquisadores recolhem testemunhos primeiramente na região de Barlovento, no Estado Miranda, onde está concentrada a maior população de descendência africana na Venezuela, pois concentra as áreas das *plantations* do período colonial. E, em segundo lugar,

percorre a rota seguida pela *Emigración a Oriente*, no ano de 1814, evento que marcou a fuga de parte significativa da população de Caracas afeta à luta emancipacionista até o litoral através de meios precários por ocasião da conquista da capital pelo realista e líder popular José Tomás de Boves.

Salas de Lecuna refaz esses caminhos recolhendo relatos cujos trechos mais significativos são reproduzidos quase integralmente a fim de entender a visão que o povo venezuelano tem de Bolívar. É um trabalho que, segundo a autora, pretende oferecer uma compreensão sobre essa memória coletiva que recupera seu passado através da tradição oral (SALAS DE LECUNA, 1987, p. 22). Realizado com um rigor científico apreciável e com uma equipe significativa de pesquisadores, o livro *Bolívar y la historia en la conciencia popular* constitui-se sem dúvida alguma em uma fonte fundamental a inspirar o estudo que realizamos, embora não o tenhamos apropriado diretamente para esse trabalho, dada a complexidade que a análise dessa fonte implica, especialmente para uma pesquisa das limitadas dimensões como a que realizamos.

Por fim, queremos apenas reafirmar que nossa intenção foi responder de maneira metodologicamente aceitável à necessidade de seleção das fontes frente à monumentalidade documental dessa *memória* e levando em consideração a intenção de analisar diferentes apropriações sobre Bolívar do ponto de vista das classes sociais para compreender seu alcance ideológico. Essa seleção manejável de fontes nos permitirá caracterizar a ideologia bolivariana em suas diferentes apropriações. Com essa operação seletiva pretendemos captar as possibilidades históricas contidas ou sugeridas pela ideologia bolivariana, bem como perceber alguns de seus limites, mesmo que de modo provisório e como uma primeira aproximação ao tema.

1 BOLÍVAR, BOLIVARIANISMOS E ANTI-BOLIVARIANISMOS

Escolher Simón Bolívar (1783-1830) como objeto de estudo no universo histórico venezuelano não é exatamente o que se pode chamar de uma opção criativa. Bolívar ocupou, durante anos, o centro do interesse da historiografia venezuelana, constituindo-se em uma espécie de obsessão nacional. Ao mesmo tempo, é considerado um tema quase sagrado e cujo acesso crítico é reservado somente aos historiadores considerados mais experientes. Recentemente, no entanto, é objeto menos visitado na academia, talvez por haver se convertido em pedra fundamental do discurso político emanado, sobretudo, a partir do surgimento na cena nacional de Hugo Rafael Chávez Frías desde o início dos anos 1990, que passou a expor as fissuras internas da sociedade venezuelana lançando mão do legado de Bolívar.

1.1 BOLÍVAR E SEU TEMPO

O consagrado líder do processo de independência da América do Sul do domínio colonial desdobrou uma intensa atividade política e militar que se fez sentir pelas populações dos então vice-reinados de Nova Granada, Peru e parte do Prata, especialmente entre os anos de 1813 e 1830. Bolívar despontou como um líder político singular e militar enérgico no conturbado cenário do início do século XIX.

Sua trajetória estabelece relações de causa e efeito com o estremecimento e declínio do império colonial espanhol, em um ambiente internacional favorecido pelas guerras napoleônicas e pela profunda crise econômica que fragilizava os já débeis mecanismos de

controle do velho continente sobre as colônias americanas¹⁵. As independências na América integram o quadro mais geral do longo período histórico de constituição do sistema capitalista em escala mundial, desamarrando alguns entraves para a implementação de relações sociais regidas pela lógica do capital¹⁶. Bolívar, em um sentido histórico mais geral, concorre favorecendo o desamarrar desses entraves em parte significativa do território organizado em torno da cordilheira andina.

Filho da principal família da oligarquia mantuana¹⁷ venezuelana, sua figura impõe-se sobre sua época como um republicano radical, representativo da luta pelo livre comércio tão ambicionado pela oligarquia crioula¹⁸ que almejava controlar diretamente o lucrativo comércio transatlântico, sem mais arcar com o ônus imposto pelos mecanismos do monopólio colonial. Por outro lado, Bolívar assume atributos mais universais, transcendendo o

¹⁵ Para aprofundar as discussões sobre as origens da queda do império colonial espanhol ver ANDERSON (1984) e STEIN (1983). Uma abordagem administrativa das reformas Bourbon pode ser obtida em BETHELL (1997). Sobre a herança colonial e suas conseqüências para a América Latina ver OSÓRIO (1996).

¹⁶ Sobre a constituição do capitalismo na América Latina ver CUEVA (1983); sobre o desenvolvimento dependente ver FRANK (1973), BAMBIRRA (1974) e MARINI (1974). Especificamente sobre o processo de independência, ver GUAZZELLI (1996) e sobre a formação do Estado nacional na América Latina, WASSERMAN (1996) e KAPLAN (1974).

¹⁷ O termo “mantuano” refere-se ao privilégio de uso de mantos ou véus sobre a cabeça que utilizavam as mulheres das famílias de origem espanhola nascidas na América, como símbolo de distinção social.

¹⁸ O conceito de *oligarquia* aqui utilizado difere da acepção cunhada por Aristóteles em sua obra *Política*, na qual foi empregado significando “governo dos ricos”. Em nosso trabalho, utilizaremos o conceito de oligarquia latino-americana ou *crioula* para designar o setor social de descendentes metropolitanos nascidos em terras americanas, compondo uma fração da classe burguesa (latifundiária-mercantil) que se caracteriza pela articulação e dependência com a metrópole colonial (daí oligarquia agroexportadora colonial), inicialmente, e, posteriormente, pelos vínculos e relações de subordinação ao imperialismo. Cueva chama a atenção, analisando um período posterior ao aqui estudado, para as relações deste setor com a burguesia industrial - que em muitos casos não é mais que uma prolongação da oligarquia. Não se trata, afirma ele, de uma relação marcada pela oposição antagônica entre distintos modos de produção, no caso o agrário e o industrial. No máximo, confrontam-se duas possíveis vias de desenvolvimento do capitalismo. É preciso ter presente que o desenvolvimento do setor primário-exportador é, na América Latina, a via mais rápida de acumulação de capital. Esta é a razão pela qual a contradição entre os dois setores não gera a necessidade objetiva de um abolir o outro, mas opera-se em torno da apropriação do excedente econômico gerado pela oligarquia. O que não quer dizer, também, que a modalidade de desenvolvimento do setor agroexportador não crie um estrangulamento para a expansão do setor industrial ao impor limites severos para a ampliação do mercado interno (CUEVA, 1980, pág. 150). Sobre a persistência das oligarquias no poder na América Latina, consultar o artigo de WASSERMAN (1998).

programa restrito de sua classe, ao proclamar também a liberdade dos escravos, em 1816¹⁹. Porém, mesmo quando ainda não havia incorporado integralmente a luta antiescravista, alguns traços de sua biografia vinham contribuir para compor o significado bolivariano que se plasmava na memória social.

1.2 A IMPORTÂNCIA DE BOLÍVAR NA CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO VENEZUELANA

Alguns dias antes de receber o título de “*Salvador de la Patria, Libertador de Venezuela*”, em 1813, logo após haver liderado a retomada de Caracas frente às tropas realistas e iniciado o breve período da Segunda República (1813-1814), há um marco fundamental nesse processo. Sua figura histórica incorporará elementos que contribuirão para a construção do arquétipo do guerreiro, cuja recorrência será um elemento central da memória a seu respeito e que caracteriza o que consideramos, no âmbito desse trabalho, como ideologia bolivariana. Este marco é o anúncio por Bolívar da Proclama *Guerra a Muerte* (Guerra até a Morte), datada de 15 de junho de 1813, a qual encerrava assim:

¹⁹ O historiador venezuelano Brito Figueroa, em *El problema Tierra y Esclavos en la Historia de Venezuela*, descreve alguns dos embates de Bolívar com outros chefes republicanos em torno do tema da abolição da escravatura: “Hay resistencia de algunos Jefes republicanos, y en la totalidad de los *señoritos caraqueños que haciendo de asesores merodean por el Estado Mayor*, según los anatemas de Manuel Piar, pero el Libertador insiste en sus proclamas abolicionistas y las ratifica el 11, 13, 14 de marzo de 1818, hasta el 16 de julio del mismo año, debido a los obstáculos y posiciones que observa en las instituciones que estaban obligadas a legislar sobre la abolición de la esclavitud, resuelve dirigirse al Presidente de la Alta Corte de Justicia de la República: ‘La libertad general de los esclavos ha sido declarada [...] por una Proclama dirigida a los habitantes de la Provincia de Caracas cuando ejecuté el desembarco de Ocumare el 6 de julio de 1816. [...] Esta Proclama, que ha sido cumplida estrictamente en todo el territorio de la República, desde el día de su publicación, ha recibido nueva fuerza por los bandos en que repetidas veces se ha hecho saber a los pueblos tomados bajo la protección de nuestras armas. *Nadie ignora en Venezuela que la esclavitud está extinguida entre nosotros*’. Em 1820, frente ao Congresso de Angostura, Bolívar reclama mais de uma vez a libertação dos escravos e o cumprimento da lei de repartição da terra. Os proprietários habilmente evadem a questão argumentando que é preciso esperar até que “los infelices esclavos adquieran luces morales y la instrucción necesaria”. As gestões são inúteis. Sob essas condições, Bolívar, na condição de Presidente da República e Chefe Supremo do Exército, resolve continuar legislando de fato e promulga

"Españoles y Canarios, contad con la muerte, aun siendo indiferentes, si no obráis activamente en obsequio de la libertad de la América. Americanos, contad con la vida, aun cuando seáis culpables. Cuartel General de Trujillo, 15 de junio de 1813. 3º. Simón Bolívar" (BOLÍVAR, ESCRITOS DEL LIBERTADOR, Tomo IV, documento 220, p. 305-307).

Nessa ocasião, às vésperas de comandar a retomada de Caracas, Bolívar, encurralado pelo avanço rápido e violento das tropas realistas lideradas pelo coronel Domingo Monteverde, emite a decisão que sintetiza sua determinação de levar a guerra às suas últimas conseqüências. Cabe mencionar que, de fato, essa guerra sangrenta já era uma realidade, porém a Proclama formaliza o entendimento dos meios através dos quais se deve lutar para garantir a República. Em outras palavras, legitima o uso da violência extrema como forma de luta. Em seu conteúdo fundamental, a Proclama *Guerra a Muerte* estabelece o critério do local de nascimento como parâmetro para sobreviver (sendo filho da América) ou para perecer (todos aqueles nascidos na Espanha ou Ilhas Canárias) em território venezuelano.

O ato desta *proclama*, se analisado em seu contexto mais amplo da história da Capitania Geral de Venezuela, marca profundamente, em nosso ponto de vista, o processo de constituição da nação e da nacionalidade venezuelanas, uma vez que estabelece uma oposição categórica até então inexistente entre os espanhóis europeus e espanhóis crioulos que, apesar das discriminações alegadas pelos crioulos, não configuravam uma diferença significativa, para além de algum *status*. Assim, espanhóis europeus ou espanhóis americanos compartilhavam a mesma identidade, como súditos do Rei de Espanha. A proclama de *Guerra a Muerte* marca com sangue essa diferença.

A partir de então, Bolívar encarna um guerreiro que busca criar uma nacionalidade através do vínculo com o território e com um projeto próprio anticolonial. Anuncia o nascimento

o *Decreto de Confiscación de la hacienda Ceiba Grande y la libertad de sus esclavos*, em 23 de outubro de 1820

de uma pátria que se define fundamentalmente como comunidade daqueles que nasceram naquela terra (e não predominantemente definida pelo idioma, cultura ou etnia específica), incluindo os índios, os negros, os mestiços e contra qualquer espanhol que não “conspire contra la tirania en favor de la justa causa por los medios más activos y eficaces”, considerado a partir de então como inimigo, castigado como traidor da pátria e, por consequência, “irremisiblemente pasado por las armas” (id.).

O “Libertador” assina o documento que estabelece bases extremas para a luta pela emancipação colonial, como uma necessidade inexorável a ser garantida com o sacrifício da vida dos americanos. Encarna, dessa maneira, as qualidades de protetor vigilante do projeto de nação em um momento histórico chave: a retomada de Caracas após a derrota da Primeira República (1810-1811)²⁰. Desde então, começa a constituir-se Bolívar como símbolo da própria nação venezuelana.

São essas características bolivarianas muito particulares que contribuem para que, como afirma o historiador venezuelano Germán Carrera Damas (1969), a figura de Bolívar transcenda a experiência histórica concreta e vincule-se intimamente com o processo de construção da nação. Assim sendo, o “herói guerreiro” intervém diretamente pela afirmação da nacionalidade venezuelana aportando conteúdos e ensejando atitudes, os quais são de difícil

(FIGUEROA, 1996 A, p. 349-352).

²⁰ A Primeira República foi marcada pelo federalismo, uma das formas de organização do Estado que Bolívar mais abominava, pois considerava como sendo uma teoria pouco prática que certos bons visionários tentaram impor a um país despreparado para ela, levando-o à beira da ruína. O federalismo da Primeira República foi decidido no restrito Congresso venezuelano eleito pelos homens adultos com propriedades superiores a 2 mil pesos. Este Congresso também elaborou uma Constituição que estabelecia a igualdade jurídica formal de todos os homens sem diferenças de raças, resguardando os privilégios crioulos, a partir das restrições à participação política estabelecida pelo critério censitário. Além disso, discutiu a possibilidade de supressão dos fôruns do clero e dos militares, embora estas polêmicas não tenham conseguido converter-se em medidas restritivas concretas. Terminada em 25 de julho de 1812, com a polêmica capitulação do canário Francisco de Miranda frente ao capitão Domingo de Monteverde, representante da Coroa Espanhola mesmo com a prisão de Fernando VII por Napoleão, inicia-se o que os historiadores chamam de “Pátria Boba” (em referência à falta de unidade interna). Com a vitória espanhola, Monteverde tratou de restaurar o regime colonial combinando conciliação com retribuições e acabou criando as condições para a retomada da ofensiva republicana.

síntese, não somente dada a extensão da obra de Bolívar, mas também porque a história do período ainda reserva muitas questões em aberto e acaloradas polêmicas.

1.3 O DOCUMENTO-MONUMENTO DO *ARCHIVO LIBERTADOR*

Quem se dedicou mais sistematicamente a analisar os conteúdos *bolivarianos* foi o historiador venezuelano J. L. Salcedo Bastardo, enfrentando ao menos de modo extensivo a monumentalidade dos escritos de Bolívar. O *Archivo Libertador*, um conjunto de milhares de documentos escritos ou ditados diretamente por Bolívar a alguns de seus amigos e assessores mais próximos, como o foram o General O'Leary e os amigos Briceño Mendez e Juan Francisco de Martín, no período de 1810 a 1830, não deixa margem para polêmicas sobre o seu caráter de documento-monumento²¹. Não somente porque, como lembra Le Goff, todo documento, sobretudo o escrito, é um monumento na medida em que “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”, mas também no sentido de que todo o documento torna-se monumento na medida de sua utilização pelo poder (LE GOFF, 1990, p. 545).

Reunidos, organizados e guardados na Casa de Nascimento de Bolívar, sede da *Sociedad Bolivariana de Venezuela*, no centro de Caracas, esses documentos constituem-se em um desafio a qualquer historiador. Bolívar e seus colaboradores fizeram um esforço para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprios, apesar da cláusula nona do testamento de Bolívar com a ordem de queimar todos os seus papéis (L. MENDOZA, 1967, p.5). Esses documentos-monumento foram destinados a construir um

²¹ Esse tema foi tratado com mais atenção nas "Notas sobre as Fontes".

testemunho do passado. Possivelmente com o mesmo objetivo que anunciava um dos primeiros compiladores, o autor de *Introducción a la Historia de Colombia*, escrita em 1824:

"pueda este bosquejo estimular el patriotismo de nuestros contemporáneos a cooperar con sus luces en tan útil empresa. Algún día nuestros descendientes bendecirán la mano que les conserve tan preciosos monumentos, y en esta fuente pura beberán los Homeros y Virgílios americanos para cantar nuestras glorias" (Dr. MENDOZA *apud* L MENDOZA, 1967, p. 15)

A julgar pelo volume abrumador da produção historiográfica dedicada ao elogio do “herói”, podemos afirmar que as finalidades da história como concebida pelo Dr. Mendoza foram cumpridas, ao menos em parte. O termo *monumento* a que se referia o compilador Mendoza parece aplicado ao que nos dias de hoje chamamos de *documentos*. Mas também pode estar mais provavelmente associado à palavra latina *monumentum*, que remete para a função essencial do espírito que é a *memória*. Seu sentido vincula-se, assim, ao poder de perpetuação das sociedades históricas. No século XIX, *monumento* foi correntemente usado para designar as grandes coleções de documentos (LE GOFF, *op. cit.*, p. 537).

Assim, o monumento *Archivo del Libertador* vem sendo construído desde a morte de Bolívar, com a desobediência a seu testamento. Desde então, um esforço gigantesco de coleta e organização, com publicações contínuas de largas coleções públicas e particulares, patrocinado pelo Estado venezuelano e por fundações particulares, vem sendo feito. Novos documentos-monumentos não param de se somar ao arquivo, vindos do Chile, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Inglaterra e outros países.

1.4 A SÍNTESE HOMEM-PENSAMENTO-AÇÃO E OS “TRAÇOS GENUINAMENTE BOLIVARIANOS”

Pois bem, Salcedo-Bastardo, que foi um dos historiadores venezuelanos que se colocou a tarefa de realizar uma síntese do *monumento* reunido no “Arquivo”, definiu os “traços genuinamente bolivarianos”²². Com base em critérios muito claros erguidos sobre o que ele conceituou como chave “Homem-Pensamento-Ação”, Salcedo-Bastardo chegou a uma formulação que buscou diferenciar o essencial e permanente daquilo que se demonstrou acidental e transitório no que se convencionou chamar de *bolivariano*. Diz o autor ao justificar seu critério:

"la personalidad se integra por la fusión de lo que se “es” con lo que se “piensa” y lo que se “hace”; a esa unidad concurren todas las notas que forman la verdad del sujeto: en la faceta humana (ser) están los aspectos etno-socio-económicos, cultural, moral y vivencial; el “pensamiento” engloba aquí la obra escrita y los ideales; en la “acción” se aglutinan el esfuerzo militar y la faena administrativa" (SALCEDO-BASTARDO, 1957, p. 16).

Aplicando esses critérios e demonstrando-os ao longo de seu trabalho, Salcedo-Bastardo fez uma contribuição significativa para uma compreensão histórica geral sobre o ideário de Simón Bolívar. Sua “tripla-chave” pareceu-nos um excelente critério de seleção e análise do conteúdo expresso do pensamento de Bolívar. Não somente por se diferenciar dos demais esforços em termos de rigor metodológico, mas pela qualidade das sínteses dele frutificadas. Tais atributos de transparência e esforço crítico corroboram para que tomemos a obra *Visión y Revisión de Bolívar* como parâmetro do conteúdo nuclear do ideário bolivariano no âmbito desse trabalho sem, no entanto, desconhecer as dificuldades inerentes aos esforços dessa natureza, especialmente ao fato de que a abordagem do autor não confronta o personagem com todo o contexto histórico e o papel por ele cumprido, em última instância, naquele processo. Sobre isso,

²² Outros esforços no mesmo sentido, porém de menor fôlego, foram ensejados por TORO HARDY (1963). O autor analisa o ideário político e social de Bolívar desde o juramento de Roma (15 de agosto de 1805) até o Manifesto de Cartagena (15 de dezembro de 1812). Além desses trabalhos mais gerais, há outros com estudos sobre aspectos específicos do pensamento bolivariano. No campo social, temos TEJERA (1944) e no educacional ROJAS (1996) e PRIETO FIGUEROA (2002). No campo político, BELAUNDE (1959, p. 139) e a seleção de artigos de diversos autores sobre Bolívar e seu pensamento organizado pela BIBLIOTECA AYACUCHO (1983), por ocasião do bicentenário de nascimento do "Libertador".

faremos algumas reflexões mais adiante, ao menos no que se refere às idéias antifederalistas de Bolívar a fim de responder às necessidades desse estudo.

Vejamos, então, a síntese que Salcedo-Bastardo apresenta como traços da “arquitetura” bolivariana. Na percepção do autor, Bolívar está associado aos ideais de um projeto político próprio para a América do Sul, impregnado de um sentido muito específico de amor à virtude e à glória. Para ele, “la moral articula el comportamiento e informa la actividad intelectual” bolivariana (Id., p. 72). Em suma:

"Rasgos genuinamente bolivarianos son: Independencia cabal; empeño en la construcción de un gobierno democrático, efectivo, fuerte y civil; fundación de la fraternidad hispano-americana; igualdad social; organización financiera; justicia en todos sus aspectos; moral en su dimensión absoluta; sometimiento al Derecho y confianza en su eficacia. Profundizando todavía más en su línea política y jurídica, insistimos en lo que define su propósito democrático. Es la expresión de su personalidad nutrida en la Revolución Francesa y la adaptación de ese ideario a la realidad americana que reclama grados sucesivos, previos a la perfección deseada; es el afán de servir al pueblo y de desprenderse de los bienes materiales; es la repugnancia a la tiranía, determinado por la conciencia de su propia obra y de su acción. Bolívar no trabaja por su engrandecimiento personal, no por elevar a los suyos; no aspira a dominar, sino a liberar. La Revolución americana no es una sustitución de despotismos; la Independencia es, por definición, empresa al servicio de los pueblos de América y de los ideales de justicia" (Id., p. 249).

Essa síntese será tomada por nós como um parâmetro de conteúdo bolivariano em geral e, dessa maneira, servirá de referencial para confrontar alguns dos temas que surgirão ao longo do trabalho. Porém, apesar do enorme esforço de síntese e unificação dos conteúdos *bolivarianos* feito por Salcedo-Bastardo, as apropriações do legado e da figura de Bolívar verificadas em todos os campos da vida social, historicamente, longe de se constituírem em fator a contribuir para construções coerentes e unificadas sobre o personagem histórico, ao contrário, abriram um leque de possibilidades e usos para diferentes finalidades políticas e sociais (HARWICK, 2002). A necessidade de se utilizar da legitimidade do “herói” para justificar ações no presente tornaram o “Pai da Pátria” um ambicionado objeto de disputa.

1.5 BOLÍVAR, SIMÓN RODRÍGUEZ E O “ROUSSEANISMO”

Talvez fosse útil, complementarmente à leitura extensiva de Salcedo-Bastardo sobre o pensamento bolivariano, destacar a influência de Rousseau sobre Bolívar, exercida sobre este último por Simón Rodríguez, tutor responsável pela formação intelectual e moral do órfão Bolívar. Essa digressão poderá apoiar-nos na identificação dos traços bolivarianos a que nos referimos anteriormente.

Rodríguez — que foi chamado de “Rousseau tropical” — era um apaixonado discípulo de Jean Jacques Rousseau (1712-1778). O livro *Emilio ou da Educação* (ROUSSEAU, 1995)²³, havia influenciado não somente a educação heterodoxa que Rodríguez dedicou a Bolívar, como um projeto de educação que apresentaria ao *Ayuntamiento de Caracas*²⁴ (RUMAZO-GONZALEZ, 2001, pp. 21-132).

O pensador francês André Marius escreveu: “Es más fácil hacer el retrato de Emilio que encontrar uno de carne y hueso y conseguir que o lo confien. Simón Rodríguez tuvo la suerte de hallar uno en la persona del pequeño Simón Bolívar” (MARIUS *Apud* GONZALEZ, 1957, p. 21). Escreve Rousseau:

"Escojamos un niño rico; así estaremos seguros, al menos, de haber contribuido a formar un nuevo ser, un hombre nuevo, mientras que el pobre puede llegar a ser hombre por sí mismo. Por la misma razón, no me ha de parecer mal que Emilio sea de elevada alcurnia; sería una nueva víctima que habremos arrancado de la superstición" (ROUSSEAU, *Apud* GONZALEZ, 2001, p. 21).

²³ O livro *Emilio...* foi publicado pela primeira vez em 1762, na Holanda. Foi proibido primeiro na França e, depois, na Suíça. Na França, a obra foi condenada pelo Parlamento destinada à incineração e seu autor, Rousseau, condenado à prisão.

²⁴ A exposição do projeto de Rodríguez, sob o título de "Reflexiones sobre los defectos que vician la Escuela de primeras letras de Caracas y medio de lograr su reforma por un nuevo establecimiento", foi apresentado em 19 de maio de 1794. Um estudo comparativo entre a proposta de Rodríguez e o *Emilio*, de Rousseau, foi confrontada por Alfonso Rumazo Gonzalez, em estudo introdutório às Obras Completas de Simón Rodríguez (2001, Tomo I, p 33).

Segundo os preceitos do filósofo de Genebra, a criança deveria ser órfã, para que seu preceptor fosse o único dono de sua sensibilidade, e ainda devia educar-se no campo. Nada mais similar à experiência de “simoncito”²⁵. Em se tratando do pensamento de Rousseau, Eric Hobsbawm fez uma interessante reflexão sobre seus atributos e seu lugar no ambiente das ideologias seculares produzidas pelo período 1789-1848, caracterização que pode ser útil para as finalidades de nossa análise da ideologia bolivariana:

"O mais importante pensador (ou melhor, gênio intuitivo) deste primeiro grupo de radicais pequeno-burgueses já estava morto em 1789: Jean Jacques Rousseau. Indeciso entre o individualismo puro e a convicção de que o homem só é ele mesmo em comunidade, entre o ideal de Estado baseado na razão e no receio da razão frente ao “sentimento”, entre o reconhecimento de que o progresso era inevitável e a certeza de que destruiria a harmonia do primitivo homem “natural”, ele expressava seu próprio dilema pessoal tanto quanto o das classes que não podiam aceitar as promessas liberais dos donos de fábricas nem as certezas socialistas dos proletários. As opiniões daquele homem neurótico e desagradável, mas também grandioso, não nos devem preocupar detalhadamente, pois não houve uma escola de pensamento especificamente rousseauiana nem de políticos tais, exceto por Robespierre e os jacobinos do Ano II. Sua influência intelectual foi penetrante e forte, especialmente na Alemanha e entre os românticos, mas não foi tanto uma influência de um sistema, mas uma influência de atitudes e paixões. Sua influência entre os plebeus e os radicais pequeno-burgueses foi também imensa, mas talvez só entre os de espírito mais confuso, tais como Mazzini e nacionalistas de sua espécie, é que foi predominante. Em geral, ele se fundiu com adaptações muito mais ortodoxas do racionalismo do século XVIII, tais como as de Thomas Jefferson (1743-1826) e Thomas Paine (1737-1809).

As recentes modas acadêmicas apresentam uma tendência para interpretá-lo profundamente mal. Têm ridicularizado a tradição que o agrupa junto a Voltaire e aos enciclopedistas como um pioneiro do iluminismo e da Revolução, já que foi seu crítico. Mas os que foram influenciados por ele então consideravam-no como parte do iluminismo, e os que reimprimiram suas obras em pequenas oficinas radicais no princípio do século XIX automaticamente o colocaram ao lado de Voltaire, d'Holbach e outros. Os críticos liberais recentes lhe têm atracado como o precursor do “totalitarismo” de esquerda. Mas, de fato, ele não exerceu nenhuma influência sobre a principal tradição do comunismo moderno e do marxismo. Seus seguidores típicos foram durante todo o nosso período e, desde então, os radicais pequeno-burgueses do tipo jacobino, jeffersoniano ou mazziniano: fanáticos da democracia, do nacionalismo e de um Estado de pequenos homens independentes com igual distribuição de propriedade e algumas atividades de beneficência. Em nosso período, ele era

²⁵ Em 19 de janeiro de 1824, Bolívar escreve a seu mestre: "Con qué aidez habrá seguido usted mis pasos; estos pasos dirigidos muy anticipadamente por usted mismo. Usted formó mi corazón para la libertad, para la justicia, para lo grande, para lo hermoso. Yo he seguido el sendero que usted me señaló. No puede usted figurarse cuán hondamente se han grabado en mi corazón las lecciones que usted me há regalado. Siempre presentes en mis ojos intelectuales las he seguido como guías infalibles" (BOLÍVAR, ESCRITOS DEL LIBERTADOR, Tomo II, p. 290-292).

considerado, acima de tudo, o paladino da *igualdade*, da liberdade contra a tirania e a exploração (“o homem nasce livre, mas em todas as partes do mundo se encontra acorrentado”), da democracia contra a oligarquia, do “homem natural”, simples, não estragado pelas falsificações do dinheiro e da educação, e do “sentimento” contra o cálculo frio” (HOBSBAWM, 2000, p. 269).

A análise do pensamento de Rousseau e do jacobinismo como sua expressão através de uma atitude patriótica apaixonada, de defesa da liberdade e da unidade nacional, portadora de poder de censura que aproxima-se do messianismo, de um voluntarismo na forma radical de levar a luta política às últimas conseqüências e, finalmente, sua associação, por parte dos críticos liberais²⁶, com o “totalitarismo de esquerda” não poderia se aproximar mais com as características que iremos encontrar nesse trabalho sob o termo “bolivarianismo”. Tal qual Rousseau e seu mais conhecido seguidor, Roberpierre, Bolívar seria associado com os mesmos valores e sofreria os mesmos ataques dos liberais.

1.6 O “ROUSSEANISMO” COMO PONTO DE CONTATO ENTRE O BOLIVARIANISMO E O JACOBINISMO

A influência de Rousseau sobre Bolívar se torna mais nítida ao compararmos as características do bolivarianismo com aquelas associadas ao jacobinismo, segundo Vouelle (2000). Mas as coincidências não param por aí. Se tanto Bolívar como os jacobinos haviam sido amplamente influenciados por Rousseau, o "Libertador" ainda havia ido mais longe. Bolívar

²⁶ O mais célebres dos críticos do jacobinismo, e por extensão, no seio de seus estudos, a Rousseau, foi Augustin Couchin, no final do século XIX. Foi ele quem descreveu Rousseau pela primeira vez como o intelectual iluminista que, a partir do conceito de soberania popular, seria o formulador do "totalitarismo jacobino" *avant la lettre*. Mais recentemente essa vertente do discurso contra-revolucionário foi reanimada pelo trabalho de FURET (1986), em o *Passado de uma Ilusão* (apud VOUVELLE 2000, p. 29). Quem, no entanto, dedicou-se a sistematizar todos os argumentos da crítica à Rousseau entre os iluministas foi VILLAVERDE (1987). Bolívar, por sua vez, foi objeto da tese do *Cesarismo democrático - el gendarme necesario*. Sobre esse tema ver LANZ (1990). Uma brilhante revisão bibliográfica sobre a revolução francesa foi realizada por HOBSBAWM (1996), com seu *Ecos da Marsellesa*, inspirado no profuso debate que teve lugar por ocasião do bicentenário da Revolução Francesa.

havia servido de “cobaia” para os experimentos educativos do “Rousseau americano” (Rodríguez), recebendo uma educação toda inspirada em *Emilio*. Outros rousseauianos, como Mazzini e Garibaldi, expressavam sua admiração irrestrita ao “Libertador”. Garibaldi, inclusive, quando esteve na América, após a morte de Bolívar, encontrou-se entre os hóspedes da companheira de Bolívar, Manuela Sáenz.

De outra parte, na Alemanha, Hobsbawm analisa a filosofia alemã e os pensadores de classe média como integrantes do mesmo campo ideológico representado por Rousseau e o jacobinismo, na França. Entre os intelectuais dessa classe encontra-se Wilhelm von Humboldt, irmão do cientista Alexandre von Humboldt, com quem Bolívar não somente esteve na Itália, como em Caracas, como também trocou correspondência, ainda que escassa.

Assim, na análise da ideologia bolivariana, é preciso considerar fortemente a influência de Rousseau como um elemento determinante a compor as práticas bolivarianas e suas apropriações por novas e sucessivas gerações. A análise dos documentos da Guerra Federal deverão lançar luz sobre essas questões. Antes disso, porém, vejamos como a historiografia construiu a figura de Bolívar para a posteridade.

1.7 A CONSTRUÇÃO DE BOLÍVAR COMO HERÓI NACIONAL PELA HISTORIOGRAFIA

A disciplina da História participou ativamente daquele processo de disputa sobre os significados de Bolívar. Os historiadores forneceram visões acerca do personagem que se mostraram não somente fontes de informação, mas verdadeiros protagonistas a intervir nos mais diferentes processos políticos. Nesse aspecto, cabe salientar o papel da biografia histórica²⁷ como

²⁷ LORIGA (1998) problematiza o gênero biográfico na história e suas relações com as questões da "exclusão da memória", com o ser ou não ser a biografia um gênero elitista ou popular, ou com o tema da representatividade da

a narrativa principal a estabelecer os parâmetros dessa disputa. Assim, assistimos ao longo dos anos, através da biografia histórica, constituir-se o “herói” nacional que avançará lado a lado na construção do Estado venezuelano. Mas esse processo tampouco esteve isento de conflito. Basta percorrer alguns debates gerados em torno de aspectos da vida de Bolívar.

O argumento principal que articula a maior parte das narrativas biográficas sobre Simón Bolívar gira em torno do “exemplo bolivariano”. As questões podem vir a ser espinhosas, pois relacionam-se com uma avaliação do que foi efetivamente aquele período histórico e estendem-se em intensas e abertas polêmicas até os dias de hoje.

1.8 A VERTENTE PRÓ-BOLIVARIANA DA HISTORIOGRAFIA

A resposta a qualquer indagação, no entanto, por parte dos historiadores pró-bolivarianos, entre os quais destaca-se a obra do liberal Felipe Lazarrábal (1816-1873), quem publicou em 1863 a primeira biografia do herói escrita por um autor sul-americano, foi na maioria das vezes um elogio ao herói. Aliás, é esta historiografia a que constrói a unidade sintética do “herói nacional”. Baseado, sobretudo, na correspondência de Bolívar, posteriormente organizada com todos os seus demais escritos no chamado “Arquivo Libertador”, Larrazábal escrevia assim, em uma passagem da introdução à primeira edição de *La vida de Bolívar*, referindo-se à amizade do Libertador com Dr. Álamo, seu médico e amigo pessoal:

"No: no hay palabras en el lenguaje humano para encomiar lo sublime de esa amistad, y el heroísmo de ese desprendimiento. ¿Quién oyó cosa semejante en ninguna edad del

história a ser contada, se através da norma ou da exceção. LEVI (1996), por sua vez, reflete sobre as relações entre indivíduo e história a partir dos usos da biografia. E, BOURDIEU (1986) salienta, ainda que sem aprofundar, as relações do gênero biográfico com questões inexploradas como consciência de classe, limites da dominação e do poder, a partir de temas como liberdade individual e racionalidade limitada.

mundo? Los mismos siglos de oro no ofrecen nada comparable a las egregias virtudes del Libertador" (LARRAZÁBAL, 2001, p XXVI).

O tom altissonante e laudatório da historiografia clássica é, sem sombra de dúvida, o que prevalece entre as demais abordagens, em termos quantitativos, favorecidos pelo estilo romântico do próprio Bolívar. É também esse predomínio que explica parte da forte reação das outras perspectivas historiográficas no que se refere à sua figura, chegando a ponto de simplesmente não ser mencionado por Agustín Cueva (1980), autor consagrado da historiografia marxista latino-americana, em um livro excelente dedicado ao desenvolvimento do capitalismo na América Latina, tema cuja relação íntima com os processos de independência é francamente reconhecido pelo autor.

Mas, voltemos à contribuição da historiografia clássica pró-bolivariana, cujo esforço compilatório monumental resultou em dois trabalhos fundamentais para o desenvolvimento de toda a historiografia posterior. O primeiro, entre 1875 e 1878, com a publicação da primeira coleção de 14 volumes dos *Documentos Relativos a la vida Pública del Libertador*, uma ampliação do esforço inicial de Francisco Xavier Yánes e Cristóbal Mendoza, feita por José Félix Blanco e Ramón Azpurúa. E o segundo, logo em seguida, entre 1879 e 1888, os 32 tomos do *Las Memorias del General Daniel Florencio O'Leary*.

À luz das cartas, decretos e proclamas de Bolívar, que são registros que até os dias de hoje merecem muita vigilância do pesquisador, os historiadores clássicos vêem confirmada a tese de Carlyle (1957)²⁸, em sua empresa de construção de uma memória nacional heróica. Para eles, Bolívar foi um líder guerreiro enérgico contra os espanhóis, contra quem proclamou a *Guerra até a Morte* para garantir a liberdade americana. De espada na mão, defendia os ideais

²⁸ Thomas Carlyle, historiador e ensaísta escocês, no seu célebre livro *On Heroes, Heroworship, and the Heroic in History*, de 1841, afirma: "No sadder proof can be given by a man of his own littleness than disbelief in great men."

republicanos frente ao antigo regime fernandino. Uma imagem forte demais para não se plasmar na memória como um Dom Quixote da América. Uma abordagem por demais centrada no indivíduo e que, ao fim e ao cabo, expropria da memória nacional, por exemplo, a contribuição de milhares de negros escravos, uma das principais forças sociais a garantir as vitórias nas batalhas militares contra a Coroa Espanhola.

Entre os clássicos não caraquenhos, destacam-se o neo-granadino José María Torres Caicedo (1830-1889), quem salientou, em publicação datada de 1865, o papel precursor de Bolívar para uma união genuinamente latino-americana; e o parmesão Luigi Musini (1835-1903), autor de uma biografia de Bolívar apresentando-o como genuíno representante do *Risorgimento* italiano (FILLIPI, 1987).

A historiografia clássica atribuiu um papel hipertrofiado ao líder na gesta da Independência. E, como afirma o editor Blanco Flombona para justificar uma modernização da edição de 1918 da já mencionada biografia de Larrazábal, referindo-se a esse estilo:

"se han suprimido ciertas reflexiones filosóficas y políticas que querían ser profundas, sin conseguirlo. Se há podado el estilo, hasta donde fue posible sin descaracterizarlo, de excesivos lirismos en que a veces, y a pesar de su hermosura, solía tocar, lo que resulta inadecuado, segun nuestro gusto moderno, en obra de índole histórica; e interrumpióse el tono ditirámico cuando fue demasiado sostenido y cansón. Innúmeras exclamaciones y adjetivos de loa que empequeñecen a Bolívar, queriédolo agrandar, se suprimen. Ya Bolívar no necesita de adjetivos" (FLAMBONA, 2001, p. 11).

1.9 A VERTENTE HISTORIOGRÁFICA “ANTI-BOLIVARIANA”

Mas a historiografia clássica também tem uma vertente “anti-bolivariana”, para quem Bolívar não é mais que um déspota afortunado elevado pelas circunstâncias, o iniciador de todos os despotismos, além de promíscuo e sanguinário. Essa vertente serve-se, sobretudo, da literatura realista, partidária da Coroa Espanhola (que era forte também no Peru), nos

Em português: “Não há prova mais infeliz que possa ser dada sobre a pequenez de um homem do que descrever nos grandes homens” [Tradução nossa]. A edição brasileira do livro referida na bibliografia é CARLYLE (1957).

testemunhos de oficiais ingleses que tiveram desavenças com Bolívar, sobretudo os ingleses Ducoudray-Holstein e Gustav Hipsley, como é o caso da biografia escrita por Karl Marx para a Enciclopédia de Nova York, e também estão baseadas em informações (e verdadeiras difamações construídas por encomenda) publicadas nos jornais colombianos dirigidos por santanderistas²⁹. Entre os pesquisadores argentinos, os mistérios envolvendo a reunião de San Martín e Bolívar também suscitaram muitas críticas a Bolívar por parte dos historiadores daquele país³⁰.

A simples análise da biografia de Santander poderia ser suficiente para descartar a validade de parte importante da produção historiográfica baseada em fontes fornecidas por essa corrente anti-bolivariana de influência colombiana. Assim, poderíamos contentar-nos com a reconfortante resposta de Key-Ayala ao referir-se aos historiadores que se baseiam nas opiniões de Santander sobre Bolívar, espalhadas pelos jornais colombianos simpáticos a seu governo durante todo o período que o Libertador esteve no Peru, durante boa parte da década de 1820:

²⁹ Contemporâneo de Bolívar, Francisco de Paula Santander (1792-1840), exerceu a vice-presidência da *Gran Colombia* entre 1819 a 1827, enquanto Bolívar dedicava-se à guerra contra Espanha no Peru. Em 1825, convocou contra a vontade de Bolívar os Estados Unidos da América para o Congresso do Panamá. Conhecido como 'Homem das Leis', foi acusado e condenado como autor intelectual da "conspiração setembrina", que tentou um atentado contra a vida do "Libertador". Depois disso, Bolívar escreve a Santander, em 1828, diante da ameaça de divisão da Gran Colombia a qual Bolívar se opunha ferozmente: "Eso es lo que quieren los bochincheros; gobiernos y más gobiernitos para hacer revoluciones y más revoluciones. Yo no; no quiero gobiernitos: estoy resuelto a morir entre las ruinas de Colombia peleando por su ley fundamental y por la unidad absoluta" (BOLÍVAR, *apud* SALCEDO-BASTARDO, 1957, p. 143*) Mas, suas diferenças eram ainda mais profundas. Em resposta a uma carta de Santander, escreve Bolívar: "He visto la carta de Ud en que me propone sea yo el protector de la compañía que se va a establecer para comunicación de los mares por el Istmo. Después de haber meditado mucho cuanto a Ud me dice, me há parecido conveniente no sólo no tomar parte en el asunto, sino que me adelanto a aconsejarle que no intervenga ud. en él. Yo estoy cierto que nadie verá con gusto que ud. y yo, que hemos estado y estamos a la cabeza del gobierno, nos mezclemos en proyectos puramente especulativos" (BOLÍVAR, *CARTAS DEL LIBERTADOR*, 1967, Tomo V, p. 35). Em uma outra correspondência responde a Santander e ao general Páez uma proposta feita a ele, em 1826. Assim escreveu Bolívar referindo-se ao plano napoleônico que lhe foi apresentado: "Plan fatal, tan absurdo y tan poco glorioso; plan que me desonraria delante del mundo y de la historia; que nos atraeria el odio de los liberales y el desprecio de los tiranos; plan que me horroriza por principios, por prudencia o por orgullo. Este plan me ofende más que todas las injurias de mis enemigos, pues él me supone de una ambición vulgar y de una alma infame capaz de igualarse a la de Iturbide y esos otros miserables usupadores. Según esos señores, nadie puede ser grande, sino a la manera de Alejandro, César y Napoleón. Yo quiero superarlos a todos en desprendimiento, ya que no puedo igualarlos en hazañas. Mi ejemplo puede servir de algo a mi patria misma pues la moderación del primer jefe cundirá entre los últimos, y mi vida será su regla" (BOLÍVAR *apud* SALCEDO-BASTARDO, 1957, p. 256*). Apesar desta contundente resposta, circulavam insistentemente nos jornais colombianos sob influência de Santander, rumores sobre as pretensões monárquicas de Bolívar. Sobre as críticas a Bolívar publicadas nos jornais colombianos ver RODRÍGUEZ (2001, Tomo II, 190-378).

* Na revisão da correspondência de Bolívar dos anos 1826, 1827 e 1828, no entanto, não encontramos esses extratos.

"... muchos con el pretexto del amor y el respecto a la verdad, se empeñan en presentaros (a los jóvenes) a las vidas de los grandes hombres por el solo cariz en que ellos, los hipócritas, pueden asemejarseles: por el de las pequeñeces, las debilidades y las miserias. Advinan jueces en vosotros y quieren confundiros. Aspiran a excusar su falta de ideas nobres, sus apetitos, su vida negativa, con los momentos en que el grande hombre decae, con los contados términos negativos que empequeñecen la suma total del polinomio, con las horas menguadas en que el hombre mediocre, sobre el cual va montado el grande hombre, lo sacude para derribarlo. No os dejéis engañar. El hombre ilustre es porque la suma de los términos en más abruma y hace despreciable la suma de los términos en menos"
(KEY-AYALA, 1955, p. 20) ³¹

Porém, a tentativa de explicar as controvérsias em torno de Bolívar somente pelas convicções sobre as virtudes e misérias humanas, não se mostra suficiente. Pois foi a historiografia anti-bolivariana de Salvador de Madariaga (1959)³² — o espanhol que segundo alguns autores não quis perdoar Bolívar por ele haver privado Espanha de suas colônias americanas—, quem contribuiu para questionar um traço talvez fundamental para compreender a trajetória do Libertador: suas origens étnicas. Não podemos esquecer que a historiografia pró-bolivariana mescla-se com o culto oficial a Bolívar³³, com aquele Bolívar ensinado nos livros escolares e ungido pela mesma oligarquia crioula que vem ocupando historicamente as principais funções de Estado na Venezuela. Assim que, embora isso possa parecer uma curiosidade nos dias de hoje, não se pode refutar sem grande risco de erro, que a oligarquia caraquenha fez um esforço

³⁰ Sobre essa polêmica ver MATOS ROMERO (1984), SALCEDO-BASTARDO (1983) e DE LA CRUZ (1983).

³¹ Key-Ayala, Santiago. Vida Ejemplar de Simón Bolívar. Obras Selectas, Caracas: 1955, p. 20.

³² Este espanhol "educado por la escuela en Francia y por la vida en Inglaterra", segundo se definiu a si mesmo no prefácio de seus "Ensayos angloespañoles", nasceu em La Coruña, em 23 de julho de 1886. Estudou engenharia e, entre 1912 e 1916, foi engenheiro de exploração da Compañía de Ferrocarriles del Norte de España. Como redator do 'Times', de Londres, foi em inglês que publicou seu primeiro livro de crítica literária, "Shelley and Calderon". Foi professor de literatura espanhola em Oxford, Inglaterra e, posteriormente, na Universidade do México. Mais tarde, exerceu funções diplomáticas, tendo sido embaixador da Espanha em Washington, delegado da Espanha no Conselho da Sociedade das Nações, árbitro do conflito hindú-musulmán, em uma comissão integrada pelo Primeiro Ministro Macdonaid, o Lord Sankey, o professor Murray e Gandhi. Ainda, embaixador da Espanha em Paris e observador das operações bélicas, em julho de 1935, no Chaco, América do Sul. Fez um estudo comparativo entre Espanha, Inglaterra e França em que sustentou o seguinte ponto de vista: o inglês é o homem de ação, o francês, o homem de pensamento e o espanhol, o homem da paixão. Sobre sua própria filosofia, a definiu como a filosofia de um pessimista, que estima que o mundo está bem, considerando os canalhas que são os homens. Politicamente, acreditava que a aristocracia, entre a qual se recrutam os artistas, os profetas e os líderes, é a que deve governar, pois significa sobretudo "que el poder está en manos de los mejores".

grande para branquear o “herói”, “purificando-o” de qualquer resquício de descendência africana ou indígena³⁴. Salvador de Madariaga, em seu exaustivo *Bolívar*, dava a entender que o Pai da Pátria tinha ancestrais “de cor”. Consta na genealogia do Libertador uma dúvida sobre sua tataravó paterna, cujo nome foi ocultado pelo tataravô, o Capitão Francisco Marín de Narváez, tendo o episódio sido chamado à época de “Nudo de la Marín”, em referência ao nome de sua bisavó de mãe desconhecida, Maria Josefa de Marín y Narváez.

O primeiro retrato de Bolívar, pintado ainda quando muito jovem, de fato, mostra um adolescente mestiço de cabelos crespos e volumosos. É interessante notar que o retrato foi pintado muito antes de Bolívar receber o título de Libertador, quando, poder-se-ia especular, a cor da sua pele passaria a ter um significado singular em uma sociedade escravocrata. Porém, a reação frente ao livro de Madariaga mereceu uma declaração pública de condenação do livro por parte da Sociedad Bolivariana de Venezuela (1951, pp 233-234)³⁵ e o historiador Vicente Lecuna, por sua vez, dedicou os últimos anos de sua vida a refutar o que ele considerava os erros e insinuações do *Bolívar* de Madariaga³⁶.

1.10 A VISÃO DE MARX E DOS HISTORIADORES MARXISTAS SOBRE BOLÍVAR

³³ No capítulo sobre a ideologia bolivariana e o Estado Nacional dedicaremos maior atenção ao culto à Bolívar, analisado por DAMAS (1969).

³⁴ Sobre este aspecto das origens de Bolívar é muito interessante os registros de memória oral sobre Bolívar recolhidos por antropólogos venezuelanos, ao final dos anos 1980, na regiões ocupadas por antigas fazendas que utilizavam extensamente a mão-de-obra escrava, entre a população afro-venezuelana. Nessas descrições, Bolívar aparece como havendo nascido em Capaya, região onde a família Bolívar mantinha propriedades. Sobre a origem étnica do "Libertador" se afirma o seguinte: "*La mamá de él era negra. Bolívar es mestizo por eso [...] Lo que pasa es que no lo quieren decir porque era una negra y como era sirvienta no podía decir que era su mamá. Como ha pasado en muchas casas de familias, que el dueño de la casa, el señor de la casa, há vivido con la sirvienta*" (SALAS DE LECUNA, 1987, p. 46).

³⁵ Também mencionado por Harwich (2002).

Entre as biografias anti-bolivarianas mais negativas sobre o “herói” encontra-se o artigo escrito por Karl Marx, em 1856, a pedido da *New American Encyclopaedia*, de Nova York. Marx escreve “Bolívar y Ponte, Simón” (apesar do sobrenome correto de Simón Bolívar ser “Palacios”) tomando por base as memórias de dois oficiais ingleses que haviam servido nas filas patrióticas. O texto de Marx comenta mais ou menos os mesmos acontecimentos, segue a mesma cronologia e menciona os mesmos personagens, bem como toma para si os mesmos juízos dos relatos do General Ducoudray-Holstein, quem publicou em Londres o livro *Memoirs of Simon Bolívar*, em 1829 e do coronel Gustav Hippisley, autor da crônica intitulada *The Narrative of the expedition to the rivers Orinoco and Apuré in the South America: with sailed from England in november 1817, and joined the patriotic forces in Venezuela and Caracas*, editada também em Londres, em 1819³⁷. Assim, Marx, cuja visão crítica das construções heróicas não surpreende, elaborou um retrato abertamente negativo do personagem, a quem qualificou de "sujeito moralmente suspeito"³⁸, de "discutíveis dotes como chefe militar"³⁹, sendo, nada mais, nada menos, que um digno representante do patriciado crioulo, principal beneficiário da emancipação.

³⁶ Lecuna produziu três grossos tomos: o “Catálogo de errores y calumnias en la historia de Bolívar”, publicado postumamente.

³⁷ Em nota que comenta o artigo de MARX (1982) sobre Bolívar, o editor esclarece que Doucoudray havia sido expulso por Bolívar do exército e que Hipsley manteve uma áspera correspondência com Bolívar sobre suas intermináveis reclamações por salários e postos mais elevados (SCORON, 1982, p151).

³⁸ “Em 30 de julho chegou Miranda a La Guaira, com intenção de de embarcar num navio inglês. Enquanto visita o coronel Manuel Maria Casas, comandante da praça, encontrou-se com um numeroso grupo, no qual estavam Dom Miguel Peña e Simón Bolívar, que o convenceram a ficar, pelo menos uma noite, na residência de Casas. As duas da madrugada, encontrando-se Miranda dormindo com quatro soldados armados, se apoderam precavidamente de sua espada e de sua pistola, despertam-no rudemente, ordenando-lhe que se levantasse e se vestisse, após o que foi agrilhoado e entregue a Monteverde” (MARX, 1982, p. 40). A avaliação de historiadores que dispuseram de outras fontes e de melhores condições de análise que Marx sobre a relação de Bolívar e Miranda concordam que Bolívar cometeu uma injustiça contra Miranda, segundo eles não por razões morais, mas por precipitação e paixão juvenil. Sobre isso ver MIJARES (1987, p 228-229) e SALCEDO-BASTARDO (1983, p. 616-620).

³⁹ “Quando os prisioneiros de guerra espanhóis, que Miranda enviava regularmente a Puerto Cabello para mantê-los presos na cidadela, conseguiram atacar de surpresa a guarda e a dominaram, apoderando-se da cidadela, Bolívar, embora os espanhóis estivessem desarmados, enquanto ele dispunha de uma forte guarnição e de um grande arsenal, embarcou precipitadamente à noite com oito de seus oficiais, sem informar o que ocorria a suas próprias tropas, chegou ao amanhacer a La Guaira, e de lá se retirou para a sua fazenda em San Mateo.

Quando a guarnição se inteirou da fuga do seu comandante, abandonou ordenadamente a praça, que foi logo ocupada pelo espanhóis sob o comando de Monteverde” (MARX, 1982, p. 40). Um estudo útil para confrontar com as

A crítica à biografia escrita por Marx foi elaborada pela própria historiografia marxista latino-americana. O filósofo e antropólogo da Universidad de los Andes, Miguel Ángel Builes Uribe (2003) publicaria uma análise crítica das fontes da biografia de Bolívar escrita por Marx. Porém, antes disso, em 1941, por ocasião de uma edição soviética das obras completas de Marx e Engels, os editores já haviam dado-se a tarefa de glossar o artigo de Marx sobre Bolívar, justificando os equívocos de seu texto pelas fontes tendenciosas a que tivera acesso (HARWICK, 2002, p. 15).

Ainda no campo marxista, vamos encontrar dois trabalhos biográficos importantes e que buscam refletir de modo crítico sobre o papel do indivíduo na história. O primeiro, de Miguel Acosta Saignes (1997), sob o título *Bolívar, acción y utopía del hombre de las dificultades* e, o segundo, de Alberto Prieto Rozos (1990), *Bolívar y la revolución en su época*.

Ambos os trabalhos conseguem uma síntese bastante equilibrada das relações de Bolívar com seu momento histórico. Fazem uma sintética, porém rica, análise do processo de independência latino-americana à luz de uma visão ampla sobre a constituição básica do período colonial e esclarecendo muitos aspectos históricos fundamentais que ou aparecem dispersos e sem tratamento analítico em alguns trabalhos ou sequer são mencionados na maior parte da historiografia consagrada. A perspectiva de análise permite abordar com extrema clareza e sem preconceitos ou anacronismos as principais contradições do período. No balanço histórico que as

informações e o estudo de Bolívar no campo militar foi realizado por CANCINO (1980). Em uma passagem, escreve: "Los que conocen superficialmente a Bolívar lo presentan como un hombre todo de hidrargiro, que hacía la guerra a bocanadas. El mismo recalcó esta imagen, pues creyó cónsona al caudillo revolucionario. La verdad es muy outra. Bolívar aprendió a mantener bajo control su audacia, y sus capañas revelan al sesudo preocupado por balas y por lanzas, por el número de reses disponibles y por la calidad de sus botiquines; un guerrero empeñado, además, en combatir sólo en óptimas condiciones. Son multitud las órdenes que prohíben todo combate, sea absolutamente, sea ciñendo a sus lugartenientes a esas acciones en que la victoria fuese vehementemente segura. Con frecuencia se impone a sí mismo la mayor circunspección, y declina todo encuentro que ponga en entredicho ventajas recién ganadas. Fue audaz cuando la audacia era la solución más razonable. En la plenitud de sus años bélicos, fue frío y cauteloso, y sin esas sagradas cualidades nuestra independencia se habría perdido en el pantano de los encuentros insignificantes: brillantes sí, pero impotentes para fijar el devenir de una nación" (p. 321).

duas obras consolidam, Bolívar emerge como o mais conseqüente revolucionário burguês da independência e, por sua transcendência, converte-se em símbolo da unidade latino-americana ao, mesmo tempo, de revolução.

Finalmente, dois trabalhos biográficos extremamente completos são os realizados pelo venezuelano Augusto Mijares (1987) e do colombiano Indalécio Liévano Aguirre (1988). Os textos são ricos e completos, contextualizados, e informados pelo que há de mais atual na pesquisa histórica. Neles, Bolívar configura-se como um homem de grandes habilidades, porém com muitas de suas fragilidades e erros reconhecidos e analisados.

1.11 A ABRANGÊNCIA DAS CONSTRUÇÕES IDEOLÓGICAS SOBRE BOLÍVAR

Assim, para concluir a reflexão sobre o Bolívar construído pela disciplina da História, constatamos que também nesse caso a figura de Bolívar converteu-se, freqüentemente, em um esforço de resgate para justificar posições às vezes antagônicas. Fenômeno semelhante e relacionado a esse é verificado também nos discursos e práticas dos Presidentes da República da Venezuela, como veremos no capítulo dedicado à análise da ideologia bolivariana construída a partir das instituições do Estado nacional.

Devido a esse fator conflitivo e abrangente da ideologia bolivariana, o estudo de uma apropriação específica dessa ideologia recomenda uma vista panorâmica preliminar sobre o fenômeno a fim de compreender seu desenvolvimento mais amplo. Com isso, é possível reduzir as possibilidades de generalizações impróprias ou mesmo análises distorcidas sobre sua natureza. Cabe lembrar, a respeito dessa amplitude da ideologia bolivariana, o que Carrera Damas afirma

ser uma relação sentimental e patriótica que sobrevive entre os iletrados como uma viva cultura⁴⁰ ou como um misticismo que transformou o "Libertador" em uma espécie de santo, principalmente entre os camponeses pobres e para um setor das forças armadas nacionais⁴¹.

Apenas a título de ilustração desses diferentes usos e da abrangência da construção ideológica sobre Bolívar, cabe mencionar, por exemplo, que, fora da Venezuela, Bolívar é referido como padrão a ser seguido por alguns dos principais atores do Risorgimento italiano⁴², como Mazzini e Garibaldi⁴³. E que, percorrendo os 175 anos que separam a data de seu falecimento e nossos dias, encontraremos as glórias de Bolívar sendo reivindicadas tanto pelas correntes do fascismo, como a *Action Française* e pelo próprio Benedetto Mussolini⁴⁴, uma vez que, para estes, ele representava a síntese quase perfeita da tese do *Cesarismo Democrático*⁴⁵.

⁴⁰ DAMAS afirma, sobre a popularidade de Bolívar: "No era, pues, asunto de inculcar el respecto y la admiración por un prestigio cuyas raíces nacían de la vida de todos" (1969, p.91). E prossegue: "no deja de ser notable: en un país donde la propaganda oficial se ha esforzado empeñosamente a crear, mantener y pulir el culto ortodoxo a Bolívar, y sobre todo a los aspectos de su personalidad que interesa destacar, el pueblo ha recurrido a su propio modo de venerar a la figura que le resulta sinceramente digna de recuerdo ejemplar" (id., p. 231).

⁴¹ Carrera Damas menciona o fenômeno verificado junto aos camponeses venezuelanos que pedem milagres a Bolívar em vez de pedir a um Santo, o que o autor considera como expressão de um *culto do povo* que sobrevive separado e até mesmo contra o *culto estruturado para o povo* (id.).

⁴² O *Risorgimento* foi estudado por Antonio Gramsci. O autor italiano criticou o Risorgimento pelo modo elitista como os Moderados lideravam a libertação do país. Segundo ele, as elites do Piemonte conduziram a guerra nacional sob a bandeira da L'Itália farà da sé, significando que os grupos conservadores procurariam vencer - mas não conseguiram êxito à altura de uma revolução nacional -, movimentando exclusivamente o exército profissional, "sem aliados incômodos", isto é, não arrolando, de modo estratégico, as massas camponesas naquela resistência militar, com isso evitando alargar, em sentido progressista, o processo de formação do Estado nacional. Esta análise de Gramsci pode nos auxiliar a compreender melhor o conceito de Cesarismo Democrático posteriormente associado a Simón Bolívar quando mencionado pelo líder fascista Benedetto Mussolini (GRAMSCI, 2002, P. 461).

⁴³ Segundo Alberto Fillipi, Mazzini fez pelo menos três referências a Bolívar, mencionando o exemplo histórico de sua personalidade de *condottiero* e de patriota. As referências são feitas, precisamente, (1) na *Carta da Congregação Central da Jovem Itália ao General Ramorino* (1834); (2) em uma longa carta escrita a sua mãe, na qual descreve sua admiração por aquele homem virtuoso que ele amava por sua qualidade de coração, de mente e singular de sacrifício; e (3) em 1858, quando do Congresso de Paris, ao atacar Cavour por sua frase "amar mais a casa Savoia que a Itália". Garibaldi, por sua vez, menciona Bolívar com admiração na edição revisada de suas memórias, publicada em 1872. As referências aparecem nas recordações de sua viagem a Lima, quando, doente, é abrigado por Manuelita Saenz, que foi companheira de guerra e amante de Bolívar por longos anos e, também, em seus pensamentos sobre a América do Sul (FILLIPI, 1983).

⁴⁴ Benedetto Mussolini menciona "o alto sentido do Estado e de suas fundamentais atribuições de unidade, autoridade, soberania" que havia demonstrado Bolívar quem, além disso, "havia lucidamente entendido a inexorabilidade daquele processo centralizador" (FILLIPI, 1987, p. 150) também mencionado por HARWICK (2002, p.14).

⁴⁵ Segundo Laureano Villanueva Lanz, o Cesarismo Democrático pode ser explicado assim: "Si en todos los países y en todos los tiempos —aún en estos modernísimos en que tanto nos ufamamos de haber conquistado para la razón

Podemos fazer menção ainda à reivindicação de Bolívar como referência entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), grupo armado da atualidade que tem uma de suas brigadas batizadas com o nome do "Libertador".

Entre os autores e compositores simpáticos aos ideais socialistas, Bolívar é evocado em cantos de Neruda⁴⁶, na música popular de muitos intérpretes, entre eles o cubano Pablo Milanes⁴⁷ e o venezuelano Ali Primera⁴⁸. É, ainda hoje, insistentemente exaltado na voz de jovens *rappers* e grupos de salsa venezuelanos. Na literatura⁴⁹, chama a atenção como a vida de Bolívar é descrita por García Márquez como uma escola da "arte de morrer", como mencionou uma vez um crítico literário na introdução da edição colombiana do comemorado e polêmico *O General em seu Labirinto* (1989). Nele, García Márquez interpreta Bolívar de forma humanizada, afastando-se do tom épico normalmente associado à vida do personagem, ao ponto de parecerem inverossímeis algumas das falas a ele atribuídas, se comparadas com a correspondência e os

humana una vasta porción del terreno en que antes imperaban en absoluto los instintos— se ha comprobado que por encima de cuantos mecanismos institucionales se hallan hoy establecidos, existe siempre, como una necesidad fatal «el gendarme electivo o hereditario de ojo avizor, de mano dura, que por las vías de hecho inspira el temor y que por el temor mantiene la paz" (extraído de Taine. *Les Origines*, t. 1. pág. 341). E assim: "es evidente que en casi todas estas naciones de Hispano América, condenadas por causas complejas a una vida turbulenta, el Caudillo ha constituido la única fuerza de conservación social, realizándose aún el fenómeno que los hombres de ciencia señalan en las primeras etapas de integración de las sociedades: los jefes no se eligen sino se imponen. La elección y la herencia, aún en la forma irregular en que comienzan, constituyen un proceso posterior" (LANZ, 1990, pp. 165-192).

⁴⁶ "[...]El estaño Bolívar, Tiene un fulgor Bolívar, El pájaro Bolívar, Sobre el volcán Bolívar, La patata, el salitre, Las sombras especiales, Las corrientes, las vetas, De fosfórica piedra, Todo lo nuestro Viene de tu vida apagada. Tu herencia fueron ríos, llanuras, campanarios, Tu herencia Es el pan nuestro de cada día, Padre.[...] Padre, le dije, ¿Eres o no eres o quién eres? Y mirando al Cuartel de la Montaña Dijo: Despierto cada cien años, Cuando despierta el pueblo" (NERUDA, Pablo. Canto a Bolívar).

⁴⁷ A música composta e interpretada por Pablo MILANES chama-se "Canción por la Unidad Latinoamericana" e diz assim: "Bolívar lanzó una estrella que junto a Martí brilló".

⁴⁸ Ali PRIMERA canta "El Sanguero para el Regreso", cuja íntegra está reproduzida na Introdução desse trabalho. Canta também, em referência a Bolívar: "La guerra del petróleo" (1979), "Canción Bolivariana" (1980), y "La tonada de Simón" (1982).

⁴⁹ A tese de doutorado da colombiana Ana Cecilia Ojeda Avellaneda faz um estudo aproximativo entre história e literatura e reconstrói o que ela chama de "proceso de configuración de la representación mítica que nombramos con la palabra *Bolívar*" (OJEDA AVELLANEDA, 2002, p. 9).

demais escritos e registros bolivarianos, todos marcados por um romantismo exacerbado e por uma extrema vigilância de Bolívar para com seu legado⁵⁰.

Na América Latina, foi citado com admiração e respeito por alguns dos mais ardentes emancipacionistas, do "profeta" e combatente da independência Cubana, José Martí⁵¹, passando pelo "general de homens livres", o nicaragüense Augusto César Sandino⁵², até Fidel Castro e Ernesto 'Che' Guevara⁵³. Como também por intelectuais da estatura de José Vasconcelos⁵⁴, Leopoldo Zea⁵⁵ e Arturo Roig⁵⁶, sem falar em todos para os quais a causa

⁵⁰ Bolívar - analisando-se a lista de bens do qual era proprietário quando do falecimento de seus pais e seu testamento - inequivocamente nasce rico e morre pobre. Ao longo de sua vida tratou apenas de conservar sempre consigo um número crescente de baús contendo "sus papeles". Mas além dos papéis que registram praticamente toda a sua trajetória de vida, sabemos que Bolívar estava empenhado em escrever sua biografia, por relatos do General O'Leary. Nas biografias escritas por diversos autores, entre eles LAZZARÁBAL (2001) e MIJARES (1987), são mencionadas as preocupações de Bolívar com tudo o que era publicado sobre si na imprensa e que ficava extremamente abalado quando se sentia injustiçado ou mal interpretado.

⁵¹ José Martí pronunciou um discurso na Sociedad Literaria Hispanoamericana, em 28 de outubro de 1893, publicado em *Patria*, Nueva York, em 4 de novembro de 1893. Em um dos trechos menciona Bolívar assim: "¡Pero así está Bolívar en el cielo de América, vigilante y ceñudo, sentado aún en la roca de crear, con el inca al lado y el haz de banderas a los pies; así está él calzadas aún las botas de campaña, porque lo que él no dejó hecho, sin hacer está hasta hoy: porque Bolívar tiene que hacer en América todavía!". E, mais ao final, pergunta e responde: "¡¿Adónde irá Bolívar? ¡Al brazo de los hombres para que defiendan de la nueva codicia, y del terco espíritu viejo, la tierra donde será más dichosa y bella la humanidad! ¡A los pueblos callados, como un beso de padre! ¡A los hombres del rincón y de lo transitorio, a las panzas aldeanas y los cómodos harpagones, para que, en la hoguera que fue aquella existencia, vean la hermandad indispensable al continente y los peligros y la grandeza del porvenir americano!" (MARTÍ, 1974, p. 250)

⁵² Augusto Cesar Sandino havia se proposto a fazer realidade o supremo sonho do Libertador: a unidade latino-americana. Para isso, formulou o Plan de Realización del Sueño de Bolívar, nos últimos meses de 1928 (ZEA, 1993, Tomo II, p. 437).

⁵³ Pierre Kalfon conta que Fidel, ao conhecer Ernesto Guevara de la Serna, futuramente apelidado pelos cubanos simplesmente de "Che", em julho de 1955, em um "flechazo mútuo" conversou com ele durante cerca de dez horas sem parar. Nesta conversa, Fidel havia lhe explicado que a luta de libertação de Cuba se inseria, em última instância, em um empreendimento mais vasto uma vez que se perfila no velho sonho de Bolívar de libertação do continente (KALFON, 1998, p. 157).

⁵⁴ José Vasconcelos escreve no Prólogo de seu "La Raza Cosmica, Mision de la Raza Iberoamericana" a seguinte passagem: "Dividir, despedazar el sueño de un gran poderío latino, tal parecía ser el propósito de ciertos prácticos ignorantes que colaboraron en la Independencia, y dentro de ese movimiento merecen puesto de honor; pero no supieron, no quisieron ni escuchar las advertencias geniales de Bolívar" (VASCONCELOS, 1958).

⁵⁵ Leopoldo Zea, na apresentação dos três tomos compilados por ele com o título de "Fuentes de la Cultura Latinoamericana", explica que estes cadernos se iniciam com a Carta da Jamaica, de Simón Bolívar, "um documento extraordinário que resume o ideário e os projetos de libertação da América do homem que tomou como título o de Libertador. Título contraposto ao de Conquistador, dado aos Cortés e os Pizarro. Título próprio do homem que entregará sua vida a libertar povos ao longo da América..." (ZEA, 1993, p. 15 -tradução da autora).

⁵⁶ Roig escreveu o estudo "Los ideales bolivarianos y la propuesta de una universidad latino-americana continental" (ZEA, 1993, p. 67).

bolivariana da unidade latino-americana foi também sua bandeira, como José Ingenieros, Roberto Fernández Retamar e Justo Arosemena⁵⁷, entre outros.

Sem dúvida alguma, sua onipresença extrapolou as fronteiras americanas. Porém, em nosso continente, em especial na Venezuela, Bolívar contribuiu para uma cultura política particular. O historiador Germán Carrera Damas nos deu algumas pistas sobre isso em seu consagrado *El Culto a Bolívar*.

1.12 O CULTO A BOLÍVAR

Damas, especialista na historiografia de seu país, explica o culto a Bolívar como elemento fundamental da cultura nacional. O autor conclui que este culto traz como resultado o fato de que praticamente ninguém, na Venezuela, coloca a legitimidade de Bolívar em dúvida.

Esta legitimidade, afirma Damas, que se justifica no culto como componente principal da cultura da sociedade venezuelana, permite a renovação permanente da vigência do pensamento de Bolívar. Não como mera constância de sua presença em cada momento histórico ou como forma dos homens e mulheres apoiarem-se no passado para enfrentar o presente. Mas como efetiva participação do herói na vida do país e, mais do que isso, como participação do venezuelano e da venezuelana na vida do herói, forçando o mito a se projetar na atual realidade e a enfrentar situações que pertencem ao presente. É neste ponto que Damas apresenta sua crítica à visão de uma vigência desmesurada e anti-histórica de Bolívar, a qual quer impor as idéias do "Libertador" como guia da ação presente para Venezuela (DAMAS, 1967, p 255).

⁵⁷ Arosemena, pensador panamenho, era mais jovem que Bolívar, vivendo de 1817 a 1886, elaborou o “Proyecto de Tratado para Fundar una Liga Sudamericana” como uma concretização ao sonho de Bolívar de converter o istmo do Panamá no anfitrião dos povos (AROSEMENA, 1993, p. 340).

Porém, se essa abordagem cultural e extensa nos é útil para compreender parcialmente a sobrevivência bolivariana no tempo, ela é, no entanto, insuficiente para explicar o que demonstrou Harwick (2002) como os permanentes antagonismos presentes em diferentes apropriações políticas da figura de Simón Bolívar. A conclusão de Damas vela as potencialidades abertas pelo bolivarianismo como cultura nacional quando o autor acentua somente sua homogeneidade e conclui por sua negatividade retrógrada. O autor de *Culto à Bolívar* reduz sua apreciação da cultura venezuelana a uma crítica a seu suposto anacronismo por haver uma insistência em confrontar Simón Bolívar com situações do presente.

Os limites da crítica de Damas ganham transparência se analisamos o ideologia bolivariana informados pela análise histórica, considerando os projetos políticos, as disputas identitárias e os interesses de classe em jogo em cada momento. Em vez de uma cultura que se converte em obstáculo ao livre desenvolvimento de novas possibilidades históricas e sociais, como sugere Damas, verificamos uma memória de caráter altamente ideológico que, por sua natureza prática, converte-se em fonte inesgotável de inspiração para a ação política.

1.13 IDEOLOGIA BOLIVARIANA E MEMÓRIA HISTÓRICA

Nesse sentido, nossa pesquisa tentará esboçar o caráter da ideologia bolivariana, demonstrando algumas de suas diversas expressões no tempo e dedicando-se a realizar uma análise concreta dos usos da memória bolivariana em um episódio específico da história venezuelana: a Guerra Federal (1858-1863). Com isso, pretendemos contribuir para a compreensão das distinções entre *ideário bolivariano*, como síntese da chave Homem-Pensamento-Ação; *culto à Bolívar*, como elemento fundamental da cultura nacional venezuelana; e *ideologia bolivariana*, como expressão prática das apropriações sobre a figura de Simón

Bolívar por sujeitos específicos, com seus respectivos fins, em momentos determinados da história.

A ideologia bolivariana é, para nós, então, no âmbito desse trabalho, um processo coletivo e social de apropriação prática da memória histórica, com mecanismos de recordação e esquecimento que se servem do *ideário bolivariano* e do *culto à Bolívar* de maneiras específicas no tempo. O caráter coletivo da memória foi exposto por Halbwachs da seguinte maneira:

"se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não serão as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social" (HALBWACHS, 1990, p. 51).

A memória utiliza-se também de novas interpretações e de uma relação que admite um certo nível de arbitrariedade com o referente histórico que a torna bastante impermeável ao ônus da prova. Porém, se nos abirmos para as experiências históricas concretas, veremos que ela pode assumir funções sociais diversas, seja como recordação-esquecimento que oprime, seja como memória que apóia experiências de emancipação social. E, na medida em que se converte em ação prática, assume funções ideológicas sobre as disputas sociais em jogo. Nesse sentido, a reflexão de Halbwachs sobre a memória coletiva ajuda-nos a esclarecer:

"Acontece com muita freqüência que nos atribuímos a nós mesmos, como se elas não tivessem sua origem em parte alguma senão em nós, idéias e reflexões, ou sentimentos e paixões, que nos foram inspirados por nosso grupo. [...] De qualquer maneira, na medida em que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir

livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência nos passam despercebidas" (Id., p. 47).

Estudar um processo específico de comportamento dessa memória bolivariana, como manifestação ideológica, é o que nos dispusemos a realizar nesse trabalho. Nosso objetivo é obter informações sobre as potencialidades da ideologia bolivariana como recurso a contribuir na geração de processos de emancipação da classe trabalhadora. Com isso, pretendemos problematizar o caráter normalmente pejorativo associado às "mitologias do passado" em processos de transformação social, contribuindo dessa maneira para uma melhor compreensão sobre a função da identidade na construção de projetos societários de caráter autônomo dos trabalhadores.

A emblemática experiência da Guerra Federal (1858-1863) é um dos momentos mais representativos da história venezuelana no que diz respeito a um projeto político próprio dos trabalhadores do campo. Seu processo é marcado por revoltas armadas camponesas, antecedidas por uma série de levantes, especialmente quando foi mais ativo o movimento encabeçado pelo líder Ezequiel Zamora. O programa federalista, sintetizado na insígnia "tierra y hombres libres, horror a oligarquia", previa:

"abolição da pena de morte, liberdade absoluta de imprensa, de trânsito, de associação, de representação, inviolabilidade de domicílio, da correspondência e dos escritos privados, liberdade de cultos, inviolabilidade da propriedade, direito voluntário de residência, independência absoluta do poder eleitoral, eleição universal, direta e secreta, administração da justiça gratuita, abolição da prisão por dívida, igualdade de todos os cidadãos perante a lei, tratamento oficial único de 'cidadão' e usted." (MAZA ZAVALA, 1988, p.240)

Segundo Maza Zavalla:

"o movimento federal sepultou a ordem herdada da colônia e levantou fermentos de subversão social na massa popular, enquanto que, por outro lado, contribuiu para a democratização formal das instituições e para a consciência de igualdade entre a população [...], mas não as classes nem a profunda desigualdade econômica" (id.).

A historiografia clássica dedicou-se especialmente à história política em sua dimensão mais tradicional, sobretudo às guerras e à diplomacia. Razão pela qual supusemos encontrar um conjunto de estudos mais ou menos aprofundados sobre a Guerra Federal. A expectativa, no entanto, foi frustrada. Um número restrito de obras e bastante recentes são dedicadas ao estudo daquele período, apesar da inquestionável relevância, singularidade e repercussões sociais da Guerra Federal. Foram cinco anos de guerra total em que a chamada *Federación* avança até controlar cerca de 75% do território e envolver mais da metade do total da população venezuelana, no período mais intenso do conflito compreendido pelo anos de 1859-1860.

O que haveria induzido o desinteresse por esse evento da história política e militar do país por parte dos historiadores clássicos vinculados às instituições de pesquisa tais como a consagrada *Academia Nacional de la Historia*, instituição por excelência da construção da história do país a ser ensinada nos bancos escolares? Seria uma espécie de operação de memória que os levou ao esquecimento? Uma daquelas "amnésias patológicas" das quais nos falou Halbwachs e que, segundo ele, explicam-se pela fatalidade de haver sido afetada a faculdade em geral de entrar em relação com os grupos de que se compõe a sociedade? Será que os historiadores venezuelanos teriam sido atingidos por essa amnésia por haver, como sugere o autor de *A Memória Coletiva*, "perdido o contato com aquele grupo" (HALBWACHS, 1990, p. 32), no caso os camponeses da metade do século XIX, como se eles não existissem?

É devido a este "lapso de memória" da historiografia venezuelana que nos dedicamos a reiterar a relevância desse evento da história do país e sua importância para

compreender a ideologia bolivariana incipiente e que, logo em seguida, passa a ser objeto do culto oficial promovido pelo Estado. Ou seja, não pela capacidade de evidenciar uma presença óbvia, mas pela presença muitas vezes apenas indiciária dessa ideologia indicando uma ação concreta; não pela simples presença bolivariana em frases bem articuladas de documentos oficiais, mas por exigir um esforço de análise mais sutil no estabelecimento dos nexos entre um e outro processos.

Nesse sentido, propomo-nos a analisar historicamente as relações entre a memória bolivariana, como fenômeno social ideológico, e uma experiência de mobilização armada de amplos contingentes da população trabalhadora venezuelana do campo. Assim, uma das razões importante para selecionar este momento da história do país é o fato de a Guerra Federal haver sido cronologicamente anterior à constituição do que Carrera Damas qualificou como construção do culto oficial a Bolívar, levado a cabo por iniciativa do Estado venezuelano.

O marco principal da construção sistemática do culto oficial foi datado, a partir dos estudos de Damas, da segunda metade da década de 1870, com a primeira publicação de documentos do Libertador⁵⁸. Apesar de Bolívar ter sido objeto de louvores e homenagens de inquestionável repercussão histórica mesmo em vida, repercutindo sobre a memória de seus contemporâneos, até aquele momento ainda não havia se convertido em culto, como será demonstrado ao longo desse trabalho.

⁵⁸ O presidente venezuelano na ocasião, ex-líder federalista, general Antonio Guzmán Blanco, reeditaria os 14 volumes dos *Documentos relativos a la vida pública del Libertador* e mandaria erigir a estátua equestre do Libertador que até hoje faz afluir para a praça principal de Caracas os mais diversos e ilustres visitantes para prestar homenagens ao "herói". Ele também reformaria a antiga *Iglesia de la Trinidad* para abrigar o *Pantheón Nacional* e promoveria as comemorações do centenário do Libertador. O general, apelidado de "autócrata civilizador", decretou a instrução pública em caráter obrigatório e gratuito, instituiu uma moeda nacional, o *Bolívar*, fomentou uma legislação civil e investiu na agricultura e na construção de linhas férreas, mediante contratos muito vantajosos aos venezuelanos, realmente leoninos para os empresários europeus. Seu apelido é devido, também, ao fato de ter enfrentado a Igreja Católica e pela audácia de haver se negado a reconhecer a dívida para com os EUA de 1.000.000,00 (um milhão) de pesos, alegando que esta só alcançava originalmente 80.000,00 (oitenta mil) pesos. Porém, apesar do apelido, Guzmán Blanco ficou sem resolver a questão agrária (fundamental ao movimento

Uma política sistemática e deliberada no sentido de transformar a figura de Bolívar em um objeto de veneração é posterior ao período da Guerra Federal. O episódio da Guerra, neste sentido, relaciona-se com a construção do culto como uma das possíveis causas da investida do Estado em direção à sacralização bolivariana, ainda que essa afirmativa dependa da investigação que procedemos.

Assim, a ideologia bolivariana apresenta uma abertura para experiências históricas diversas. Ao percorrermos as pistas que essa ideologia traçou antes e depois da Guerra Federal, em um período de tempo mais longo, e detendo-nos no episódio da Guerra como chave para compreender seu comportamento, veremos sua versatilidade para se adaptar às conjunturas e também a força que adquire como ferramenta de resistência ou a impulsionar projetos societários sob a perspectiva da classe trabalhadora.

Foi por isso que escolhemos para as finalidades desse trabalho a articulação da ideologia bolivariana com uma experiência concreta de um povo em armas. Um dos questionamentos interessantes que surgem da análise realizada diz respeito às articulações temporais que ensejam o processo ideológico. Se a memória cumpre funções ideológicas, como aqui sustentamos, nos é útil a referência de Alistar Thompson que a toma como um processo de dar sentido ao passado⁵⁹. Porém, no âmbito desse estudo, estaremos analisando sobretudo as relações da memória com o presente e o futuro.

A reflexão que realizamos sobre as relações entre memória e história inspiram-se, em parte, na contribuição de Reinhart Koselleck para uma "teoria do tempo histórico". Para o

federalista). A propriedade se concentrou ainda mais e as condições de trabalho e de vida da massa camponesa não melhoraram (MAZA ZAVALA, 1988).

⁵⁹ Uma problematização sintética e histórica das relações entre história e memória foi feita THOMPSON (1996), quem sugere um rompimento da dicotomia entre história e memória afirmando que "o processo de dar sentido ao passado é entendido como uma capacidade mais geral, expressa de várias formas e modos, que podem ser mais bem entendidos como organizados em vetores de diferentes espectros, em vez de estarem agrupados em torno de noções polarizadas de história e memória (HAMILTON, 1996. p. 78).

autor, cuja preocupação central é estabelecer as distinções entre uma história possível (história em si, como processo) e as condições para seu conhecimento (História como ciência ou forma de conhecimento), a investigação da diferença ou convergência entre conceitos antigos e novas categorias do conhecimento é um estudo preliminar para uma teoria científica da história.

O esforço em criar mecanismos que permitam apreender estas divergências ou convergências levaram o historiador a propor duas categorias formais que equivalem para a ciência da história ao que, para a história como processo em si, vivido e concreto, são as categorias de "espaço" e "tempo". Segundo Koselleck, as categorias de "campo de experiências" e "horizonte de expectativas" são capazes de problematizar o tempo histórico por terem a virtude de cruzar o passado e o futuro. Experiência e expectativa são modos de ser desiguais de cuja tensão se pode deduzir o tempo histórico. Para ele:

"La experiencia es un pasado presente, cuyos acontecimientos han sido incorporados y pueden ser recordados. En la experiencia se fusionan tanto la elaboración racional como los modos inconscientes del comportamiento que no deben, o no debieran ya, estar presentes en el saber. Además, en la propia experiencia de cada uno, transmitida por generaciones o instituciones, siempre está contenida y conservada una experiencia ajena. En este sentido, la Historie se concibió desde antiguo como conocimiento de la experiencia ajena.

Algo similar se puede decir de la expectativa: está ligada a personas, siendo a la vez impersonal, también la expectativa se efectúa en el hoy, es futuro hecho presente, apunta al todavía-no, al no experimentado, a lo que sólo se puede descubrir. Esperanza e temor, deseo y voluntad, la inquietud pero también el análisis racional, la visión receptiva o la curiosidad forman parte de la expectativa y la constituyen" (KOSELLECK, 1993, p.338).

E prossegue esclarecendo que a experiência se modifica no tempo mesmo sendo a mesma, pela expectativa retroativa. Pois, segundo ele, o tempo esclarece as coisas ao se reunirem novas experiências. As experiências superpõem-se, impregnam-se umas nas outras. A expectativa, por sua vez, tem uma estrutura temporal que está baseada na experiência. Neste caso

ela não surpreende, apenas confirma-se. Uma expectativa surpreendente converte-se em uma nova experiência (KOSELLECK, 1993, p. 341).

Dessa maneira, tomamos o conceito formal de memória para nosso estudo em termos similares ao que Koselleck descreveu como um passado presente (experiência), cujos acontecimentos foram incorporados e podem ser recordados ou esquecidos e transformados com base em novas experiências e expectativas. Dessa maneira, a memória, assim como o conhecimento histórico, é um campo que articula experiências e expectativas de modos particulares no tempo. E sua expressão material e concreta no processo histórico concreto compõe uma experiência ideológica mais ampla que incorpora todas as ações humanas conscientes.

É justamente para compreender este aspecto particular de articulação da memória no tempo, ou seja, como ideologia na história, que a observação abaixo nos é extremamente útil:

"o que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de tornar-se *praticamente consciente* do conflito social fundamental - a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social - com o propósito de resolvê-lo *pela luta*. Em outras palavras, as diferentes formas ideológicas de consciência social têm (mesmo se em graus variáveis, direta ou indiretamente) implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte e na literatura, assim como na filosofia e na teoria social, independentemente de sua vinculação sociopolítica e posições progressistas ou conservadoras. É esta orientação prática que define também o tipo de racionalidade apropriado ao discurso ideológico" (MÉSZÁROS, 2004, p. 66)⁶⁰.

A natureza prática da memória bolivariana é sobretudo o que a aproxima da elaboração de Mézáros sobre o conceito de ideologia⁶¹, como demonstraremos ao longo do trabalho. Certamente é essa capacidade do bolivarianismo ou da ideologia bolivariana para

⁶⁰ Ver Nota de Rodapé N° 2, do Capítulo 4.

⁶¹ Sobre a trajetória e as polêmicas em torno do conceito de ideologia ver KONDER (2002). Nesse estudo, Konder fez um esforço enciclopédico de recuperar o desenvolvimento do conceito de ideologia no interior da obra marxista, bem como entre aqueles que lhe opuseram objeção, como Ricoeur, Bourdieu e Foucault. Além disso, estabelece as

apresentar-se frente às mais diversas situações concretas da história como uma alternativa hegemônica para os conflitos sociais que se apresentam que lhe confere uma reatualização constante. Mais uma vez, nos ajuda Mézáros:

"Os interesses desse discurso não devem ser articulados como proposições teóricas abstratas (das quais nada surgirá a não ser outras proposições abstratas da mesma espécie), e sim como indicadores práticos bem fundamentados e estímulos efetivamente mobilizadores, direcionados às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais (e não de 'tipos ideais' artificialmente construídos)" (id.).

Assim, nesta relação sugestiva e esclarecedora que nos chama atenção Koselleck, entre História como disciplina e história como processo, o estudo da história é todavia mais do que experiências e expectativas humanas expressas através de narrativas diversas (que são categorias centrais para a teoria da história, segundo a proposição de Koselleck). A história se dá fundamentalmente no tempo e no espaço. O âmbito do estudo da memória bolivariana que nos propusemos a analisar é o do processo histórico como a própria relação dos seres humanos com eles mesmos e com a natureza ao longo do tempo.

Apreendê-la implica refletir para além do oferecido imediatamente pelas fontes, requer uma compreensão mais geral sobre o desenvolvimento das capacidades humanas frente à reprodução da vida em todas as suas dimensões. Daí que o estudo da ideologia bolivariana deverá confrontar-se permanentemente com a realidade concreta com a qual ela mantém relações de co-determinação.

A análise das ideologias das quais um povo lança mão para travar a luta social nos dão algumas pistas sobre a relevância da identidade em processos de transformação social com

relações do conceito com o pós-modernismo, a história, a psicanálise, a arte, a ética, o cotidiano e a política. Porém, o mais importante trabalho sobre o tema da atualidade, na nossa opinião, segue sendo o de MÉSZÁROS (2002).

protagonismo popular⁶² e colocam em questão o potencial criativo e mesmo emancipatório (no que diz respeito às classes) até mesmo de tradições inventadas, para utilizar uma expressão cunhada por Hobsbawm (1997). Karl Marx já havia nos advertido sobre os perigos da tradição para os processos revolucionários, ao escrever assim, em um de seus mais interessantes trabalhos históricos, *El Dieciocho Brumario de Luis Bonaparte*:

"La tradición de todas las generaciones muertas oprime como una pesadilla el cerebro de los vivos. Y cuando éstos se disponen precisamente a revolucionarse y a revolucionar las cosas, a crear algo nunca visto, en estas épocas de crisis revolucionaria, es precisamente cuando conjuran temerosamente en su auxilio los espíritos del pasado, cuando toman prestados sus nombres, sus consignas de guerra, su ropaje, para, con este disfraz de vejez venerable y este lenguaje prestado, representar la nueva escena de la historia universal!" (MARX, 1962, p. 15).

Ele mesmo, no entanto, reconhecia que as revoluções burguesas haviam se servido das tradições para reencontrar o espírito revolucionário que as pudesse colocar em movimento.

Em suas palavras:

"En aquellas revoluciones, la resurrección de los muertos servía, pues, para glorificar las nuevas luchas y no para parodiar las antiguas, para exagerar en la fantasía la misión trazada y no para retroceder en la realidad ante su cumplimiento, para encontrar de nuevo el espíritu de la revolución y no para seguir haciendo dar vueltas a su espectro" (MARX, 1962, p. 17).

Assim, se a “ressurreição dos mortos” cumpre papéis diversos dependendo de circunstâncias históricas específicas, podemos nos perguntar, parafraseando Marx, se essa memória bolivariana realizou-se na Guerra Federal como tragédia ou como farsa. Como fator a contribuir para a realização do projeto federalista camponês ou a oferecer resistência em sua efetivação, com idéias e crenças que concorressem para sua frustração. Esse é, resumidamente, o

⁶² A memória constitui a identidade na medida em que é fator do sentimento de coerência e continuidade de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Nesse processo, a "memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos" (POLLACK, 1992, p. 205).

objetivo do atual trabalho, cuja resposta pretende contribuir para uma reflexão mais geral sobre as potencialidades da ideologia bolivariana como fator de emancipação social.

2 A GUERRA FEDERAL

A figura de Simón Bolívar plasmada na memória social vincula-se intimamente com o longo processo de construção do Estado e da nação venezuelanos. As origens desse processo remontam à longa e violenta guerra de independência contra o império Espanhol, processo no qual se assentam as bases materiais ideológicas do Estado e da nação, e seu desenvolvimento se estende até os dias de hoje, com diversas transformações. Ao longo do tempo, sucessivos conflitos sociais marcam historicamente esse processo, sendo que, no século XIX, destaca-se a guerra civil de maior extensão depois da independência: a Guerra Federal de 1858-1863.

Como veremos nesse capítulo, a conclusão da guerra de libertação nacional não significou para a Venezuela⁶³ o encerramento das contradições internas entre escravos e senhores da terra. As ações armadas que culminaram na Batalha de Carabobo, em 24 de junho de 1821, e consequentemente no reconhecimento da independência de Venezuela, encontram uma linha de continuidade em centenas de rebeliões dos anos seguintes que desembocaram na Guerra Federal. Com violência crescente, essas revoltas compartilhavam o mesmo sentido libertário que caracterizara a guerra de independência, porém incorporavam um conteúdo anti-oligárquico que lhes conferiu um caráter igualitário mais profundo que o experimentado no período anterior. Como lembra o historiador venezuelano Federico Brito Figueroa:

"El 'ignaro populacho, siempre propenso a la anarquía', según palabras de algunos Representantes en el Congreso Constituyente de Cúcuta, siente que su sacrificio había sido inútil, que había sido traicionado, a pesar de la exclusión de los godos, de la

⁶³ À época, parte do território da aqui denominada *Gran Colombia*, que correspondia aos atuais estados da Venezuela, Colômbia, Panamá e norte do Equador.

Constitución y nuevas leyes, era simplemente la continuación del 'oprobioso pasado'. Sólo que en condiciones diferentes.

El Estado Republicano no solamente prolonga la esclavitud, disimulándola bajo el sistema de manumisión, sino que los amos, individualmente, apoyados en las instituciones que controlaban, reclamaban la propiedad de los esclavos que se habían liberado al incorporarse al Ejército Libertador, sobre la base de los Decretos de 1816, 1818 y 1820. En este sentido plantearon interminables litigios en los Tribunales y Juntas de Manumisión, instituciones que muchas veces dictaron sentencias favorables a los propietarios, condenando a soldados, clases y oficiales, que habían combatido por la independencia, a regresar a la condición de esclavos o sirvientes domésticos.

En este orden de ideas, como respuesta lógica a esas sentencias condenatorias, grandes contingentes del Ejército Libertador se negaron a acatar la demobilización decretada por el Poder Ejecutivo, prefiriendo permanecer en armas, en los Llanos y hasta en los mismos centros poblados donde estaban acantonados: en plan de rebelión e 'insubordinación ante las autoridades legítimamente constituidas'. A esos contingentes del Ejército Libertador se incorporaban los esclavos fugitivos, los 'deudores insolventes, vagos entretenidos y delincuentes', los indígenas expulsados de los resguardos y sometidos a la coyunda del concertaje. Era una situación general y permanente:

'... las sublevaciones de la gente de color se sucedían a diario en todo el país; y en Cumaná, Barcelona, Guayana y Barinas, y aún en las cercanías del mismo Caracas se repetía el grito pavoroso de 1814: ¡Mueran los blancos! (...) Las sublevaciones no se contenían sino con los fusilamientos en masa (...) De 1821 a 1830 se contaron más de cincuenta sublevaciones de negros, reprimidas sin fórmula de juicio. (...) aquellas bandas (...) asolaban los campos, saqueaban y incendiaban las poblaciones, vejaban las autoridades, y asasinaban a los blancos. (...) La miseria llegó a ser espantosa" (BRITO-FIGUEROA, 2002, p. 1.326)

2.1 UNIDADE OLIGÁRQUICA PÓS-INDEPENDÊNCIA

A principal consequência dessa situação crítica para as elites locais, ameaçadas pelo estado de insurgência geral, foi o estabelecimento de uma forte unidade política nos anos 1820, 1830 e início da década de 1840. Durante esse período, no entanto, a economia nacional não conseguiu se recuperar totalmente das enormes perdas que assolavam o país desde a longa década de luta pela libertação nacional, quando Venezuela esteve entre os territórios mais afetados pela guerra prolongada. Os prejuízos econômicos da guerra são vultuosos, embora não tenhamos dados quantificados de valores das perdas patrimoniais. Porém, a população negra havia descendido de 111.800 a cerca de 50.000 entre 1810 e 1825 (ACOSTA SAIGNES, p. 37 e 359). Os escravos convertidos em soldados que haviam lutado pela emancipação do país, libertos

através dos Decretos de 1816 assinados por Bolívar, tinham paulatinamente e em grande parte sido reduzidos novamente à escravidão, através de duas leis de *Manumisión*, uma datada de 1821 e outra de 1830 — ainda mais retrógrada, elevando para vinte e um anos a idade requerida para obter carteira de liberdade⁶⁴.

Os proprietários de terra reclamavam indenização do Estado por seus escravos incorporados às armas da República no processo da guerra de independência. Muitos documentos da época reportam, especialmente a partir de 1823, estes conflitos. Em 1834, por exemplo, um soldado do Exército Libertador, que havia ascendido a Capitão, "pede sua liberdade porque ingressou [como] escravo ao serviço das armas (...) e seus antigos amos [agora] querem até-lo a um pelourinho como um negro fugitivo"⁶⁵ (BRITO FIGUEROA, 1996, p. 107). Nesse contexto, o resultado foi o incremento das fugas de soldados reconvertidos em escravos.

Porém, a essa crise social interna, que afetava a legitimidade de todas as instituições pós-independência, se somava uma crise econômica que em vez de produzir alguma solução ao longo dessas décadas de suposta paz interna e externa, ao contrário, acentuava a situação de penúria geral. Assim, no início da década de 1830, já era possível identificar os elementos básicos que, agravados, vão constituir o quadro que dá origem à Guerra Federal.

Inicialmente, o governo presidido pelo caudilho militar independentista, José Antonio Páez (1790-1873), tentou estabelecer mecanismos que garantissem a unidade da elite. Para isso, editou uma série de medidas favoráveis aos produtos agropecuários de exportação,

⁶⁴ O responsável pela guarda dos Arquivos do Libertador por muitos anos, na Sociedade Bolivariana de Venezuela, em Caracas, Manuel Pinto, escreveu um trabalho denominado "Bolívar y las masas" que nos auxilia a compreender algumas das razões históricas pelas quais este e outros Decretos de abolição da escravatura assinados por Bolívar não foram cumpridos (PINTO, s/d). Também GUEDEZ (1999) se dedica a esse tema específico. As obras que melhor analisam esta situação, no entanto, seguem sendo as de BRITO FIGUEROA (1996 B), ROZOS (1990) e SAIGNES (1997).

⁶⁵ Este e alguns outros casos relativos a reivindicações de indenizações foram verificados pela autora junto ao Archivo General de La Nación, Caracas. Intendencia de Venezuela, t. CLII, fs. 142, ss.; t. CLI, fs. 127, ss; y t.

proibindo a importação de sal, tabaco, café, cana-de-açúcar, mel, aguardente, isentando alguns de impostos de exportação (pelo menos até 1833), através da Ley Orgánica de 14 de outubro de 1830⁶⁶. Foram habilitados diversos portos para escoamento da produção agrícola e cerca de 80% da produção foi absorvida através do comércio internacional. Apesar dessas medidas iniciais, ao longo dos anos 1830 e 1840, diversos impostos foram sendo introduzidos sem conseguir, mesmo assim, equilibrar as contas públicas. Os *déficits* do Estado foram crescentes e impuseram, por um lado, contribuições forçadas da massa geral da população, por outro, o endividamento público (BRITO FIGUEROA, 1996, pp. 61-62).

Para agravar a situação para a classe dirigente, no período 1840-1845, a mão-de-obra escrava deixava de ser o mecanismo mais produtivo de extração de riqueza. Prova disso é que, em 1845, houve a gestão de um empréstimo ao exterior para "libertar" a mão-de-obra escrava, cujo percentual em relação ao restante da população prosseguia decrescendo, como demonstra o *Quadro 1*. Como se vê nesse quadro, já o censo de 1825 sobre a Intendencia de Venezuela, publicado na Gaceta de Colombia, indicava o descenso da escravidão, com uma participação de 6,33% da população nessa condição. Ficam também patente o surgimento de novas formas de exploração do trabalho, tais como a peonagem, ocupando 67% da mão-de-obra trabalhadora. Enquanto "liberavam" a mão-de-obra escrava, os donos de terras aprendiam a manter subordinada a mão-de-obra por mecanismos de endividamento. E, para que a crise fora completa, paralelamente à crise no setor produtivo, a usura se incrementava em escala crescente:

CLXII, fs. 111, ss.; Interior y Justicia, t. IV fs. 73, ss.; t. XVIII, fs. 411, ss.; t. LXXIX, fs. 108, ss.; t. LXV, fs. 233, ss.; t. LXXXVIII, fs. 52-65 y t. LXXXVIII, fs. 279, ss.

⁶⁶ Entre os regulamentos da república oligárquica aprovados em outubro de 1830 destaca-se o Decreto de Manumisión, publicado doze dias antes da Ley Orgánica. A unidade oligárquica está muito bem expressa nesses dois documentos históricos, sendo que o Decreto foi assinado de próprio punho pelo Presidente Antonio Páez e por seu secretário interino do interior, Antonio Leocadio Guzmán, que posteriormente será um dos líderes da Guerra Federal (BIBLIOTECA DEL PENSAMIENTO VENEZOLANO, 1990, Tomo I, pp. 419-424)

"La usura extiende sus tentáculos sobre la sociedad venezolana, a la sombra de un Estado que en realidad es el testaferro y fiel ejecutor de las ordenanzas legales del capital usurario, de los propietarios monopolistas y comerciantes importadores, que actúan de intermediarios entre los 'cosecheros' y el mercado capitalista mundial; el mercado interior tiende cada vez más a limitarse, en tanto que decae el poder adquisitivo de la masa general de la población." (BRITO FIGUEROA, 1996, p. 63)

QUADRO 1:

VENEZUELA POSTCOLONIAL: LA ESTRUCTURA ECONOMICO-SOCIAL DE LA POBLACION (1821-1830), Incluyendo las comunidades indígenas no reducidas)		
<i>Clases sociales, Grupos económicos-sociales y categorías socioprofesionales</i>	%	<i>Información, observaciones</i>
Amos del suelo, busguesía mercantil-usuraria	1,00	Latifundistas, algunos descendientes de la antigua aristocracia territorial, comerciantes exportadores-importadores, prestamistas usurarios, comerciantes de valores, militares enriquecidos con los "haberes de guerra", y altas jerarquías eclesiásticas (tierras, bienes raíces, esclavos, renta decimal, capital eclesiástico, etc).
Burocracia civil, militar y eclesiástica	1,27	Militares de Segunda categoría y civiles que formaban parte de las instituciones de poder político, represivo y religioso.
Capas sociales intermedias	6,40	Medianos y pequeños productores agropecuarios y urbanos, medianos y pequeños comerciantes, militares y profesionales no favorecidos con los "haberes de guerra".
Población laboral urbana	12	Peones y jornaleros libres, de centros urbanos, asalariados llamados sirivientes, artesanos, oficiales, mineros, caleteros, gente sin oficio definido.
Población rural enfeudada ⁶⁷	67,00	Peones y jornaleros del campo, campesinos pobres que

⁶⁷ Fazemos uma ressalva crítica ao conceito de eufeudamento aqui empregado pelo autor. A aplicação do termo feudalismo para a realidade latino-americana é tributária de certa vertente do marxismo que transplantou de maneira imprópria categorias utilizadas para outras formações-sociais (européias) e em outro momento histórico. Embora pareça aplicar aqui essa acepção, Figueroa também utiliza o conceito de peonagem por dívidas, que acreditamos ser mais apropriado e que foi consagrado de forma fecunda nos estudos de historiadores como FLORESCANO (1990).

		continuaban pagando renta trabajo y renda especie, desheredados del campo en general, indios concertados, reducidos o adscritos a las misiones.
Esclavos	6,33	
Comunidades indígenas no reducidas	6,00	Estimación, tomando en consideración los datos de 1800-1810 y las cifras posteriores a 1830.

(BRITO-FIGUEROA, 2002, p. 1.365).

2.2 AS REBELIÕES DE ESCRAVOS NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Assim, concluída a guerra de independência, as expectativas de igualdade que haviam mobilizado milhares de camponeses pobres e escravos não haviam sido atendidas. Ao contrário, além da manutenção do regime de escravidão, diversas medidas ampliavam as dificuldades financeiras de camponeses e proprietários de terras em benefício dos banqueiros internacionais. Os próceres da independência, escreve Laureano Villanueva, com algumas exceções "vivian infelices, olvidados o proscritos". Uma lei aprovada em 10 de abril de 1834 liberava os juros e "entregava o devedor atado ao credor, como uma vítima sem defesa e condenado à extorsão", incluindo medidas inconstitucionais que permitiam que os bancos absorvessem parte do tesouro público (VILLANUEVA, 1991, Tomo I, p. 39). A oligarquia ocupava os postos públicos e se apoderava das rendas através do setor bancário, asfixiando a economia do país.

Apesar de tudo, o Gal. Antonio Páez conseguiu concentrar durante esse período parte significativa do poder na Venezuela, especialmente nos anos 30, quando manteve o controle sobre todos os poderes, distribuindo pessoalmente os cargos civis, consulares, diplomáticos, militares e do clero. Porém, como consequência das contradições ensejadas pela penúria

econômica e pela restauração da escravidão, todo o período é marcado por uma série de rebeliões de escravos que atingiram o país nas décadas de 1830 e 1840, especialmente. Brito Figueroa conta-nos que "son numerosas las conspiraciones y rebeliones proyectadas por esclavos y manumisos con la cooperación de antiguos soldados republicanos, defraudados por los resultados negativos de la 'ley de repartos de tierra'" (BRITO FIGUEROA, 1996, p.107).

Este autor registra 130 rebeliões, conspirações e "revoluções" de escravos entre 1830 e 1846, todas armadas e algumas bem planejadas, com assaltos a quartéis e apropriações de fuzis e cartuchos. Esses números não incluem os incontáveis registros de fugas, divulgados nos periódicos e registrados junto ao *Ministerio de Interior y Justicia* da época, todos disponíveis no *Archivo General de la Nación*. Esses eventos tiveram todos significados regionais e locais, porém sua bandeira foi sempre uma única, a liberdade e a abolição da escravatura (idem, p. 110).

As ações coletivas de escravos identificadas por Brito Figueroa apontam rebeliões em 1831 e 1832 em Guárico, especialmente em Tucurigüita, Orituco y nos Valles del Tuy y Cúa. Sobre o ano de 1833, o autor nos relata a descoberta de uma rebelião nas propriedades dos descendentes do Conde Tovar, nos Vales de Aragua. Na conspiração, aplacada nos dias 23 e 24 de fevereiro de 1832, em Angostura, segundo relato de Tavera-Acosta, **os escravos reclamavam sua liberdade apoiados nas proclamas expedidas por Bolívar em 1816** (TAVERA-COSTA, 1954, p. 465)⁶⁸. Os registros de "rebelión contra la legítima autoridad de los amos" continuou aparecendo com uma constância impressionante nos arquivos do *Ministerio de Interior y Justicia*. Não houve ano sem que estes registros mandassem dezenas e centenas de negros escravos ou libertos para a prisão ou os condenasse a penas de açoitamento.

⁶⁸ Esta rebelião de escravos envolvia também o Tenente Pedro Vicente Aguado, que havia liderado um motim cerca de um mês antes e que, posteriormente, lutaria na Insurreição camponesa de 1846 e na Guerra Federal.

Assim foram os anos de 1836, 1837, 1838 e 1839, especialmente nas planícies de Barinas, Guárico y Apure e nas plantações dos Vales Centrais da Venezuela. Em 1840, o fenômeno assume caráter geral. Em 1841, 1842 e 1843 os levantamentos se circunscrevem ao Valle del Tuy, Cúa, Capaya, Ocumare de la Costa y Choróní. Em 1844, as mais importantes acontecem nas proximidades de Mata Rala e Barinas, já com a participação de peões e arrendatários expulsos da terra. Em 1845, conspiram os escravos de Tucacas, Tarí e Tocuyo de la Costa, em Yaracuy e os negros de Brasén. Em 1846, as autoridades descobrem o que chamaram de fios de um "vasto levantamiento proyectado por los esclavos de la costa del Golfo Triste" (BRITO FIGUEROA, 1976, pp. 107-110)⁶⁹.

Há, evidentemente, um vínculo direto entre esta série infindável de rebeliões de antigos escravos convertidos em soldados e homens livres no processo de independência e reconvertidos em escravos no período posterior, pela restauração da escravidão levada a cabo pelos proprietários de terras e governantes venezuelanos. E os libertos, que são soldados ou mesmo oficiais do exército Libertador liderado por Bolívar, arrastam os escravos à rebelião motivados pelo direito adquirido com o Decreto bolivariano de 1816, entre outros compromissos da República. Podemos afirmar que essas rebeliões são o resultado imediato da frustração do programa libertário do processo de independência para os explorados. Bolívar havia liderado o despertar de muitas expectativas entre os pobres, escravos e indígenas, mestiços e mulheres⁷⁰.

⁶⁹ Verificado pela autora no Archivo General de La Nación, Caracas, Interior y Justicia, t. CXCXVI, fl 270, ss. T. CCXI, f. 213, ss.; t. CCXCVII, fs. 343, ss. T. CCXVIV, fs. 331-336; t. CCXV, fs 381, ss. Y t. CCCXIV, fs. 356, ss.

⁷⁰ Fiel aos princípios iluministas que alimentavam os ideais liberais, Bolívar depositou, por exemplo, muitas esperanças na educação como elemento decisivo para transformar a sociedade, pois reconhecia a iguadade natural dos homens e estava convencido em reconquistá-la através da educação e de um aperfeiçoamento moral. A partir de 1825, Bolívar concentrou seus esforços na construção de um ousado sistema de ensino estatal em todos os níveis que entregou ao encargo de Simón Rodríguez, seu preceptor. Entre os princípios que orientavam esse sistema, Bolívar previa garantia de ensino gratuito a todas as crianças pobres e órfãos, acesso às meninas ao ensino em todo o território nacional, ensino do idioma Quechua na Universidade Central de Quito. O decreto educacional bolivariano de 11 de dezembro de 1825 concluía assim: "El primer deber del gobierno es dar educación al pueblo" (ROZOS, 1990, p. 110). Uma reflexão crítica sobre o caráter dessa opção ideológica pela educação, naquele período, está brilhantemente analisada por MESZÁROS (2000, p. 464).

Do ponto de vista interno à sociedade venezuelana, portanto, a guerra de independência não havia produzido uma alteração fundamental na estrutura da propriedade da terra (como se pode verificar no quadro 1), a qual consistia a condição primeira para o cumprimento de todas as demais promessas republicanas. Assim, como consequência da manutenção do monopólio da terra em moldes similares ao período colonial, e apesar do forte impacto social e populacional da guerra, foi mantida a economia com base no comércio internacional desigual tanto no que se refere ao escoamento da produção agrícola quanto no que diz respeito a seu financiamento (e correspondente critério de direcionamento para a monocultura exportadora).

Esse é o fato determinante para explicar uma das maiores contradições do processo de independência venezuelano, qual seja, aquela que opõe o caráter de uma guerra civil ampla, com programa republicano radical, e sua consequência mais dramática: a manutenção da escravidão como mecanismo principal de produção e reprodução de riqueza. Nesse campo, a alteração que se verificou restringiu-se a substituição progressiva do modo escravista de exploração do trabalho (que vinha apresentando custos cada vez mais elevados se comparados com o trabalho "livre") pelo sistema de extração do excedente por assalariamento associado a mecanismos de endividamento e coerção extra econômica sobre os trabalhadores (BRITO FIGUEROA, 2002, Tomo IV, p. 1364).

A essa situação estrutural interna soma-se a condição de inserção internacional da economia venezuelana, cuja característica mais dramática é a dependência econômica do país em relação ao comércio internacional. Como consequência, teremos os conflitos sociais estruturais da sociedade acentuando-se gravemente pelos efeitos simultâneos da elevação dos preços dos produtos agrícolas em nível mundial com a queda da produtividade da agricultura venezuelana. Todos esses fatos interagem gerando uma situação prolongada de dificuldades econômicas que

acirram as disputas pelos poucos recursos disponíveis através do Estado, causando fissuras cada vez mais profundas na aliança oligárquica e criando as condições para o surgimento do Partido Liberal.

Em outras palavras, o caráter dependente da economia agro exportadora venezuelana em relação ao mercado capitalista mundial contribui para opor obstáculos à implantação de um projeto de inserção internacional soberana e, em nível interno, à realização dos ideais da independência em última instância. Essas são as causas estruturais da situação de insurgência do período imediatamente posterior à independência. E são também elas que cimentarão as bases das insatisfações que, a partir de meados da década de 1840, serão exploradas pelo Partido Liberal.

2.3 O PARTIDO LIBERAL E INSURREIÇÃO CAMPONESA DE 1846

Articulando a elite progressista, setores intelectuais e pequenos e médios proprietários de terras, o programa desse partido viria a oferecer futuramente algumas das bandeiras a serem erguidas pelos protagonistas da Guerra Federal. Assentado nos princípios da liberdade política, respeito às leis, fortalecimento do poder eleitoral, independência do Poder Judiciário, da Universidade e dos colégios, bem como na defesa da diminuição de impostos, na guerra ao monopólio bancário, no auxílio às empresas e responsabilidade aos empregados e, ainda, na exigência de direitos de aposentadoria aos Próceres e a organização de um exército nacional, este partido viria a organizar uma ativa imprensa política - sendo o mais influente dos periódicos liberais, o *El Venezolano*, lançado em 10 de agosto de 1840, em Caracas (BRITO FIGUEROA, 1996, pp. 37-52).

Assim, a década de 1840 foi marcada por uma intensa agitação política e social. Um sintoma desta efervescência pode ser recolhido revisando o número de eleitores inscritos no Cantón Caracas já no início da década. Em 1838, os votantes não passaram de trezentos. Dois anos depois, esse patamar havia se elevado para cerca de mil e quinhentos inscritos. A fraude eleitoral associada à tradição das divisões que caracterizavam as lutas políticas no país, no entanto, retardaram a chegada dos liberais ao poder nacional até 1848. Antes disso, houve uma série de eleições, sendo a de 1846 a que nos interessa salientar porque seus resultados fraudulentos levaram a aparecer na cena pública nacional aquele que, transformado em herói popular na insurreição camponesa que ocorre naquele mesmo ano, virá a ser o líder militar mais prestigioso da Guerra Federal, evento que marcará a história do país no futuro próximo: o comerciante, natural de Cúa porém instalado em Villa de Cura, Ezequiel Zamora.

Filho de Don Alejandro Zamora, quem havia servido sob as ordens diretas de Simón Bolívar desde 1814 e com alguns parentes servindo à bandeira independentista, como seu tio Juan Zamora, além de outros mais distantes figurando como próceres ilustres - como os Coronéis José Eugenio Rojas e Francisco Guerrero e o Capitão Venancio Rachadel, futuro General da Federação -, Ezequiel nasceu em 1817 e recebeu a educação rudimentar oferecida pelas escolas dos primeiros dias da República. A julgar pela importância da cultura oral nas comunidades rurais do país, é possível afirmar que Zamora tenha entrado em contato com aquela memória oral bolivariana não escrita nos livros e que era transmitida de boca em boca e nas conversas familiares. Ler, escrever e noções elementares de gramática e aritmética, além da doutrina cristã, eram os ensinamentos oferecidos pela escola àquela época. A partir dos dezoito anos, estabeleceu-se em Villa de Cura como comerciante de víveres e sua atividade política tem início um pouco antes de completar trinta anos. Em 1844 e 1845 presta serviços militares em

Villa de Cura e colabora na pacificação de disputas entre facções (VILLANUEVA, 1992, Tomo I, p. 29)⁷¹.

Em 1846, no entanto, em contraste com sua vida pacata de até então, se insurge contra a fraude que o impediu de votar e ser eleito como candidato principal da assembléia de Villa de Cura. A vitória eleitoral de Zamora era evidente e sua campanha havia sido feita sob o signo da entrega de terras aos peões e arrendatários. Na época, ele já havia se convertido no principal e mais entusiasta dirigente regional do Partido Liberal.

Resumidamente, o que ocorre como consequência da crise e do acirramento político do período é uma insurreição que começou espontaneamente em 1º de setembro de 1846, com o levante liderado por Francisco José Rangel, antigo soldado da guerra de independência, também revoltado com a fraude nas eleições daquele ano contra os candidatos do Partido Liberal. Rangel liderava trezentos peões, manumissos e escravos das fazendas de Pacarigua e Manuare, nos vales centrais venezuelanos. A exemplo do grupo de Rangel, camponeses e escravos de diversas outras fazendas também se rebelaram e Rangel avançou rapidamente sob a consigna "Viva Antonio Leocadio Guzmán, Viva Venezuela libre, tierra y hombres libres, oligarcas temblat". Os insurretos libertaram os escravos, convidaram os peões a que se somassem a eles, queimando os títulos de propriedade e fuzilando empregados de confiança na fazenda de Yuma, de propriedade de Angel Quintero, a figura pública em funções de governo considerado símbolo do conservadorismo da República Oligárquica inaugurada em 1830 (BRITO FIGUEROA, 1996 C, p. 119).

Em menos de um mês, a insurreição se estendeu pelos vales e planícies centrais, ocidentais e orientais, ao norte até a costa do Caribe, cobrindo praticamente metade do território

⁷¹ A primeira edição deste livro, pela Imprenta Federación, data de 1898.

nacional. Ao longo desse mês, a partir de 7 de setembro, Ezequiel Zamora despacha correspondência a todos os chefes de partidas e rapidamente consegue unificar a rebelião em torno do que batizou de *Ejército del Pueblo Soberano*, que opera sob seu comando já em 26 de setembro. A idéia de expropriação das terras se disseminara rapidamente e, dois meses mais tarde, em novembro daquele ano, José Branford, conspirador ao lado de Zamora, lhe escrevia sobre as idéias de Blanqui e sua proposta de comunidade de bens, não somente de terras. Menciona ainda Gracus Babeuf e Saint-Just:

"He recibido unos papeles de Trinidad muy interesantes, en inglés y francés; entre M. Lassabe, el oficial de artillería de Napoleón I, que te dió lecciones, y yo lo estamos traduciendo (...) Hablan sobre los revolucionarios de Europa, que en Francia tienen el color rojo como bandera, que dirán los godos de aquí. (...) Hablan de una revolución de proletarios, que será inevitable. Esto lo dice un revolucionario llamado Blanqui, y de la existencia de una sociedad o liga, que quiere la comunidad de todos los bienes, no únicamente de la tierra. (...) Ahora dicen que Babeuf es un héroe; éste se llama como Graco, el romano que admiras con Espartaco. (...) las ideas de Saint-Just están de moda, con el posta que venga mandaré copia de estos papeles; el material para las balas y los libros sobre lo militar ya salieron" (BRANDFORD, Caracas, 2 de noviembre de 1846 *apud* BRITO FIGUEROA, 1996 C, p. 140).

A rápida ampliação da insurreição leva o governo a reconhecer suas perigosas dimensões. Prova disso é que o Presidente da República, Carlos Soublette, nomeia José Antonio Páez para chefe do Estado Maior do Exército, para liderar outros generais não menos célebres no enfrentamento aos rebeldes. Vejamos a opinião sobre o episódio expressa por Páez, no dia 23 de setembro de 1846:

"Sangrientas huellas dejó la época de tantos escándalos [...] época verdaderamente lamentable, porque los apóstoles de la anarquía y de la disolución llevaron su infasuta misión hasta imprimir en la dócil creencia de nuestras masas la lisonjera cuanto extravagante idea de que iban poseer lo que jamás les había pertenecido ni podía pertenecerles sino bajo la más absurda e injusta usurpación. La propiedad adquirida por justos títulos, la abundancia que sólo nace por el trabajo y con la probidad; todas esas ideas conservadoras y eminentemente sociales se han pretendido desvanecer y aun arrancar de la cabeza de los proletarios, reemplazándolas con el cebo de una universal usurpación de propiedad, proclamada en vano, algunas veces por insignes revolucionarios de otros tiempos e de otros pueblos [...] Tal la criminal intentona de Rangel, empresa de demagogos intrigantes favorecida por gente sin principios de ningún

genero, convidado a la matanza y al desorden en nombre de los principios liberales" (PÁEZ, 1946, Vol 2, p. 414-414 e 421 *apud* BRITO FIGUEROA, 1997, p. 132).

Ao final de uns poucos meses de levantes e revoltas em diversas regiões, Zamora organiza seu Estado Maior com quatro seções: infantaria, cavalaria, guerrilhas e informação. E não eram mais grupos esparsos de bandoleiros, mas mil e quinhentos efetivos, entre infantaria e cavalaria e mais de cento e cinquenta grupos guerrilheiros e "corpos volantes" que atuam independentemente mas sob a direção de um Estado Maior. Com o Quartel General estabelecido nos altos de La Tormenta, rodeado de desfiladeiros e rios de águas torrenciais, Zamora dirigia o "Exército do Povo Soberano" (BRITO FIGUEROA, 1996 C, p. 135). Sob a consigna "vencer o morir", sua atividade é intensa e constante, derrotando os aparentemente invencíveis generais, coronéis e capitães da União.

Segundo Brito Figueroa, Zamora prestava atenção especial à tropa, não somente quanto ao recrutamento, que era voluntário e a partir dos 14 anos e sem limite de idade, mas sobretudo com respeito à cultura do "povo em armas". No Estado Maior, sob a direção do Secretário Geral e Auditor de Guerra, Francisco Iriarte, funcionava um círculo de discussão sobre problemas de estratégia militar e política, com presença obrigatória, incluindo Zamora. Os oficiais analfabetos eram obrigados a aprender a ler e escrever, e esta tarefa era coordenada por Emilio Navarro. Nos quartéis funcionavam escolas primárias e foram editadas milhares de cartilhas para uso dos soldados e "hijos del pueblo". Havia, também, ação e educação cívico militar, com a tropa cooperando na limpeza e reconstrução da cidade. Era nesse contexto de atividades administrativas e educativas que Zamora selecionava os melhores homens para os cargos chave do exército e para as funções públicas. Zamora trabalhava para formar um exército revolucionário dentro do exército federal e uma associação de revolucionários no seio do Partido Liberal, escreve Figueroa (*idem*, p. 342).

Assim, a chamada Revolução Camponesa de 1846, iniciada no dia 1º de setembro, era, a um só tempo, radicalmente antiescravista, antioligárquica e igualitária. Os camponeses, ao contrário de alguns de seus líderes, certamente desconheciam os ideais do socialismo utópico, mas suas atitudes evidenciavam uma profunda motivação igualitária. Um registro de 7 de setembro, seis dias após o primeiro levantamento conhecido daquele processo, informa-nos sobre o conteúdo das cartas e proclamas expedidas por Zamora em uma das primeiras noites dedicadas a mobilizar seus vizinhos de Tiara, Buenavista, El Cacao, Santa Rosa, El Toro e La Florida. Ele os convida para: "seguir adelante como una imperiosa necesidad, para quitarnos el yugo de la oprobiosa oligarquía y para que, opóngase quien se opusiere y cueste lo que costare, lleguemos por fin a conseguir las grandes conquistas que fueron el lema de la independencia" (ZAMORA, Ezequiel, Pao de Zárate, 8 de setembro de 1846, carta a Abelardo Rodríguez, *apud* BRITO FIGUEROA, 1997, p. 122). Para o líder militar da Guerra Federal, ela era, portanto, uma continuidade da Guerra de Independência e seus princípios. Via-se ele como um sucessor de Bolívar nesse processo?

A revolução camponesa de 1846 é derrotada em 24 de março de 1847, com o assassinato do índio Francisco José Rangel, fuzilado sem julgamento e a pesar de encontrar-se agonizando, "fue terminado de ultimar a machetazos"⁷². No mesmo dia, Zamora é preso. Estava doente de tifo, que o havia atingido desde fevereiro, e teve quase a totalidade de seus companheiros eliminados ou mortos afogados em uma fuga pelos rios Juana Caliente e Palamba. Em rápido julgamento, foi sentenciado à morte e, em seguida, indultado pelo novo Presidente eleito, José Tadeu Monagas, juntamente com diversos outros companheiros liberais, com sua

⁷² A respeito da morte de Rangel, Federico Brito Figueroa menciona em nota de rodapé em seu *Tiempo de Ezequiel*. o seguinte: "Francisco José Rangel fue "decapitado después de muerto y su cabeza en salmuera fue remitida a Caracas, por indicaciones de J. A Páez, y entregada a José Tadeo Monagas, Presidente de la República, para provocarlo" (BRITO FIGUEROA, 1996, p. 150).

pena comutada a dez anos de prisão no Castelo de São Carlos, fortaleza que era símbolo da barbárie colonial.

Zamora, porém, conseguiu fugir da prisão e refugiou-se em La Guairita, em meio aos camponeses, usando o nome falso de *Don Manuel*. Durante cerca de um ano, trabalhou no campo, estudou ardentemente, lendo muito e fazendo anotações em um caderno. Zamora anota — em uma clara paráfrase a Saint-Just, que afirmara "fiquem cem, mil burgueses sem sapatos, não importa, mas nossos soldados tem que estar bem calçados"⁷³ — em seu caderno: "que los opresores queden sin camisa, pero el ejército del pueblo no puede andar desnudo, eso es lo que quieren los godos"(ZAMORA, *apud* BRITO FIGUEROA, 1996 C, p. 215).

2.4 A RUPTURA INTRA-OLIGÁRQUICA APÓS AS ELEIÇÕES DE 1846

Porém, retornando ao pleito eleitoral de 1846, é importante lembrar que, apesar da fraude que havia excluído o candidato liberal do pleito à presidência, o resultado eleitoral ofereceu uma solução conciliatória, com a condução de José Tadeu Monagas ao cargo de Presidente da República. José Tadeu era membro da principal família de proprietários de terras do país. Filho do ex-presidente José Gregorio, José Tadeu era reconhecido por seus costumes severos. Estas suas características pessoais sob as condições conflitivas daquele momento histórico auxiliaram em uma mudança no quadro geral do país em um prazo mais curto do que se podia imaginar. Em um ano, José Tadeu rompe com a oligarquia caraquenha e forma seu próprio grupo político com intelectuais recrutados entre o movimento liberal, especialmente maçons. José Tadeu, apesar de sua origem social, nos enfatiza Brito Figueroa através das palavras do próprio

presidente, era "adversario de esa casta que negaba los ideales por los cuales combatimos en la guerra de Independencia" (BRITO FIGUEROA, 1997, 223).

Assim, em 24 de janeiro de 1848, aproveitando a ruptura de José Tadeu Monagas com a oligarquia, um contingente heterogêneo da população caraquenha ocupa as instalações e dissolve o Congresso. A política de clemência, conciliação e pacificação aplicada firmemente pelo presidente constituía uma provocação à oligarquia caraquenha que, se de um lado, havia perdido o poder executivo, seguia controlando o Congresso Nacional, as assembléias provinciais, os conselhos municipais dos cantões e o poder judiciário em todas suas instâncias, incluindo a Corte Suprema de Justiça, além da metade do conselho de governo. O fato catalisador que levou à dissolução do Congresso relaciona-se com a decisão dos tribunais de continuar ditando sentenças de morte. Assim, em dezembro de 1847, chegavam ao cárcere público de Caracas cinquenta condenados à morte de Villa de Cura, trinta e nove de La Victoria, vinte e dois de Barlovento, dezesseis de Pao de San Juan Bautista, vinte e quatro de San Juan de Los Morros, oito de Barinas, quinze de Guanare, seis de Valencia e cinco de Maracay. A resposta do poder executivo foi novamente o indulto com prisões leves para os comprometidos.

O conflito se acentuava. É nesse contexto que Ezequiel Zamora volta à cena pública. Partindo de La Guairita para Caracas, desde o dia 22 daquele janeiro passou dois dias realizando reuniões com as milícias populares de mais de dez regiões (que congregavam várias outras áreas menores). O presidente Monagas incorpora Zamora à Milícia Nacional com o posto de Comandante de um batalhão de civis de Villa de Cura. Nesta condição, organiza um batalhão de setecentos milicianos recrutados entre os camponeses do Valle de Aragua e incorpora seus velhos companheiros de armas de 1846 como oficiais.

⁷³ A transcrição de Hobsbawm do texto de Just é um pouco diferente: "Dez mil soldados precisam de sapatos. Pegarás os sapatos de todos os aristocratas de Estrasburgo e os entregarás prontos para o transporte até os quartéis

Os anos seguintes foram de intensa atividade militar e política. Zamora percorreu o país para conter a revolta "goda", como eram chamados os setores oligárquicos desde a época da guerra da independência, sendo que em 1848 dirigiu as quatro principais ações militares que derrotaram a rebelião oligárquica. Em 1849 foi ascendido ao Conselho de Governo em audiência com o Presidente José Tadeu Monagas e encarregado de transladar o prisioneiro José Antonio Páez de Valencia a Caracas. Eram os anos da Primeira Autocracia Liberal, segundo os historiadores venezuelanos, que representou o avanço liberal sobre o setor oligárquico mais conservador.

Enquanto somava ascensos militares — em 1851, como Comandante de Armas de Coro e em 1854, chegando a General de Brigada do Exército da República —, estudava na incipiente Academia Militar com M. Lassabe, antigo oficial de artilharia de Napoleão Bonaparte. Neste mesmo período toma contato com as idéias do socialismo utópico. Essas lhe chegavam, sobretudo, através de seu futuro cunhado, Juan de Gáspars, que viera da França em uma das ondas migratórias que quebravam nas costas venezuelanas trazendo centenas de soldados da Revolução Francesa, a partir de 1814, quando se inicia a restauração, e sobretudo, após 1848, trazendo alguns dos homens que participaram da guerra civil na França. Entre os insurgentes franceses que desembarcam na Venezuela estão os homens de Blanqui, Barbés e Raspail, como Charles Bouret, Pierre Cerreau, August Lux, Nikolaus Schneider e Pierre Maritineau, operários e artesão que participaram das barricadas de junho de 1848 (BRITO FIGUEROA, 1996 C, pp. 473-477).

Em meio a esta efervescência, Zamora é nomeado Comandante de Armas de Margarita e Barcelona e, posteriormente, em 1865, Comandante de Armas de Cumaná, cargo que desempenharia até 1857, quando afasta-se do exército por diferenças políticas com o governo.

amanhã às dez horas da manhã" (SAINT-JUST *apud* HOBBSAWM, 1977, p. 90).

Ingressa na maçonaria, de linha francesa e, em 1853, renuncia à indicação para governador do estado de Barinas, alegando que seu desejo era "defender los fueros populares en los campos de batalla"⁷⁴.

2.5 A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DE ZAMORA

Os anos compreendidos entre 1848 e 1855 foram decisivos para a formação ideológica de Zamora e para a consolidação do programa da Guerra Federal, sintetizado na consigna "Tierra y hombres libres, horror a oligarquia". Nos três anos que separam 1855 de 1858, quando começa a guerra, Zamora permanece em Coro, aposentado e trocando correspondência com seus antigos companheiros de armas de 1846. Na correspondência de Zamora para Rafael Ortiz, datada de 12 de fevereiro de 1858, ele escrevia "... la guerra por tierras y hombres libres será inevitable, pero todavía no ha sonado la hora, [...] sonará, como sonó el 46, porque ahora los godos oprimen más a los pobres" (BRITO FIGUEROA, 1997, p. 273).

As leituras e o contato com os franceses, a experiência com os próceres sobreviventes, nos indicam que Zamora teve muitas influências, especialmente do socialismo utópico francês⁷⁵ e da experiência bolivariana de sua família e dos oficiais mais próximos a

⁷⁴ Archivo General de La Nación, Caracas. Interior y Justicia, t. CDLXXXII, fs. 359 ss.

⁷⁵ Nos referimos aqui ao socialismo utópico como expressão designativa da "primeira fase da história do socialismo, ou seja, o período entre as Guerras Napoleônicas e as Revoluções de 1848. Está associada, em particular, a três pensadores dos quais, de um modo geral, derivaram as principais correntes do pensamento socialista pré-marxista: Claude Henri de Rouvroy, conde de Saint-Simon (1760-1825), François-Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858). A designação desses pensadores como "utópicos", bem como o próprio termo "socialista", tornou-se comum em fins da década de 1830, tanto na Inglaterra como na França. Mas foi a qualificação da categoria "socialismo utópico" em textos marxistas que mais influenciou a imagem subsequente do socialismo desse período. Essa qualificação delineou-se na crítica que se faz ao "socialismo utópico crítico" no *Manifesto Comunista*, onde ele é relacionado ao "período inicial, ainda pouco desenvolvido [...] da luta entre o proletariado e a burguesia", e

Bolívar, especialmente Rafael Urdaneta. Os generais que o acompanhavam eram militares dos mais antigos e próximos a Bolívar na guerra de independência.

Porém, não há indícios de que o socialismo utópico estivesse entre as influências a mobilizar a ação armada da maior parte dos negros e camponeses que se somaram ao Exército do Povo Soberano. A principal consigna de mobilização social da Guerra Federal, "Tierra y hombres libres. Horror a oligarquia" era uma clara referência anti oligárquica e anti escravista. Não era, portanto, portadora dos mesmos temas priorizados diretamente nos textos de ideólogos franceses dirigidos aos proletários da Revolução de 1848, mas sem dúvida traziam consigo desejos igualitários comuns entre um e outro movimento. Tampouco as idéias bolivarianas referiam-se à comunidade de bens, embora a mensagem libertária de Bolívar também encontre eco nas aspirações dos federalistas.

Todas essas aspirações eram temidas pela oligarquia conservadora venezuelana. Em uma correspondência de Angel Quintero, um dos mais importantes proprietários venezuelanos e reconhecido conservador, datada de 24 de janeiro de 1858, às vésperas de estourar a guerra, fica manifesto que a classe oligarca não temia ao governo de José Tadeu Monagas, sabendo que este não resistiria a um golpe militar que se lhe preparava, mas "... a la revolución social que día a día crece en los Llanos y Serranías, con ideas de comunismo y comunidad de bienes, con más peligro que el calamitoso año de 1846" (idem, p. 272).

Assim, em todo o período pós-independência assistimos uma reivindicação permanente do Decreto de Simón Bolívar assinado em 1816 estabelecendo a liberdade absoluta dos escravos e, mais do que isso, o acesso à terra. Entre as insurreição camponesa de 1846 e a

consolidou-se na historiografia posterior, a partir da obra *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de Engels. O que era "utópico", segundo esse enfoque, era a crença na possibilidade de uma transformação social total, que compreendesse a eliminação do individualismo, da competição e da influência da propriedade privada, sem o

Guerra Federal, em 1858, essas aspirações ganhavam tons igualitários nas planícies de Apure, Barinas e Portuguesa, com rebeliões periódicas do que se chamou à época de "facción de los Indios de Guanarito", constituídas por indígenas, mas sobretudo por escravos prófugos desde a abolição da escravatura, agricultores sem terra e pequenos comerciantes arruinados. O programa dessa facção era "todos somos iguales, abajo los godos, los bienes son comunes, hagamos Patria para los indios" (Facción de los Indios Guanarito o Los Demagogos de Apure, Barinas y Portuguesa, fl. 13, s/f., Manuscrito en microfilm, Archivo de la Fundación Boulton, Caracas, *apud* BRITO-FIGUEROA, 1996 C, p. 268). Nesse período, ocorreram trezentos e vinte e quatro rebeliões, levantes e pronunciamentos de camponeses armados inspirados na consigna acima (*idem*, p. 269).

Em meio a esse ambiente altamente conflitivo, a cisão intra-oligárquica liberal busca beneficiar-se politicamente das insurreições camponesas. Como sabemos, a prática de levantamento das classes subalternas contra o poder instituído sob a promessa de conquistas no campo da liberdade contra a escravidão foi de uso comum tanto entre os monarquistas espanhóis quanto entre os crioulos venezuelanos no período da guerra de independência, com José Thomás de Boves, por um lado, e Simón Bolívar, de outro⁷⁶. As sucessivas frustrações a essas promessas, por razões diversas, não somente transformavam seus porta-vozes em demagogos, mas também empurravam e acentuavam progressivamente as contradições que se encontravam em sua origem.

É esse acirramento que consubstancia a aliança selada após a paz com a Espanha, cujo objetivo principal era a manutenção dos privilégios coloniais. E a insustentabilidade dessa aliança, afetada pela crise econômica prolongada, fará eclodir a Guerra Federal.

reconhecimento da necessidade da luta de classes e do papel revolucionário do proletariado na realização dessa transição" (JONES, 2001, p.340-41).

⁷⁶ Sobre o tema ver o magnífico trabalho de USLAR-PIETRI (1972).

2.6 OS ANOS DA GUERRA FEDERAL (1858-1863)

Para que se tenha uma idéia das dimensões deste conflito, do ponto de vista militar, recolhemos alguns dados e características que nos auxiliam a traçar suas feições. A Guerra Federal esteve concentrada em cinco anos de guerra total pela conquista do poder político. Segundo Federico Brito Figueroa, tratou-se de uma "guerra estratégica e de posições e não uma simples guerra de guerrilhas, uma guerra de ataque e ofensiva e não somente defensiva". Sob a consigna "*Tierra y hombres libres, horror a oligarquia*", a chamada *Federación* chegou a controlar 75% do território nacional segundo o mapa político do país à época. Nesta área, viviam acima de um milhão de habitantes, em 1860, cifra muito próxima ao dobro da população que vivia na área controlada pelo governo no mesmo período. Entre 20 de fevereiro de 1859 e 20 de novembro de 1863, houve apenas 118 dias de paz. Foram 327 batalhas e 2.467 ações guerrilheiras, somando um número de vítimas que chegou a ser estimado em 200 mil pessoas⁷⁷ (BRITO FIGUEROA, 1996 C).

Na Guerra Federal, como na guerra de independência, a oligarquia conservadora era chamada de "goda" representando, desde então, a resistência interna ao rompimento com o sistema colonial. Sem dúvida alguma, a Guerra Federal marca uma ruptura com algumas das relações coloniais, abrindo a possibilidade de realização de reformas liberais, com a apropriação privada das áreas indígenas, da Igreja e vazias e a consolidação da abolição da escravatura, como pode ser verificado no Quadro 2. O número de pequenos e médios proprietários, urbanos e rurais, até então praticamente inexistente, como pode ser verificado no Quadro 1, alcança cerca de 10% da população. Ainda aparece um novo segmento social denominado por Brito Figueroa de

⁷⁷ Esse número, no entanto, carece de confirmação precisa até o momento.

"burocracia militar-partidista", compondo 2% da população do país. As contradições desse processo serão exploradas no capítulo seguinte quando analisaremos os grupos sociais que compõem o movimento liberal federalista.

Entretanto, a guerra marca, também, a permanência da estrutura agrária, da grande propriedade territorial e, com ela, todas as relações sociais tradicionais caracterizadas pela superexploração do trabalho, atraso das forças produtivas e exclusão política da maior parte da população. Foi, portanto, um processo fundamental de consolidação do Estado periférico do sistema do capital, com todas as suas contradições internas e vínculos com o mercado mundial que caracterizam as instituições estatais construídas pelas elites dependentes.

Do ponto de vista fatural, a Guerra Federal eclode com o golpe militar que derruba José Tadeu Monagas, em 5 de março de 1858, desferido pelo general Julian Castro, com o apoio dos mais importantes personagens da oligarquia nacional: Fermín Toro e Manuel Felipe Tovar, além da embaixada dos Estados Unidos da América — sob o argumento de garantir o cumprimento de contratos para a exploração de guano⁷⁸ com uma empresa estadunidense que José Tadeu havia rescindido.

O golpe de março de 1858 desferido pela oligarquia paezista contra a monaguista, reeditava as práticas das ações militares mediante promessas libertárias. Através do Decreto de 7 de março daquele ano, o novo governo perdoava as dívidas contraídas por jornaleiros e camponeses com seus patrões desde que tomassem as armas em favor da "revolução de março", mediante indenização dos "credores" pelo Estado.

⁷⁸ Guano é um tipo de fertilizante.

QUADRO 2:

Clases sociales, grupos y categorías socioprofesionales	%	Información, observación
Latifundistas o amos del suelo	1,00	Clase social formada por algunos descendientes de la aristocracia territorial y de los enriquecidos con los haberes militares de la guerra de independencia. Incrementada en la década de 1848-1858 mediante el sistema de enajenación de las tierras baldías, favorecida por los nuevos haberes militares y la transferencia de propiedad agraria derivados de la Federación. Clase social que usufructaba el excedente económico producido por el campesinado.
Campesinado	71,46 %	Grupo social formado por semipropietarios o campesinos pobres, arrendatarios, campesinos medios, medianeros, etc, peones, indígenas civilizados, reducidos o catequizados. Este grupo social en conjunto pagaba renta trabajo y/o en especie a los amos del suelo, quienes por esta vía se apoderaban del excedente económico.
Medianos y pequeños propietarios rurales	5,00	Grupo social incrementado como una de las consecuencias de la guerra federal.
Masa laboral urbana	12,00	Categoría socioeconómica formada por asalariados, trabajadores a sueldo en general en actividades individuales y pobres.
Capas sociales urbanas intermedias	5,00	Pequeños productores y pequeños comerciantes, profesionales liberales, etc.
Burguesía mercantil y manufactura media	0,03	Dueños de medianos talleres manufactureros y medianos comerciantes no exportadores, intermediarios de las casas comerciales.
Burguesía usuraria y comercial	0,01	Grupo no productivo y parasitario numericamente insignificante, que monopolizaba el comercio de exportación e importación, especulaba con el capital dinero. El porcentaje en realidad es inferior a 0,01%.
Burocracia militar-partidista	2,00	Grupo socioprofesional de heterogeneo origen apoyado en el poder político que ejercía el Gran Partido Liberal Amarillo. Grupo de coacción y repesión política.
Comunidades indígenas primitivas	3,50	Población indígena independiente no reducida ni catequizada
Total	1000	

(BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1604-1605).

O resultado dessa medida foi a "liberação" da mão-de-obra que permanecia vinculada à terra mediante mecanismos de endividamento, desde a abolição da escravatura em 1854. As listas apresentadas pelos proprietários ao Estado contendo as dívidas contraídas por seus peões continham valores que denunciavam, por sua vez, dois tipos de expropriação privada. Em primeiro lugar, o volume das dívidas contraídas engendrava uma espécie de escravidão sob nova forma. Exemplo paradigmático é o caso das contas da Fazenda Calceta, cuja dívida dos peões alcançava \$1.267,24 pesos, enquanto o salário mínimo estipulado era de \$ 2,00 pesos mensais ou \$ 24,00 pesos anuais. Só para pagar a dívida para com essa fazenda, os camponeses teriam que trabalhar 58 anos e oito meses, sem qualquer outro tipo de despesa que não o pagamento da dívida. (BRITO-FIGUEROA, 2002, p. 1.585). Em segundo lugar, é possível que os proprietários tenham super-valorizado as dívidas no intuito de receber maiores indenizações estatais.

É interessante observar também como, apesar do empenho de alguns liberais em promover a pequena propriedade, como podemos verificar nos projetos de Bras Bruzual e apoiado por Zamora nos vales de Aragua, Tuy e Barlovento, ainda durante o governo Monagas, tais tentativas foram inúteis frente à tendência à concentração da terra nas mãos dos latifundiários. O latifúndio crescia mediante a incorporação privada de extensas áreas públicas e baldios, especialmente durante as gestões dos Monagas, entre 1849 e 1858.

Assim, historicamente, a Guerra Federal tem suas raízes no fim da aliança oligárquica pós-independência cuja síntese era o caudilho militar, primeiramente representada pela liderança de José Antonio Páez e, posteriormente, pela família Monagas. Entre suas conseqüências mais visíveis estão as condições para a construção do Estado Oligárquico e suas instituições, em plena sintonia com a divisão internacional do trabalho reservada para a América

Latina no âmbito do comércio internacional e cuja base é a economia agro-exportadora possibilitada pelo latifúndio.

No período 1865-1870, o que triunfa é o projeto oligárquico sob direção de uma outra fração dessa classe. Após a morte sob condições mal esclarecidas da principal liderança federalista radical, Ezequiel Zamora, o que predomina é a opção conciliatória levada a cabo pela família Guzmán e por Juan Crisóstomo Falcón, através do Pacto de Coche, assinado em 1863. A conciliação abriu o caminho para a sobrevivência do latifúndio, ainda que parte da propriedade territorial tenha mudado de mãos. Favoreceu, também, o desenvolvimento de camadas sociais intermediárias no campo, formada por pequenos e médios proprietários mediante a apropriação de terras baldias. Esses setores médios estão vinculados ao Partido Liberal.

Os comerciantes e banqueiros, cuja insignificância numérica (0,01% da população do país) era inversamente proporcional a seu poder econômico e político, havia em 1862 proposto à Grã-Bretanha uma intervenção militar na Venezuela contra a insurreição federalista em troca do território de Guiana. Depois de Coche, este setor social coopera com o governo da Federação e também com seus adversários políticos. Nesse jogo, quem pessoalmente se beneficiava das rendas com os empréstimos obtidos com bancos britânicos era o principal ideólogo liberal, Antonio Guzmán Blanco. Enquanto isso, os usurários fortaleciam seu poder com os juros fabulosos pagos através da cobrança direta nas aduanas de La Guaira, Puerto Cabello e Ciudad Bolívar. Brito Figueroa caracteriza a Guerra Federal nos seguintes termos:

"La Guerra Federal es un movimiento no solamente complejo, sino heterogéneo, en el que participan de modo beligerante todas las clases sociales reales, con sus intereses económicos concretos, aspiraciones políticas y motivaciones grupales. Esta formulación general es válida con respecto a las clases sociales que luchaban con las armas en la mano contra el orden dominante y con relación a las clases sociales que, con el respaldo del Estado, sus instituciones y 'fuerzas de choque', defendían a ese orden, a todas luces oligárquico para la inmensa mayoría de la población, especialmente para la masa rural [...].

En la Guerra Federal, en el campo de los combaten con las armas en la mano contra el orden político dominante, se observan dos vertientes fundamentales: una representativa

de las clases y sectores de clase simplemente lesionadas por el orden oligárquico, y otra formada por las clases sociales realmente explotadas por la estructura económico-social fundamento de esse orden político. Es posible, en situaciones muy concretas, precisar una vertiente y otra, hasta llegar a considerar que la fuerza de las aspiraciones de la masa rural explotada predomina en el movimiento desde febrero de 1859 hasta enero de 1860. Este es el período de ascenso de la Revolución o Guerra Federal" (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1548-49).

A primeira vertente mencionada pelo autor é composta por descontentes políticos com o governo, endividados, militares discriminados e ideólogos liberais. A segunda, por explorados do campo e da cidade: peões, jornaleiros, escravos libertos e seus descendentes. Esse setor interno ao movimento federal era o portador dos postulados igualitários que fizeram da Guerra Federal um marco não somente do ponto de vista militar ou político, mas ideológico na histórica venezuelana do século XIX. O programa federalista, sintetizado na insígnia “*tierra y hombres libres, horror a oligarquía*”, previa:

“abolição da pena de morte, liberdade absoluta de imprensa, de trânsito, de associação, de representação, inviolabilidade de domicílio, da correspondência e dos escritos privados, liberdade de cultos, inviolabilidade da propriedade, direito voluntário de residência, independência absoluta do poder eleitoral, eleição universal, direta e secreta, administração da justiça gratuita, abolição da prisão por dívida, igualdade de todos os cidadãos perante a lei, tratamento oficial único de ‘cidadão’ e ‘você’.” (MAZA ZAVALA, 1988, Vol 2., p.240)

Mas, talvez não seja o programa federalista o que melhor represente as características e aspirações do setor mais radicalizado das classes em luta, mas o hino *Oligarcas Temblad*⁷⁹, que era cantado a todo momento durante a Guerra Federal e cujo refrão segue popular até os dias de hoje, na Venezuela do século XXI:

"El cielo encapotado
anuncia libertad
¡Oligarcas Temblad
¡Viva la libertad!

Marchemos federales

⁷⁹ O Hino *Oligarcas Temblad!* foi recompilado pelo General Domingo Castro (BRITO FIGUEROA, 1996, p. 470).

en recia multitud
a romper las cadenas
del vil esclavitud

*¡Oligarcas Temblad
¡Viva la libertad!*

La espada redentora
del General Zamora⁸⁰
confunde al enemigo
de la revolución.

*¡Oligarcas Temblad
¡Viva la libertad!*

Las tropas de Zamora⁸¹
Al toque del clarín
derrotan las brigadas
del godo mandrín

*¡Oligarcas Temblad
¡Viva la libertad!"*
(BRITO-FIGUEROA, 1996, p. 407)

Esse hino, cantado ao ritmo das canções de caserna, constitui de fato um conjunto de cantos com um tema central em torno do qual se somam um número indeterminado de estrofes, que são adaptadas para cada região do país. Segundo Brito Figueroa, uma das estrofes mais difundidas dizia assim:

"Yo quiero ver un godo
colgado a un farol
y miles de oligarcas
Con las tripas al sol" (idem, p. 408)

⁸⁰ Posteriormente à guerra, o nome de Zamora foi substituído pelo de Juan Crisóstomo Falcón, artífice da solução conciliatória (idem).

⁸¹ Segundo depoimento do historiador Brito-Figueroa, nos Vales de Aragua, em 1940, os camponeses cantavam essa estrofe nos seguintes termos:

"Viva las candelas
del viento barinés
y el sol de la victoria
alumbra en Santa Inés" (idem, p. 408)

O hino *¡Oligarcas Temblad!* se converteu ao longo do tempo em uma canção popular, lembrado especialmente em ocasiões de grandes concentrações de massas como as que ocorrem nos dias de hoje na cidade de Caracas. Chama atenção o componente antioligárquico não somente do título, que se reproduz de forma completa no refrão de conteúdo antiescravista, mas também na referência clara aos "godos". O hino da guerra federal faz um contraponto forte àquele refrão do hino nacional forjado ao calor da guerra independência, *Glória al Bravo Pueblo*, que dizia assim:

"¡Abajo cadenas!
gritaba el señor,
y el pobre en su choza
libertad pidió.
A este santo nombre
tembló de pavor
el vil egoísmo
que otra vez triunfó

Gloria al bravo pueblo
que el yugo lanzó,
la ley respetando,
la virtud y honor" (refrão) ⁸²

A estrofe mais controversa do hino da independência, que também era uma canção de guerra e popular, terminava com a denúncia do triunfo do "egoísmo" oligárquico que queria a liberdade só para si, para os crioulos comercializarem livremente sem o monopólio colonial, e não para os escravos. O refrão do hino federal, *¡Oligarcas Temblad!*, dava um outro fim para essa

⁸² O Hino Nacional venezuelano "Glória al Bravo Pueblo", apesar de somente ser adotado oficialmente pelo decreto do General Antonio Guzmán Blanco, de 25 de maio de 1881, foi composto de improviso por Vicente de Salas, ainda em 1811, e musicado logo depois por Juan José de Landaeta. É certo que, para esta data, Bolívar ainda era um personagem secundário no cenário político, vindo a cumprir papel destacado somente a partir da queda da Primeira República, aquela que ele criticaria anos depois em sua *Carta de Jamaica*. Assim que, o Hino Nacional foi composto no início deste processo da Primeira República e é interessante que, ao contrário do que marcará parte importante da historiografia dedicada ao período, no texto do Hino, composto no calor das vivas à independência, o protagonista principal não é um herói em particular, mas "o povo". Uma análise dos símbolos nacionais venezuelanos foi elaborada pela autora (2004), porém resulta inédita até o momento.

história: uma vitória em Santa Inés⁸³ ou a possibilidade de guerra até a morte contra a oligarquia, nos termos claros em que a guerra de classes aparecia no conflito federal.

O hino e as consignas da Guerra Federal são para nós as expressões ideológicas mais claras daquele setor descrito por Brito Figueroa das classes sociais estruturalmente exploradas. No próximo capítulo analisaremos a configuração ideológica desse conflito de grande envergadura da história venezuelana.

⁸³ A Batalha de *Santa Inés* foi o mais célebre confronto militar da Guerra Federal. Recebe esse nome pelo local em que ocorreu, na área rural de Barinas, região das planícies centrais venezuelanas, no dia 10 de dezembro de 1859. Liderada por Ezequiel Zamora, a estratégia foi realizar uma série de recuos táticos que levaram o inimigo a acreditar que avançava sobre o Ejército del Pueblo Soberano quando, na verdade, era conduzido para um confronto decisivo em posição na qual se encontrava já fora de suas capacidades de defesas. Para uma análise histórica e militar da Batalha de Santa Inés ver GALINDO (2001). Um relato detalhado da operação foi relatada, na forma de memórias, pelo oficial da federação Emilio NAVARRO (1976).

3 BOLÍVAR E A GUERRA FEDERAL

3.1 SOBRE O UNITARISMO E O FEDERALISMO

As convicções federalistas enunciadas publicamente como compondo o conteúdo central da Guerra Federal aparecem como dissonantes dos princípios bolivarianos. Bolívar era um unitário convicto. O projeto bolivariano para Venezuela e, de resto, para toda América hispânica em luta por sua emancipação do sistema colonial, era republicano⁸⁴ em termos limitados pelas condições de uma formação econômica e social escravista colonial e, portanto, altamente dependente do mercado externo. Queria a alteração das estruturas políticas coloniais que estabeleciam a submissão das classes ricas do Novo Mundo aos interesses dos impérios ultramarinos e propunha o estabelecimento do que chamou de o "equilíbrio universal", submetendo seu modelo de gestão interno aos interesses de uma política internacional anti-colonial de corte burguês. Salcedo-Bastardo reconhece o estilo e a pena de Bolívar por trás de

⁸⁴ As controvérsias sobre possíveis aspirações monarquistas de Bolívar foram analisadas e refutadas de forma consistente por SALCEDO-BASTARDO (1957, pp. 248-284) e tiveram suas relações com a estrutura das classes sociais venezuelanas no período de transição política marcado pelo processo de independência estudadas por SAIGNES (1997, p. 303). Segundo Saignes, o unitarismo republicano bolivariano, de caráter burguês radical, opunha-se no campo político ao projeto federalista descentralizador vinculado à antiga grande propriedade colonial. Ambos, no entanto, estavam de acordo quanto à manutenção do sistema de propriedade privada. Quanto ao tema da escravidão, cabe comentar que a despeito de seu anti-monarquismo, a preocupação bolivariana quanto aos riscos da restauração ao invés de lançá-lo em um projeto igualitário radical que à época assumia feições de guerra entre as cores, brancos e negros ou mestiços, o "Libertador" percorreu uma trajetória controversa. Bolívar, inspirado no exemplo das instituições do Império Britânico, lança mão de projetos cada vez mais concentradores de poder em setores que ele julgava capazes de zelar pela república, ou seja, "aquellos varones ilustres que habían luchado por la independencia". Exemplos dessa opção bolivariana são os casos da proposta de senado hereditário do projeto de Constituição para o Congresso de Angostura, em 1819, e finalmente, com a figura do Presidente vitalício proposto para a Constituição da Bolívia, em 1826. Essa última proposição foi considerada por Victor Andrés Belaunde o início da decadência do pensamento de Bolívar, "bajo la seducción napoleónica" (STOETZER, 1983 p. 144).

artigos publicados na imprensa caraquenha assinados pelo secretário Muñoz Tébar, em 1814. A opinião clara de Bolívar, que futuramente voltará a aparecer em seus escritos públicos e privados, está ali expressa já em 1814:

"Las lecciones de la experiencia no deben perderse para nosotros. El espectáculo que nos ofrece la Europa, inundada en sangre para establecer un equilibrio que siempre está perturbado, debe corregir nuestra política, para salvarla de aquellos sangrientos escollos... Después de esse equilibrio continental que busca la Europa donde menos parece que debía hallarse, en el seno de la guerra y de las agitaciones, hay otro equilibrio, el que importa a nosotros: el equilibrio del universo. La ambición de las naciones de Europa, lleva el yugo de la esclavitud a las demás partes del mundo; y todas estas partes del mundo debían tratar de establecer el equilibrio entre ellas y la Europa, para destruir la preponderancia de la última. Yo llamo a éste, el equilibrio del universo, y debe entrar en los cálculos de la política americana" (TÉBAR, *apud* SALCEDO-BASTARDO, 1957, p. 262).

Era, sem dúvida, um republicanismo anti-colonial e com perspectiva internacional a fim de estabelecer um equilíbrio entre Europa (centro do sistema) e as demais partes do mundo que sofriam, segundo seu pensamento, as conseqüências da "ambição" européia. Sua mensagem afirmava ao mesmo tempo o fim da dependência colonial e, segundo ele, o meio para alcançá-la, através do estabelecimento do equilíbrio de uma aliança entre todas as partes do mundo contra a Europa. Não é nosso objetivo discutir no âmbito desse trabalho o papel desempenhado pelos impérios europeus no início do século XIX, como centro de desenvolvimento do capitalismo e, portanto, como pólo da concentração do capital em escala mundial. Vale apenas o registro da agudeza do pensamento bolivariano no que diz respeito à estrutura das relações econômico-sociais que imperavam então. Essa compreensão política aguda do caráter internacional e desigual do sistema de dominação é, sem dúvida, um dos fatores a contribuir para a sobrevivência do pensamento bolivariano até os dias de hoje.

Os dois conteúdos acima mencionados — anti-colonialismo e perspectiva internacional — ganham materialidade no pensamento de Bolívar na proposição de uma

confederação hispano-americana. Bolívar está entre os percursores do projeto político unificado para toda a América espanhola, juntamente com alguns de seus contemporâneos, e, sobretudo, com seu predecessor Francisco de Miranda (1750-1816)⁸⁵. Pensava que as ex-colônias espanholas na América deveriam comportar dezesseis estados independentes que atuariam confederados na defesa dos jovens países contra a ameaça de domínio dos impérios coloniais.

Ou seja, a confederação hispano-americana proposta por Bolívar, e antes dele, por Miranda, descartava o federalismo como forma de governo interno aos países da confederação. Isso fica patente quando analisamos o caso do desmembramento de Colômbia (que à época era composta pelos atuais territórios da Venezuela, Colômbia, Panamá e todo o norte e centro do Equador, incluindo Quito e Guayaquil). Mas também manifestava-se de modo mais sutil no que se referia à forma de gestão. Federalismo significava à época não somente sinônimo de descentralização do poder em prol de maior autonomia das regiões de uma república. Era também sinônimo de "sistema político representativo"⁸⁶. Vejamos as palavras de Bolívar em um extrato de sua visitada *Carta de Jamaica*, escrita de Kingston e datada de 6 de setembro de 1815:

" Los acontecimientos de la tierra firme [Venezuela] nos han probado que las instituciones perfectamente representativas no son adecuadas a nuestro carácter, costumbres y luces actuales. En Caracas el espíritu de partido tomó su origen en las sociedades, asambleas y elecciones populares; y estos partidos nos tornaron a la esclavitud. Y así como Venezuela ha sido la república americana que más se ha adelantado en sus instituciones políticas, también ha sido el más claro ejemplo de la ineficacia de la forma democrata y federal para nuestros nacientes Estados. En Nueva Granada las excesivas facultades de los gobiernos provinciales

⁸⁵ Francisco de Miranda preparou em 1790, durante sua primeira estada em Inglaterra, um plano de governo para Hispanoamérica implantar após sua emancipação. Em 1798, reformulou aquelas suas idéias e as consolidou em um documento contendo duas partes: (1) *Bosquejo de Gobierno Provisorio* e (2) *Bosquejo de Gobierno Federal* (que consistia em um projeto de Constituição). O projeto era claramente continental. Estabelecia um império americano representativo, com caráter censitário abrangente e incluídos os índios americanos e negros, que deveriam representar um terço dos membros eleitos nos Cabildos. Indicava que haveria uma Ciudad Federal situada em um ponto central, talvez no Panamá, com o nome de Colombo. Nomeava de *Dieta Imperial* o corpo legislativo único de toda a federação Americana, de *Curacas* as Assembléias Provinciais e de *Inca* os dois chefes do poder executivo, sendo que um permaneceria na Ciudad Federal e o outro percorreria as províncias de todo o continente (MIRANDA, 1985, pp. 13-19).

⁸⁶ Os diversos significados de "federalismo" no contexto latino-americano, especialmente em Argentina, Brasil e México foram estudados por CARMAGNANI (1996).

y la falta de centralización en el general han conducido aquel precioso país al estado a que se ve reducido en el día. Por esta razón sus débiles enemigos se han conservado contra todas las probabilidades. En tanto que nuestros compatriotas no adquieran los talentos y las virtudes políticas que distinguen a nuestros hermanos del Norte, los sistemas enteramente populares, lejos de sernos favorables, temo mucho que vengan a ser nuestra ruina. Desgraciadamente, estas cualidades parecen estar muy distantes de nosotros en el grado que se requiere; y por el contrario, estamos dominados de los vicios que se contraen bajo la dirección de una nación como la española que sólo ha sobresalido en fiereza, ambición, venganza y codicia.

Es más difícil, dice Montesquieu, sacar un pueblo de la servidumbre, que subyugar uno libre. Esta verdad está comprobada por los anales de todos los tiempos, que nos muestran las más de las naciones libres, sometidas al yugo, y muy pocas de las esclavas recobrar su libertad. A pesar de este convencimiento, los meridionales de este continente han manifestado el conato de conseguir instituciones liberales, y aun perfectas; sin duda, por efecto del instinto que tienen todos los hombres de aspirar a su mejor felicidad posible; la que se alcanza infaliblemente en las sociedades civiles, cuando ellas están fundadas sobre las bases de la justicia, de la libertad y de la igualdad. Pero ¿seremos nosotros capaces de mantener en su verdadero equilibrio la difícil carga de una República? ¿Se puede concebir que un pueblo recientemente desencadenado, se lance a la esfera de la libertad, sin que, como a Ícaro, se le deshagan las alas, y recaiga en el abismo? Tal prodigio es inconcebible, nunca visto. Por consiguiente, no hay un raciocinio verosímil, que nos halague con esta esperanza.

Yo deseo más que otro alguno ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas que por su libertad y gloria. Aunque aspiro a la perfección del gobierno de mi patria, no puedo persuadirme que el Nuevo Mundo sea por el momento regido por una gran república; como es imposible, no me atrevo a desearlo; y menos deseo aún una monarquía universal de América, porque este proyecto sin ser útil, es también imposible. Los abusos que actualmente existen no se reformarían, y nuestra regeneración sería infructuosa. Los Estados americanos han menester de los cuidados de gobiernos paternales que curen las llagas y las heridas del despotismo y la guerra. La metrópoli, por ejemplo, sería México, que es la única que puede serlo por su poder intrínseco, sin el cual no hay metrópoli. Supongamos que fuese el istmo de Panamá punto céntrico para todos los extremos de este vasto continente, ¿no continuarían éstos en la languidez, y aún en el desorden actual? Para que un solo gobierno dé vida, anime, ponga en acción todos los resortes de la prosperidad pública, corrija, illustre y perfeccione al Nuevo Mundo sería necesario que tuviese las facultades de un Dios y, cuando menos, las luces y virtudes de todos los hombres.

El espíritu de partido que al presente agita a nuestros Estados, se encendería entonces con mayor encono, hallándose ausente la fuente del poder, que únicamente puede reprimirlo. Además, los magnates de las capitales no sufrirían la preponderancia de los metropolitanos, a quienes considerarían como a otros tantos tiranos; sus celos llegarían hasta el punto de comparar a éstos con los odiosos españoles. En fin, una monarquía semejante sería un coloso deforme, que su propio peso desplomaría a la menor convulsión." (ESCRITOS DEL LIBERTADOR, Tomo VIII, pp. 114).

Assim, sem caracterizar a reação como uma consequência natural de qualquer processo que ameace romper com as estruturas de poder, Bolívar atribuía a derrota da Primeira

República (1810-1811) à ausência de um governo forte. Apontava a democracia representativa, as assembleias populares e o "espírito de partido" entre caudilhos regionais como as causas que facilitaram o restabelecimento do regime anterior. Porém, há uma distinção em seu ataque às "instituições perfeitamente democráticas" e o "espírito de partido", ambas noções associadas ao federalismo. As primeiras, apesar de ainda não serem adequadas aos jovens países, são desejáveis como meio infalível para se alcançar a justiça, a liberdade e a igualdade.

A partir dessa disjuntiva, Bolívar apresentará sua compreensão sobre como realizar essa transição às instituições federalistas. No seu processo de desenvolvimento interviriam, na concepção de Bolívar, como mediadores que tornam possível o empreendimento, a educação e os costumes. Assim, entre as instituições a serem implantadas na Venezuela independente, propunha um *Areópago*, que consistia em um corpo composto por um presidente e quarenta membros que exerceriam autoridade plena e independente sobre os costumes públicos e educação. Uma sorte de quarto poder, o Poder Moral⁸⁷, que tinha por finalidade tirar a República do caos, pois não eram suficientes todas as qualidades morais:

⁸⁷ Sobre o Poder Moral ver STOETZER (1983), SALCEDO-BASTARDO (1957, pp. 319-337) e ROJAS (1996). Nas palavras de Bolívar: "Tomemos de Atenas el Areópago y los guardianes de las costumbres y de las leyes; tomemos de Roma sus censores y sus tribunales domésticos; y haciendo una Santa Alianza de estas instituciones morales, renovemos en el mundo la idea de un Pueblo que no se contenta con ser libre y fuerte, sino que quiere ser virtuoso. Tomemos de Esparta sus austeros establecimientos, y formando de estos tres manantiales una fuente de virtud, demos a nuestra República una cuarta potestad cuyo dominio sea la infancia y el corazón de los hombres, el espíritu publico, las buenas costumbres, y la moral Republicana. Constituyamos este Areópago para que vele sobre la educación de los niños, sobre la instrucción nacional; para que purifique lo que se haya corrompido en la República, que cause la ingratitud, el egoísmo, la frialdad del amor a la Patria, el ocio, la negligencia de los Ciudadanos: que juzgue de los principios de corrupción, de los ejemplos perniciosos; debiendo corregir las costumbres con penas morales, como las leyes castigan los delitos con penas aflictivas, y no solamente lo que choca contra ellas, sino lo que las burla; no solamente lo que las ataca, sino lo que las debilita; no solamente lo que viola da Constitución, sino lo que viola el respeto publico. La jurisdicción de este Tribunal verdaderamente Santo, deberá ser efectiva con respecto a la educación y a la instrucción, y *de opinión solamente* en las penas y castigos. Pero sus anales, o registros donde se consignen sus actas y deliberaciones; los principios morales y las acciones de los Ciudadanos, serán los libros de la virtud y del vicio. Libros que consultará el pueblo para sus elecciones, los Magistrados para sus resoluciones, y los Jueces para sus juicios. Una institución semejante por más que parezca, es infinitamente más realizable que otras que algunos Legisladores antiguos y modernos han establecido con menos utilidad del género humano" (ROJAS, 1996, p. 186). [grifo nosso].

"si no fundimos la masa del pueblo en un todo: la composición del Gobierno en un todo: la Legislación en un todo: y el espíritu nacional en un todo... La sangre de nuestros ciudadanos es diferente, mezclémosla para unirla: nuestra Constitución ha dividido los poderes, enlacémoslos para unirlos: nuestras Leyes son funestas reliquias de todos los despotismos antiguos y modernos, que este edificio monstruoso se derribe, caiga y apartando hasta sus ruinas, elevemos un Templo a la Justicia; y bajo los auspicios de su Santa inspiración, dictemos un Código de Leyes Venezolanas" (BOLÍVAR, apud ROJAS, 1996, p.185).

Bolívar, portanto, em seu realismo prático, elaborava uma proposição que, dentro de sua perspectiva, era de um republicanismo adaptado à América hispânica. Neste sentido, considerava ele, as instituições puramente federalistas representativas eram inadequadas, ao menos a curto prazo.

Quanto ao segundo significado de federalismo, associado ao "espírito de partido", Bolívar via neste federalismo dos *caudillos* o meio mais fácil para a restauração ao alcance dos inimigos da república. Em 1826, escreve ao Marechal do Exército Libertador, Antonio José de Sucre, que se encontrava em Lima:

"Después de escrita esta carta hemos pensado que no debemos usar la palabra *federación* sino unión la cual formarán los tres grandes estados de Bolivia, Perú y Colombia bajo de un solo pacto. Digo *unión* porque después pedirán las formas federales como há sucedido en Guayaquil, donde apenas se oyó federación y ya se pensó en la antigua republiqueta. Creo que en Venezuela será indispensable hacer una reforma importante a fin de que una autoridad muy fuerte y muy inmediata contenga los partidos y ocurra a las necesidades más urgentes. Pienso, pues que el estado de Venezuela debe equivaler al de Bolivia, así como el del resto de Colombia al Perú. Sería muy conveniente que Bolivia se preparase para esta unión, no con el Perú solo sino también con Colombia. El plan parece que debe ser éste: en cada estado un vicepresidente y sus ministros también generales. Para llenar este fin creo indispensable nombrar a Santa Cruz para Bolivia y que Ud. sea el vicepresidente general. Para el Perú no faltará un hombre de mérito. Si Ud. Rehusa a este servicio también lo haré yo y todos perecerán en medio de una confusión espantosa. Todo esto se irá conviniendo por partes entre Bolivia y el Perú, Colombia y el Perú. Por lo mismo, será bien que Bolivia y el Perú diesen el ejemplo. Si por casualidade el agente del Perú há llegado a Chiquisaca, (pues que dicen que há perecido en el mar) creo que debe empezar la negociación con él entablado estos artículos. Cada estado pagará sus deudas y sus compromisos a fin de que nadie se encargue de deudas ajenas. Cada estado tendrá su cuerpo legislativo y decidirá de sus negocios domésticos de un modo conveniente pero acordado com el resto de los estados. Si Ud. da principio a este plan hará un inmenso servicio a la América y yo me lisonjeo de que Bolivia, que es pueblo normal, sea el que lo presente. Recomiendo a Ud., mi querido

general, este pensamiento que puede ser el estandarte de la salud" (BOLÍVAR, ESCRITOS DEL LIBERTADOR, Tomo V, p. 247-248).

Para compreender mais profundamente as operações ideológicas bolivarianas no conturbado cenário de sua época, captando sua posição doutrinária, Salcedo-Bastardo oferece-nos uma reflexão útil. Segundo o autor, o pensamento bolivariano caracteriza-se de modo mais preciso na confluência de concepções do Direito Natural e da Escola Histórica. Não é nosso objetivo analisar aqui todas as implicações dessa afirmação, apenas apontar o quanto essa análise de Salcedo-Bastardo nos auxilia na caracterização bolivariana sobre sua concepção de organização do Estado e, portanto, de poder. Assim, diz o autor, se, por um lado, Bolívar via no processo de independência seus imperativos históricos, políticos, econômicos e sociais, sublinhando-os e percebendo-os bem; por outro lado, sua base abstrata e ideológica atribuía o processo em andamento à necessidade do povo da América de "recobrar los derechos con que el Creador y la naturaleza lo han dotado" (BOLÍVAR, *apud* SALCEDO-BASTARDO, 1957, p. 229). O direito natural aparece, em certa medida, como um dos limites ideológicos de Bolívar.

Porém, alerta Salcedo-Bastardo, em oposição ao que se acaba de afirmar, Bolívar oscila entre esse princípio e aquele que atribui ao Direito, sobretudo, uma base histórica. Nesse sentido, muitas são as declarações do "Libertador". Vejamos algumas delas:

"El libro de los Apóstoles, la moral de Jesús, la obra Divina que nos han enviado la Providencia para mejorar a los hombres, tan sublime, tan Santa, es un diluvio de fuego en Constantinopla, y el Asia entera ardería en vivas llamas, si este libro de paz se le impusiese repentinamente por Código de Religión, de Leyes y e costumbres" (BOLÍVAR, *apud* SALCEDO-BASTARDO, 1957, p. 232).

E:

"¿No dice *El Espíritu de las leyes* que éstas deben ser propias para el Pueblo que se hacen? ¿Qué es una gran casualidad que las de una nación pueden convenir a otra? ¿que las leyes

deben ser relativas a lo físico del país, al clima, a la calidad de terreno, a su situación, a su extensión, al género de vida de los pueblos? Referirse al grado de Libertad que la Constitución puede sufrir, a la Religión de los habitantes, a sus inclinaciones, a sus riquezas, a su número, a su comercio, a sus costumbres, a sus modales?" (id. , p. 233).

Enfim, o unitarismo anti-federalista de Bolívar reafirmava-se em todo seu pensamento e tornava-se material mediante sua ação política concreta. Foi assim até o fim, sendo esse o conteúdo principal de sua última proclama, ditada em 9 de dezembro de 1830, um dia antes de morrer. Dizia assim em seu testamento político:

"Colombianos: Habéis presenciado mis esfuerzos para plantear la libertad donde reinaba antes la tiranía. He trabajado con desinterés, abandonando mi fortuna y aun mi tranquilidad. Me separé del mando cuando me persuadí que desconfiabais de mi desprendimiento. Mis enemigos abusaran de vuestra credulidad y hollaron lo que me es más sagrado, mi reputación y amor a la libertad. He sido víctima de mis perseguidores, que me han conducido a las puertas del sepulcro. Yo los perdono.

Al desaparecer de en medio de vosotros, mi cariño me dice que debo hacer la manifestación de mis últimos deseos. No aspiro a otra gloria que a la consolidación de Colombia. Todos debéis trabajar por el bien inestimable de la unión; los pueblos, obedeciendo al actual gobierno para liberarse de la anarquía; los ministros del Santuario, dirigiendo sus oraciones al cielo; y los militares, empleando su espada en defender las garantías sociales.

Colombianos!

Mis últimos votos son por la felicidad de la patria; si mi muerte contribuye para que cesen los partidos y se consolide la unión, yo bajaré tranquilo al sepulcro." (BOLÍVAR *apud* AGUIRRE, 1988, p. 546)

3.2 EMÍLIO NA AMÉRICA

Sobre a posição ideológica de Bolívar, cabe, ainda dois comentários. Em primeiro lugar, analisando-o à luz das reflexões sobre o poder da ideologia no período posterior à Revolução Francesa, ambiente intelectual no qual Bolívar estava inserido e participava ativamente.

Em contraposição ao programa igualitário que emergiu do Terceiro Estado e transformou-se em projeto político com a *Sociedade dos Iguais*, liderada por François Babeuf (que se auto apelidou de Graccus Babeuf), em 1796⁸⁸, é que constitui-se a concepção da educação dos indivíduos como mecanismo para ajustar sem dificuldades os setores em contradição com a estrutural social burguesa. Assim, formula-se uma "ciência" da ideologia na qual se estabelece que a sociedade é dividida entre aqueles considerados carentes de "educação" e aqueles "ideólogos" auto-indicados - que iriam educar os primeiros "judiciosamente". Vejamos a análise crítica dessa posição ideológica, segundo Mészáros:

"Assim, voltando às ilusões do Iluminismo bem depois da violenta destruição de sua relativa justificativa histórica na grande revolução da burguesia francesa, a solução para problemas que surgiam no mundo social a partir de conflitos *coletivos* materialmente enraizados e disputas de classe cada vez mais acirradas era considerada sob o aspecto de remédios *individualistas* e *educacionais*. Mas, a partir daí, não se poderia mais reafirmar o ideal iluminista de instituir uma ordem racional adequada a *todos* os indivíduos sem discriminação, como sendo indivíduos *autônomos*. Era necessário negar, *na prática*, à vasta maioria dos indivíduos a possibilidade de alcançar um tal *status*, com o objetivo de manter um sistema de dominação em que o capital - por uma questão de necessidade objetiva - tinha de lhes atribuir uma posição subordinada" (MÉSZÁROS, 2004, p. 464).

O exposto por Meszáros coincide com o argumento utilizado pela oligarquia caraquenha para não acatar os decretos de abolição da escravatura assinados por Bolívar. Porém, o próprio "Libertador" não esteve isento das opções ideológicas colocadas pela Guerra de

⁸⁸ Eric Hobsbawm referiu-se a Babeuf como o líder da primeira revolta comunista da história moderna, em 1796 (HOBSBAWM, 1977, p. 75). A *Sociedade dos Iguais* lutava pelo que seus membros chamavam de *igualdade real*, formulando a partir do ponto de vista do trabalho, o lema comunista de "cada um segundo sua capacidade, para cada um segundo sua necessidade". Demonstraram grande sutileza ao definir a igualdade em termos *qualitativos*, afirmando que, na ordem social que defendiam, "a igualdade deve ser medida pela *capacidade* do trabalhador e pela *necessidade* do consumidor, não pela intensidade do trabalho e pela quantidade de coisas consumidas. Um homem dotado de certo grau de força, ao erguer um peso de dez libras, trabalha tanto quanto outro homem com cinco vezes a sua força ao erguer *cinquenta* libras. Aquele que, para satisfazer uma sede torturante, toma um jarro de água, não desfruta mais do que seu camarada que, apenas levemente sedento, sorve uma xícara. O Objetivo do comunismo em questão é a *igualdade das dores e dos prazeres*, não das *coisas consumíveis* e das *tarefas dos trabalhadores*" (BUONARROTI, *apud* MÉSZÁROS, 2004, p. 463).

Independência, e seu ideário expressa uma posição que por vezes parece ambígua nos conflitos sociais que permeavam aquele período, especialmente no que se refere ao peso do Poder Moral em seu ideário. Porém, talvez essa aparente contradição bolivariana, que faz oscilar a interpretação de seu caráter ora como pragmático ora como romântico e, mesmo, em muitos casos, contendo ambas as características, possa ser explicada pela influência de Rousseau, através de Simón Rodríguez, sobre o personagem. Hobsbawm, analisando o caráter ideológico do pensamento de Rousseau e dos filósofos alemães, situou-os como

"singularmente equilibrados entre a progressiva e a antiprogrediva ou, em termos sociais, entre a burguesia industrial e o proletariado de um lado, e as classes aristocráticas e mercantis e as massas feudais do outro. [...] As opiniões desses dois grupos, portanto, combinam os componentes liberais (e o primeiro caso implicitamente socialistas) com componentes antiliberais, e componentes progressistas com antiprogredistas. Além disso, esta complexidade essencial e contraditória lhes permitia ver mais profundamente a natureza da sociedade do que os liberais progressivos ou antiprogredivos. Forçava-os no sentido da dialética" (HOBSBAWM, 2000, p. 269).

Assim, aceitando a hipótese de que a ideologia bolivariana seria uma das herdeiras do pensamento de Rousseau na América, em vez de operarmos um procedimento similar ao proposto por Damas ou Harwick, no qual as apropriações de Bolívar ou se apresentam como contendo uma unanimidade no campo cultural, ou sendo objeto de renovadas controvérsias e antagonismos, nos depararíamos ao contrário com uma unidade sintética que nos permitiria integrar essa ideologia em suas características fundamentais. Em outras palavras, em vez de compreendermos o *bolivarianismo* como um fenômeno puramente cultural e unânime ou estritamente político e controverso passaríamos a analisá-lo como uma ideologia específica, contraditória em sua unidade e "singularmente equilibrada entre a progressiva e a antiprogrediva". Tal abordagem nos permitiria estabelecer de forma bastante clara os nexos entre todas as aparentes desconexas ações bolivarianas e nos auxilia a compreender alguns aspectos da

Guerra Federal que retomaremos mais adiante. Antes disso, vejamos como esse "equilíbrio" se expressa nas apropriações de Bolívar por liberais e conservadores.

3.3 BOLÍVAR PARA LIBERAIS E CONSERVADORES

Era, portanto, realmente, muito improvável a vinculação do ideário bolivariano com o federalismo, especialmente em sua apropriação descentralizadora. Porém, apesar dessa contrariedade expressa de Bolívar com o sistema federal, uma das primeiras publicações importante dos liberais, em 1841, foi uma homenagem da Sociedade dos Artistas ao "Libertador". E, em princípios de 1843, a impressora que rodava o jornal *El Venezolano* foi instalada na casa da irmã de Bolívar, Doña María Antonia Bolívar e Clemente (VILLANUEVA, 1992, ps. 84 e 84). Desde o início, portanto, a atividade liberal reivindica Bolívar.

Recordemos que o federalismo liberal partidário surgira expressando uma divisão intra-oligárquica que opunha, no campo político, grosso modo, os grandes proprietários de terra (liberais) aos setores comercial e banqueiros urbanos (conservadores). O programa do Partido Liberal é, a princípio, praticamente sinônimo de um nome próprio: Antonio Leocadio Guzmán (1801-1884), e sua síntese, os textos e artigos publicados por ele no jornal *El Venezolano*. Segundo apreciação de Brito Figueroa, historiador que reúne a maior autoridade sobre o tema até o momento, a tática de Leocadio Guzmán é demagógica. Deixa que seus simpatizantes e amigos prometam e falem da *comunidad de tierras*, enquanto ele, por sua vez, busca uma solução conciliatória com as figuras políticas da situação (BRITO FIGUEROA, 1996, p. 75).

Dessa forma, Leocadio Guzmán utilizou-se da figura de Bolívar para atacar o poder do líder independentista das planícies centrais venezuelanas, General Antonio Páez (1790-1873). Páez personificava a unidade oligárquica venezuelana pós-independência, cuja base pode ser melhor entendida se levarmos em conta que o país encontrava-se em um quadro de espantosa miséria e de insurgência geral no campo e nas cidades, desde 1821. Como foi demonstrado no capítulo anterior, havia rebeliões, conspirações e tumultos dos quais:

"participaban fundamentalmente esclavos, manumisos y peones pero también se incorporaban y cooperaban, directa o indirectamente, otros sectores socialmente oprimidos y postergados por el régimen dominante: deudores, medianos y pequeños propietarios arruinados, soldados y oficiales del antiguo Ejército Libertador, heridos en sus sentimientos patrióticos por la dependencia de Venezuela con respecto al Gobierno Central de Bogotá, y hasta agentes del realismo español" (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1.327).

A análise de todo o contexto que precede a Guerra Federal permite concluir que o período de desterro da figura de Bolívar coincide com os anos em que vigorou a aliança oligárquica pós-independência, sob a liderança de José Antonio Páez. As fissuras nessa aliança, analisadas no capítulo sobre as origens da Guerra Federal, foram marcadas simultaneamente por um resgate da figura de Bolívar e o início de uma disputa em torno de seu legado e significado. O marco inicial desse processo é o repatriamento dos restos do "Libertador" que tem lugar em 1842, na cidade de Caracas, sob forte comoção popular, descrita assim por um ilustre advogado e político conservador da época, em 17 de dezembro de 1842:

"nada recuerdan los fastos de Caracas, que haya producido nunca tanta sensación, ni movido tan numeroso concurso; pero aún más importante que el número era la actitud del pueblo en esta grave ceremonia (la repatriación de los restos). Casi parecería imposible a no haberse visto realizado, suponer en una multitud tan variada en unidad y

condición un sentimiento tan marcado y tan uniforme del decoro y gravedad que requería la ocasión"... "el pueblo de Caracas gozaba en su dolor al ver entrar en su patria con tardo paso y funeral arreo, las cenizas del que tantas veces admiró, como el león, fuerte; como el águila, veloz" (TORO, 1842 *Apud* DAMAS, 1969, p. 56).

Segundo Damas, é precisamente esta resposta popular à reputação de Bolívar que auxiliará a oligarquia dirigente do país a estabilizar momentaneamente uma aguda crise, ao mesmo tempo econômica e social, pela qual atravessava Venezuela. Assim, no ambiente em que estavam sendo gestadas as insurreições camponesas e de escravos de 1846, Páez lidera o resgate das cinzas do "Libertador" para legitimar seu desgastado poder de caudilho. O autor nos explica que:

"cuando la oligarquía conservadora venezolana procede a repatriar los restos del Libertador, lo que está repatriando en verdad es el programa político y de gobierno real de que hasta entonces había carecido, y cuya urgente necesidad se acentuaba con los años" (DAMAS, 1969, p.53).

Porém, o resgate de Bolívar por Páez, que havia sido seu opositor e um dos alvos da mensagem de despedida do "herói", na qual ele apelava à união, era de uma ironia iniludível. Páez havia liderado, juntamente com o bogotano Francisco de Paula Santander, a divisão da *Gran Colombia*⁸⁹, sonho unitário acalentado por Bolívar e no qual ele acreditava assentar-se a possibilidade de construir uma nação que jogasse um papel importante naquele novo concerto internacional que projetara. Talvez tenha sido essa contradição, associada com a descoberta da

⁸⁹ Francisco de Paula Santander representava à época o patriciado de Bogotá, enquanto Páez a unidade oligárquica venezuelana. Ambos lideraram a divisão da Gran Colombia, república implementada sob a liderança de Bolívar no processo de independência sul-americano e proposta ao Congresso de Angostura em 17 de dezembro de 1819, reunindo os territórios da Venezuela, Nova Granada (que compreendia os atuais Colômbia e Panamá) e Quito (maior parte do território equatoriano atual). Esse país foi posteriormente referido pela historiografia como "Gran Colombia", embora nunca tenha sido tratado dessa forma por Bolívar. Ao longo desse trabalho, no entanto, utilizamos o termo "Gran Colombia" para designar a república bolivariana segundo a proposta efetuada ao

popularidade de Bolívar em 1842, uma das razões pelas quais o Partido Liberal passou a reivindicar mais insistentemente o "herói" e utilizá-lo como uma verdadeira arma contra a desgastada liderança de Páez.

Foi assim que, mesmo antes da canonização do "herói" pelas instituições do Estado, vimos surgir a disputa sobre o legado de Bolívar por parte de diferentes setores da oligarquia venezuelana. Bolívar se converteria, a partir de então, em um fator de legitimação de pontos de vista muitas vezes opostos. O debate entre Liberais e Conservadores é analisado por Damas, sob a perspectiva cultural, e resgatado por Nikita Harwick (2002, p. 11), em um estudo de menor fôlego, para referir-se aos usos de Bolívar por concepções políticas opostas. De um lado, o conservador e paezista Juan Vicente González (1810-1866); de outro, o liberal Antonio Leocadio Guzmán, ambos recorrendo à figura de Bolívar para conferir credibilidade a seus posicionamentos e opiniões. Vejamos uma passagem de um discurso de González:

"Bolívar, en un país aristocrata, tocado por el genio oriental y africano de los españoles, requería, para seducir y arrastrar a sus proyectos, el prestigio del valor, la magia de la elocuencia, el encanto de una imaginación rica y brillante, el poder de increíbles hazañas y victorias. En Bolívar, el mando era un derecho natural. Con las sublimes cualidades de Bolívar, Washington habría despertado temores en los ardientes puritanos del Norte; con las modestas virtudes de Washington, Bolívar no habría adelantado un día la época de la independencia del Sur" (GONZÁLEZ *apud* DAMAS, 1969, p. 96).

No mesmo livro, González culpa o herói por "haber preferido dejarnos la anarquía, la inquietud, la nulidad más bien que la prosperidad, la paz y la ventura, que si EL hubiera querido, hoy pudiéramos estar disfrutando..." (idem, p. 97). Estes dois textos, retirados por Damas das coletâneas de artigos de González escritos a partir de 1831 - sob o título *Mis exequias*

Congresso de Angostura, para efeitos de clareza, a fim de distingui-lo do nome do país atual (Colômbia) que, àquela época era designado pelo nome de Nova Granada.

a Bolívar. Colección de varios rasgos dedicados a la nación venezolana, publicados em forma de livro, em 1842 -, revelam a superioridade incomparável reservada à figura de Bolívar na história das independências americanas, na interpretação do conservador González. Tal elevação, analisa Damas, remete para a posição de Pai da Pátria, "rector prestigioso e indiscutible, juzgado capaz de realizar eternamente la misma misión que le condujo, en vida, al fracaso" (idem, p. 103).

É interessante observar como o conservador González se desdobrava em exaltar para, logo em seguida, poder culpar o "herói" por não haver querido um outro destino senão aquele da anarquia e inquietude aos venezuelanos. A habilidade de González residia em hipertrofiar o papel histórico de Bolívar para poder torná-lo também responsável pelo destino do país, responsabilizando-o, ainda que morto, pela situação da Venezuela da década de 1840. Era a maneira de González tergiversar de modo eficiente, do ponto de vista social, considerando o prestígio do "Libertador", sobre os responsáveis de fato pela condução do governo à época, chefiado por Antonio Páez, líder o qual González apoiava abertamente.

Nesse mesmo período, o liberal Antonio Leocadio Guzmán, recorre a Bolívar para torná-lo inigualável a qualquer um que tentasse equiparar-se a ele em virtudes. Dizia assim:

"Veteranos, padres de la patria, fundadores de tantos pueblos y de tantos derechos, hombres heroicos, vosotros representabais en aquel momento una época entera de grandezas y prodigios! Allí veíamos todos, sobre vosotros y en torno de vosotros, laureles segados en San Félix de Guayana y en los antiguos muros del templo del Sol; laureles de Boyacá y de Ayacucho; laureles de Carabobo y Bomboná. Y aquella marcha lenta, (en el cortejo fúnebre de 1842) que el dolor hacia vacilante, nos recordaba en contraste la marcha arrogante de los días de sangre y gloria, cuando esas frentes andaban erguidas y esas espadas empuñadas... Pero, ¡ah!..., entonces os presidía el hombre de la Victoria..., que hoy... tendido en un sepulcro... Sí, debéis llorar, a torrentes, como esos ángeles que van adelante de vosotros, y agregar vuestras lagrimas a las suyas, porque con lágrimas debe ablandarse la carrera (sic) de esse sepulcro, y porque en torno suyo deberían derramar lágrimas todas las generaciones americanas. Empapad en lágrimas e

as insignias, que el Gran Capitán puso sobre vuestros hombros en los días del heroísmo. Y cuidado que no se sequen esas lágrimas, las últimas y más sublimes pruebas de vuestra virtud" (LEOCÁDIO GUZMÁN *apud* DAMAS, 1969, p. 104).

O discurso de Leocádio Guzmán era uma forma velada de recriminar Páez pelo desterro de Bolívar e, com isso, atacar seu prestígio de general independentista. Nesse texto vemos também articular-se, talvez pela primeira vez no discurso político institucionalizado, o conteúdo que reforçará daqui para frente um sentimento de culpa na sociedade venezuelana em relação à morte sem honras e homenagens a que havia sido submetido o "herói", em território colombiano. A tragédia dessa morte se vinculava ao fato de Bolívar haver caído em descrédito no meio político institucional venezuelano⁹⁰ e colombiano no período imediatamente pós-independência. Essa situação somente viria a ser superada com a reabilitação de Bolívar iniciada pelo liberalismo doutrinário, cujo marco é o lançamento do jornal "El Venezolano", a partir de 1840 (BRITO FIGUEROA, 2002, p. 1.413).

Nesse mesmo contexto, é surpreendente o discurso de Antonio Leocadio Guzmán proferido em 28 de outubro de 1841, na Universidade de Caracas. Esse discurso aos estudantes universitários venezuelanos era proferido, portanto, cerca de um ano antes do repatriamento das cinzas de Bolívar, quando Leocádio Guzmán escreve sua mensagem recomendando aos venezuelanos, em tom acusatório, chorar eternamente sob o túmulo do herói inigualável. Naquela primeira ocasião, Antonio Leocadio Guzmán justificara o desterro que em breve viria a condenar. Vejamos como ele também, de modo equivalente ao setor que no atual momento ele próprio se opunha, via no prestígio de Bolívar uma ameaça ao país:

⁹⁰ Sobre os conflitos de Bolívar com os crioulos nos diversos países recém liberados do domínio Espanhol, após o reconhecimento da independência da América hispânica ver VERNA (1983) e SAIGNES (1997).

"... Era Bolívar el Jefe de todos los grandes capitanes, el caudillo de todos los valientes, el Libertador de todos los pueblos, el Fundador, en fin, de la patria. ¿Cabía en ella como ciudadano? ... No hay que compararlo con mortal alguno; ninguno de los que han descendido del poder para empuñar el arado había sido lo que fue Bolívar en América. Sí; él era un obstáculo invencible para la *organización económica* del país: *yo se lo oí decir mil veces*; él lo repetía cada instante. ¿Por qué prescindimos de la naturaleza de las cosas? ¿Por qué desonocemos al hombre? ¡Veinte años de triunfos, veinte años de prodigios! ¿Cómo no habría de ser su mirada un rayo, su palabra un decreto, su voluntad un destino? Aunque él no lo quisiera. ¿Quién arrancaba de las masas la profunda admiración, el inmenso respecto, el amor entrañable y hasta desordenado? El no era el Presidente ni el General; él era Bolívar. ¿Cabía este elemento en el régimen que queríamos y que tenemos?..." (GUZMÁN, apud DAMAS, 1969, p. 94)

Assim, Guzmán, o liberal por excelência, em tempos de unidade oligárquica, tal qual os conservadores, também havia justificado o chamado desterro de Bolívar, ocorrido a partir do final da década de 1820 até o repatriamento de suas cinzas, em 1842. Pois, desde o final da década de 1820 e durante todos os anos 1830, a aliança entre a os banqueiros nacionais e internacionais e os grandes proprietários de terra que dirigiam o país teve seu predomínio absoluto, sob a liderança de José Antonio Páez, associado ao desprestígio de Bolívar. Houve, especialmente em Nova Granada, mas também na Venezuela, verdadeiras campanhas de difamação contra Bolívar, mencionadas na maior parte das biografias que tivemos acesso e cuja insistência levou à elaboração de uma resposta formal, por escrito, da parte de Simón Rodríguez⁹¹. A unidade venezuelana e colombiana contra a unidade "gran colombiana" era a síntese dessa desavença entre a oligarquia e o "herói", embora esse tema ainda encontre-se pouco explorado de forma sistemática pelos historiadores.

⁹¹ Um excelente resumo dos conteúdos dos ataques diretos formulados contra Bolívar, com a resposta de seu tutor a cada uma das acusações, pode ser encontrado em no texto de Simón Rodríguez: *Defensa de Bolívar*. O texto, escrito em forma de uma defesa judicial, ainda em 1828, circulou manuscrito entre pessoas de confiança. O estilo inconfundível de Rodríguez transparece já nas primeiras linhas. Vejamos a breve apresentação que faz: "para defender el REY en la persona de Luiz XVI no faltó quien abrazase su causa en presencia de... ¡un Pueblo entero! ...¡ enfurecido y armado! Para defender al HEROE en la persona de Simon Bolívar no hay quien ose encararse con un partido de ¡poco hombres! ... ¡resentidos ó preocupados! Entre BAYONETAS! Abogó un Francés por su SEÑOR! Entre PLUMAS! Temen los americanos apersonarse por su LIBERTADOR! ¿Será prudencia ó cobardia?" (RODRÍGUEZ (2001, pp. 190-378).

De qualquer maneira, a partir dos anos 1840, com a divisão entre liberais e conservadores, campos opostos da política institucional passam a reivindicar o legado de Bolívar. Ambos os setores, no entanto, necessitam produzir um mecanismo que os absolva de seu "pecado original" contra a figura de Bolívar frente à sociedade. É essa necessidade que na nossa opinião motivará o grande investimento institucional do Estado em criar e estimular um profundo sentimento de culpa da sociedade venezuelana em relação à figura histórica de Bolívar e que, segundo Damas, é um dos componentes fortes do *culto*. Políticos de todas as matizes se referirão a esse sentimento.

O mais interessante é como esses sujeitos operam um processo de transferência ideológica dessa culpa da elite política do país para as classes exploradas, em uma inversão típica das formas ideológicas de dominação a partir da exploração dos valores cristãos então dominantes. Mas, retomemos as pistas deixadas por Damas sobre a sobrevivência de Bolívar na memória ou consciência popular, antes de prosseguir na descrição do que ele chama de Bolívar *para el pueblo*.

Diz o autor de *Culto a Bolívar*, a admiração e a gratidão do povo tomou, rapidamente, pelo efeito de uma consciência popular fortemente religiosa, um aspecto de mistificação do herói admirado e querido. A vastidão da obra simbolizada por Bolívar e a apreciação exaltada das dificuldades que teve de vencer, aparentemente sobre-humanas, abreviaram a via normal da mistificação.

Essa apreciação de Damas, mesmo para o que ele chama de *consciência popular*, pode ser válida para o período posterior à Guerra Federal, em especial após o forte investimento estatal na construção da figura do "herói", como pretendemos demonstrar no capítulo sobre as

relações da ideologia bolivariana e a construção do Estado nacional venezuelano. Porém, essa apropriação religiosa e, de certo modo, inofensiva da figura de Bolívar não é a que predomina no período anterior à constituição do Estado oligárquico⁹², a qual se dá partir do final da Guerra Federal e mais decididamente no início dos anos 1870.

3.4 BOLÍVAR E A GUERRA FEDERAL

Como sabemos, no período da Guerra Federal, os documentos de Simón Bolívar não estavam disponíveis nem ampla, nem sistematicamente. Passados vinte e oito anos de sua morte, a memória a seu respeito naquele período era predominantemente oral, especialmente através do testemunho de muitos de seus contemporâneos, principalmente soldados e oficiais, que sobreviviam até aquele momento. Além disso, a Guerra Federal foi uma extrapolação do programa do Partido Liberal. Uma guerra de camponeses negros recém libertos e mestiços, porém submetidos a mecanismos de exploração mediante endividamento com seus ex-proprietários. Esse contingente populacional, que totalizava cerca de 71% da população (FIGUEROA, 2002, Tomo IV, 1.365) era em sua maioria analfabeta, o que tornam os registros de seu ideário bastante escassos.

⁹² "O Estado nacional na América Latina constituiu-se quando um setor da oligarquia ou um grupo importante de proprietários rurais, em regiões bem cotadas e com produção importante para exportação, conseguiu consolidar-se como classe economicamente dominante e politicamente hegemônica. Este setor elimina o jacobinismo advindo da participação de mais classes sociais nos processos de independência, e a oligarquia central assume compromissos com os grupos periféricos, cujos produtos eram preteridos no mercado mundial" (WASSERMAN (1992, p. 10).

Sabemos, também, que após a Guerra Federal inicia-se o fenômeno de construção do culto oficial de Bolívar, nos termos expostos por Germán Carrera Damas, o qual ganha força a partir da fundação da Academia Nacional de Historia — ANH (1888), espaço institucional por excelência do desenvolvimento de uma memória nacional bolivariana. A ANH, servindo-se do trabalho de recompilação dos textos de Simón Bolívar iniciado por Antonio Guzmán Blanco, em 1870, será o pólo gerador de uma construção histórica nacional e fundamento de toda a disciplina histórica a ser posteriormente disseminada através da escola.

Inversamente à memória formalizada pelas instituições do Estado, são as pistas oferecidas pelos registros dos soldados da Guerra Federal, juntamente com os documentos dirigidos ao público através das *hojas sueltas* que remanescem daqueles dias, que fazem desta investigação uma contribuição para compreendermos o conteúdo da ideologia bolivariana que, ao mesmo tempo, fundamenta e extrapola a construção ideológica que leva a cabo o Estado nacional⁹³. Assim, Bolívar aparece mencionado por ambas as forças em disputa, não sendo referido exclusivamente por uma ou outra posição política específica, embora reine entre os liberais e federalistas uma unanimidade maior acerca da positividade do legado bolivariano. Neste ponto, cabe lembrar a distinção entre liberais e federalistas, aliados no período da Guerra, porém diferentes em termos políticos e de composição social de classe.

3.4.1 Liberais e Federais

⁹³ Sobre o Bolívar construído a partir das instituições do Estado ver, na Introdução, as referências à historiografia pró e anti-bolivariana, especialmente através da biografia histórica. Além disso, no capítulo sobre a ideologia bolivariana e o Estado Nacional, as apropriações de Bolívar pelo discurso dos Presidentes da República venezuelanos.

A bandeira liberal abrigava, por um lado, políticos com instrução que compunham parte da elite oligárquica, composta majoritariamente por proprietários de terra, parte deles vinculados ao setor agroexportador, parte dedicada às letras, nas cidades. Contava portanto com seus "intelectuais orgânicos" e com um meio de comunicação próprio, o jornal *El Venezolano*. Entre esses, havia também comerciantes e pequenos proprietários rurais, sendo que alguns haviam sido antigos oficiais da guerra de independência, e seus descendentes. Destacam-se os nomes de Rafael Urdaneta⁹⁴ (pai), que foi o chefe do Estado Maior da Federação, subordinado somente a Zamora, e seu filho, Benito Urdaneta, além do General de Brigada, José del Rosário González e do General Gabriel Guevara, antigo soldado na guerra de independência que obteve sua medalha de tenente-coronel servindo sob as ordens imediatas de Bolívar, na Campanha do Sul (BRITO FIGUEROA, 1996, ps. 291 e 311).

Há ainda o General Sotillo e o caso do General José Laurencio Silva, ex General de Bolívar⁹⁵, que entra no conflito federal ao lado da união, por ser oficial de carreira, e já em maio de 1859 passa ao lado dos federais e em janeiro de 1860 encontra-se preso, juntamente com outros 309 políticos e militares federalistas, na Plaza de Bajo Seco, um ilhote que foi considerado por Brito Figueroa um verdadeiro campo de concentração (idem, p. 411).

⁹⁴ Rafael Urdaneta somou-se a Bolívar em 1813 quando escreve a ele: "General, si com dos hombres basta para emancipar la patria, pronto estoy a acompañar a Ud". Augusto Mijares se refere a Urdaneta como "'hombre de las responsabilidades', porque siempre estuvo dispuesto a asumir sin vacilar las más árduas y peligrosas" (MIJARES, 1987, p. 243). Esteve, de fato, entre os mais próximos colaboradores de Bolívar até a morte desse, em 1830. A última correspondência despachada por Bolívar que se tem conhecimento, um pouco antes de morrer, é dirigida a Briceño Méndez pedindo a esse que se reconciliasse com Urdaneta e que o ajudasse a manter a união colombiana. (p. 558). Briceño Méndez era, então, um dos mais ativos defensores de Gran Colombia, cogitando inclusive um projeto monárquico para manter a unidade, para desapontamento de Bolívar, em 1829. Em 1826, Briceño Méndez esteve à frente do conflito com Páez que teve como consequência o alçamento da guarnição de Puerto Cabello sob sua liderança. A própria seleção dos textos Páez (Páez, 1990), comentados por Edgardo Mondolfi, menciona que em setembro de 1830, Urdaneta havia recebido um mandato do governo de Bogotá para fomentar "insurrecciones en Venezuela" (id., p. 144). Menciona, também, que desde junho de 1830 havia alçamentos de generais em território venezuelano em nome da lealdade com Colombia e que, no futuro, José Tadeu Monagas e os integracionistas do oriente, utilizarão a bandera grancolombiana para realizar alçamentos militares (id., p. 141).

Por outro lado, com o acirramento dos conflitos sociais e a forte propaganda liberal desencadeada a princípios dos anos 1840, somaram-se ao movimento setores camponeses e de escravos fugitivos, ex-soldados do "Exército Libertador", agregando ao perfil econômico e social do movimento liberal os anseios igualitários radicais das classes não proprietárias, haja vista as insurreições que assolavam o país desde a década de 1820. A partir de 1854, quando acontece a Abolição da Escravatura, os ex-escravos convertem-se em camponeses vinculados à terra pelo mecanismo do endividamento. Esse setor também virá compor as fileiras federais sob a direção de Ezequiel Zamora, líder que recebia fortemente a influência do socialismo utópico francês.

Assim, parte das contradições da Guerra Federal e do Partido Liberal, em seu seio, podem ser explicadas pelo amplo leque social e ideológico que compunha as fileiras do partido, com interesses muitas vezes antagônicos. Daí as distinções entre as lideranças liberais. Apenas a título de ilustração, os perfis variavam de Guzmán Blanco, intelectual liberal urbano, filho do ilustre Antonio Leocadio Guzmán, quem compôs a aliança oligárquica com o Gal. Antonio Páez até o início da década de 1840; a Juan Crisóstomo Falcón, grande proprietário de terras, conhecido por sua obstinação em participar do poder através de acordos escusos, e Ezequiel Zamora, comerciante com ideais igualitários, membro de uma família de militares que havia lutado nas fileiras do exército liderado por Simón Bolívar e entre cujos amigos mais próximos encontrava-se um grupo de franceses socialistas utópicos exilados na Venezuela após a Revolução de 1848⁹⁶, na França. O destino desses personagens reais esteve associado aos rumos

⁹⁵ José Laurencio Silva veterano das batalhas de Carabobo, Junín e Ayacucho esteve ao lado de Bolívar entre os poucos oficiais que o acompanharam e testemunharam sua morte. Prova disso é que foi de Silva a camisa que vestiu o corpo de Bolívar para o sepulcro (MIJARES, 1987, p 557).

⁹⁶ O cunhado de Zamora, que o educou, era um alsaciano de nome Juan Cáspers. Entre os amigos franceses de Zamora encontravam-se José Brandford e outros revolucionários de 1848 na França que também tiveram participação na Guerra Federal, com destaque para José Ignacio Charquet, Napoleón Avril e Carlos Henrique Morton

do país após concluída a Guerra: Guzmán Blanco converteu-se em Presidente da República, a partir de 1870, Juan Crisóstomo Falcón foi reduzido a um papel inexpressivo no cenário nacional e sua memória associada com a traição e o crime considerado fatal para a solução conciliatória que encontrou a guerra: o assassinato do "valiente ciudadano" Ezequiel Zamora.

3.4.2 Proto-bolivarianismo nos combates da guerra federal

Mas, retornemos às pistas bolivarianas nos registros da Guerra Federal. É corrente nos documentos estudados o uso de expressões utilizadas por Bolívar em proclamas públicas que foram difundidas amplamente quando ele ainda era vivo ou que, em princípio, devem haver remanescido como marcas indelévels, ainda que imprecisas, na memória dos oficiais e soldados que lutaram sob seu comando.

Também chama a atenção que algumas dessas consignas bolivarianas foram apropriadas pelo "Libertador" diretamente do jacobinismo da revolução francesa — cabe lembrar, outra experiência ideológica cunhada sob a influência de Rousseau —, ou seja, a mesma fonte da qual bebiam aqueles revolucionários socialistas utópicos, refugiados franceses das jornadas de 1848, que participavam da Guerra Federal sob o comando de Zamora.

(BRITO FIGUEROA, 1996, p 461). Eles compunham o que Figueroa chamou de *soldados zamoristas*, que trabalhavam para formar um exército revolucionário dentro do exército federal e uma associação de revolucionários verdadeiros no seio do Partido Liberal. Infelizmente não dispomos de documentos que nos contem mais sobre a atuação desses revolucionários, nem na França nem na Venezuela. Um manuscrito datado de 1859-1860, denominado *Apuntes de una Revolución contra la oligarquía*, de 220 páginas, ilegíveis em sua maior parte, é o documento mais importante encontrado até hoje sobre a participação desses homens na Guerra Federal. Lamentavelmente, o autor Brito Figueroa falha em diversos momentos de seu trabalho ao não mencionar o local onde se encontram esses documentos, dificultando o trabalho de pesquisa. De qualquer maneira, segundo o que diz Figueroa, trata-se de um documento sobre conversações de Zamora com esses revolucionários franceses sobre as reformas previas à revolução total. (idem, p. 341).

O Bolívar que transparece nos documentos do período da Guerra Federal associa-se com um patriotismo radical, como um sentimento ativo de pertencimento nacional e de obrigação para com a pátria. Está também fortemente vinculado com um método de ação revolucionária, uma forma de realizar a luta política e social até as últimas conseqüências, uma postura patriótica voluntarista e intransigente. É referido como modelo de defesa da liberdade, como escola de patriotismo e de moral e depositário de autoridade de censura, além do principal ideólogo da Gran Colombia, como passo a analisar:

3.4.2.1 Patriotismo bolivariano

Exemplos paradigmáticos do conteúdo patriótico associado ao bolivarianismo são as proclamas dos chefes federalistas da região andina de Mérida, no extremo ocidente do país, como Juan de Diós Picón, Chefe Político da Capital, falando aos cidadãos da região. O texto dessa proclama contém referências que são ao mesmo tempo liberais, jacobinas e bolivarianas. Escreve Picón, em carta aberta aos cidadãos meridenhos:

"Conciudadanos [...]

Quereis gozar para siempre de los preciosos bienes del imperio de la moral, que nuestros derechos esten seguros, que nuestra vida sea respetada, que nuestra propiedad esté garantizada? Queréis que Venezuela ocupe un puesto de honor entre las naciones, que llegue al grado de prosperidad á que está llamada por la naturaleza? Exigid que nuestros Diputados pidan que se establezca en nuestra carta fundamental el instituto salvador de las libertades públicas, el agente mas poderoso del progreso, el enemigo irreconciliable de los tiranos: la FEDERACIÓN.

[...]

Merideños: llamado á regir el canton capital de la provincia de Mérida despues de 10 años de retiro en la vida privada he creido deber hacer una manifestacion pública de le[a] manera con que deseo ver regerada mi Patria. Yo confio en que mis compatriotas y amigos me ayudarán á cumplir el programa de mi vida pública: *Trabajar por la felicidad de mi Patria*. Ayudadme si: mirad que los años han debilitado mis fuerzas y solo me sostiene el fuego santo del patriotismo.

Conciudadanos.

¡Viva la Libertad!

¡Viva la Gran Convención nacional!

¡Viva la *Federación venezolana!*
¡Honor y gloria á los mártires de la Libertad!
Mérida, Mayo 14 de 1858.
Juan de Dios Picón."
(Biblioteca Nacional, Sala de Libros Raros, Hojas Sueltas de la Guerra Federal, rolo 1850-1859. Microfilme)* [Grifo nosso].

O grifo é parte do texto original e tem a clara intenção de enfatizar a idéia de "trabajar por la felicidad de mi Patria", um dos princípios mais conhecidos da justificativa de Bolívar para sua ação junto ao governo, expresso por ele várias vezes em vida através da expressão "El sistema de gobierno más perfecto, es aquel que produce mayor suma de felicidad posible" (SIMÓN BOLÍVAR, OBRAS COMPLETAS, 1947, II, 1141 *apud* SALCEDO BASTARDO, 1957, p. 113). A expressão esteve reafirmada de modo terminante em sua carta testamento com a frase "Mis ultimos votos son por la felicidad de la patria"⁹⁷. Neste caso, associado diretamente com o projeto (Gran) Colombiano que, segundo Bolívar, era a única maneira de garantir um papel importante à nova nação no concerto internacional.

A declaração de que a felicidade de todos é o objetivo do governo consta entre as mais importantes conquistas da Constituição do ano II da República Jacobina (HOBSBAWM, 2000, p. 87). Mas as semelhanças da especificidade "jacobina" bolivariana com os federalistas não termina aí. No caso de Bolívar e dos federalistas, historicamente, eles haviam compartilhado de alguns dos mais marcantes traços do radicalismo francês, entre eles: (1) a mobilização das massas através do recrutamento geral, sendo, na França, os *sansculottes* e, na Venezuela, os escravos e camponeses; (2) o esforço de guerra revolucionária e terror contra os traidores, traços

* De agora em diante, referidas da seguinte forma: Biblioteca Nacional (BN); Sala de Libros Raros (SLR); Hojas Sueltas de la Guerra Federal (HSGF).

⁹⁷ Esse princípio foi enunciado por Adam Smith em *A riqueza das nações* e é considerado um verdadeiro lema da economia do capitalismo liberal. A associação do princípio liberal da "felicidade da pátria" com Bolívar deve-se ao fato de haver sido o "Libertador" quem representou ou, em outras palavras, mediou, esse ideal junto ao conjunto da população venezuelana. Assim, quando um chefe militar refere-se a esse princípio não é Adam Smith que a ele é associado na memória popular, mas ninguém mais do que Bolívar.

que marcam a centralidade das polêmicas em torno das figuras de Roberpierre, Bolívar e, posteriormente, Zamora, guardadas as particularidades de cada processo e dos indivíduos.

Esse documento de Juan de Diós Picon representa para nós um indício da influência do exemplo bolivariano, de inspiração jacobina, na justificação das ações políticas e militares em andamento. Notemos que Bolívar não é citado, como virá a ser uma vez que seu pensamento e biografias sejam publicados pela primeira vez, mas o objetivo anunciado previamente pelo "herói" ressoa como exemplo ao mesmo tempo que como justificativa para a ação presente frente à população em geral, objeto da proclama de Picón.

Além disso, a expressão "después de 10 años de retiro en la vida privada he creído deber hacer una manifestacion pública de la manera que deseo ver regenerada mi Patria" sugere duas idéias. A primeira é que Juan de Diós Picón deveria encontrar-se entre aqueles veteranos apartados do poder pelo setor paezista no período posterior à independência, por isso estava "aposentado na vida privada". A segunda é que ele afirma ser necessário *manifestar-se publicamente* sobre a *maneira* com que deseja ver *regenerada* a Pátria. Ou seja, o autor expressa uma divergência sobre a forma como regenerar, dois meses após o golpe de estado desferido contra Monagas por Julián Castro, em um movimento que se chamou Revolução Restauradora ou Regeneração e que logo nos primeiros dias, após contar com o apoio de liberais como Juan C. Falcón e Antonio L. Guzmán, rompeu com eles⁹⁸. A frase de Picón, nos termos e no tempo em que se apresenta, descarta a possibilidade de que o autor estivesse se referindo à restauração para designar a retomada do poder por setores paezistas.

⁹⁸ Brito Figueroa conta em que 3 de abril de 1858, um mês depois do pronunciamento militar de Valencia, foram encarcerados Antonio Leocadio Guzmán, Francisco Orach, Ruperto Monagas, Ramón Anzola Tovar, Felipe Guerra, Pablo Guerra, Nicolás Guerra, Cayetano Echezuría, Jesús M. Silva, Ramón Suárez, José M. Santana, Julián Yanes,

Podemos especular que a idéia de "regeneração da pátria", expressa antes da frase em itálico, apenas reforça a referência bolivariana, sugerindo, ainda que não explicitamente, o resgate dos ideais bolivarianos abandonados durante o período da aliança oligárquica. Que pátria seria essa que necessitava ser regenerada? Seria a *Gran Colombia*? O chefe político meridenho está fazendo um chamado à participação de todos os liberais nas eleições para a Convenção nacional que deveria discutir uma nova constituição para o país em prol de incluir na carta magna o fundamento da federação. O que significava mesmo "federação" naquele contexto? Mais adiante essa questão parece aclarar-se um pouco, embora não possamos ser categóricos nas conclusões sobre o tema, merecendo essa questão a atenção de futuras pesquisas.

Outra pista sobre como Bolívar era associado ao exemplo patriótico encontramos no diário de Emilio Navarro, oficial da Federação que trabalhou sob as ordens dos generais Ezequiel Zamora e Juan Crisóstomo Falcón, participando de importantes ações armadas como a célebre *Batalha de Santa Inés*⁹⁹ e cujos escritos haviam permanecido manuscritos até 1962. O responsável pelo prólogo da primeira impressão do documento, José-Nuceti Sardi (que assina o texto designando a si mesmo como "indivíduo número 1 de la Academia Nacional de la Historia"), descreve Emilio Navarro da seguinte maneira: "el autor se revela hombre de sentimientos liberales, convencido federalista, pero de *escasa cultura*"[Grifo nosso]. Vejamos o que Navarro, esse coreano¹⁰⁰ "não letrado", escreve sobre Bolívar:

"No muy tarde, en los Congresos de la República, apareció [Julián] Castro ocupando la curul de la representación nacional. Todos los ahí presentes, de los diversos círculos

Ramón Escalona, Ramón Piar, Simón Aguado, Hermógenes A Navarro, Luis Level, Rafael Valdés, José Tadeu Monagas (BRITO FIGUEROA, 1996, p 277).

⁹⁹ Ver Nota N°19 do Capítulo 2, p. 96.

¹⁰⁰ Natural da Província de Coro.

políticos, fijaban sus miradas en él. Así pagaba el Mariscal Juan Crisóstomo Falcón todo género de servicios, precipitando por este funesto camino a todos aquellos a los que dominaran las exageradas aspiraciones al mando. De aquí para lo sucesivo la traición se hizo más práctica en Venezuela, la mentira y la perfidia se transmitían aun en cartas las más afectuosas y sinceras, conteniendo el doble veneno de la desafección y la traición, y este era el derrotero de la política de ambos círculos. **Bolívar, nuestro Libertador, dio al traste con este oprobioso sistema reemplazándolo con doctrinas de un verdadero civismo; hizolo mirar con indignación por los hijos de la República. Este fue el modo más elevado de servir a su patria que constituye eminente el ciudadano y al magistrado en la elevada honra nacional. Costó sangre, sí, pero sangre que no se derramó inútilmente, sangre que obró en beneficio de nuestros sacrosantos derechos en la reconquista de la libertad**" (NAVARRO, 1976, p. 75) [Grifo nosso].

A intransigência associada a Bolívar aparece aqui em dois sentidos. Em primeiro lugar, como escola de civismo, contra as formas traiçoeiras de fazer política. A maneira de Bolívar servir à pátria, então, foi o exemplo de superioridade moral e as medidas "educativas" que fizeram da traição e da dissimulação objeto de indignação pública. Mas foi também, em segundo lugar, às custas de sangue, leia-se inclusive da Guerra até a Morte¹⁰¹, do terror contra os inimigos. Eis o guerreiro justo e intransigente plasmando na memória social. Eis o "terrível e glorioso reino da justiça e da virtude, quando todos os bons cidadãos fossem iguais perante a nação, e o povo tivesse liquidado com seus traidores", comenta Hobsbawm sobre os jacobinos, e complementa: "Jean Jacques Rousseau e a cristalina convicção de justiça deram-lhe sua força" (2000, p. 88). O comentário pode ser transposto na íntegra para o bolivarianismo.

3.4.2.2 Estilo romântico¹⁰²

¹⁰¹ A aproximação com o jacobinismo se estabelece também a partir da Proclama de Guerra a Morte (leia-se "guerra até a morte"), análoga a *Ley de Suspeitos* promulgada na França de 1793, segundo a qual poderiam ser condenados à morte "os que sem haver feito nada contra a liberdade, não houvessem feito algo em favor dela" (MIJARES, 1987, p. 253). [Tradução da autora].

¹⁰² LOWY (1990) estabelece de forma bastante clara os vínculos do romantismo roussouniano e seu afastamento do ideal medieval, aproximando-o de um passado pré-capitalista no qual havia certas virtudes (reais ou imaginárias) como a "predominância de valores qualitativos, comunidades orgânicas entre os indivíduos ou ainda, o papel

Como já foi mencionado, essa espécie de "escola de civismo" em que se converte o líder da independência no contexto da Guerra Federal, especialmente para os liberais, se expressa através de dois mecanismos. Por um lado, como recurso a legitimar as ações armadas em andamento, como prova de mérito dos soldados que nela se empenham — como filhos dignos da Pátria de Bolívar. Por outro, emprestando um estilo, uma forma radical de como realizar essa luta — lutar sem trégua. Vejamos as palavras de Ignacio Antonio Brea, Primeiro Comandante do Exército Federal do "cantón" de Mérida, aos soldados e oficiais a ele subordinados:

"A LA COLUMNA DE MI MANDO.

Soldados! Habeis vencido á los opresores de la tierra, do quiera que han osado presentar su frente criminal...: y uno de los mejores blasones que habeis conquistado en el combate, es el renombre de valientes y humanos, — **sois dignos hijos de la patria de Bolívar.**

Merideños! Vuestras rancias preocupaciones han caido en desuetud; y los invictos soldados defensores del pabellon amarillo, los vereis siempre ostentando su bravura en los campos de batalla: y, respecto de mi, me profeso odio eterno á los tiranos, me encontrareis siempre, al lado de los valientes que mando, combatiendo el monstruo del despotismo. Desde el principio de esta cruzada gloriosa desenvainé mi espada, y juré en el retiro doméstico no volverla á colgar, sino despues que se plantée la Republica genuina.

Soldados! Permitidme que exclame aqui con el Ciudadano Valiente: "Triunfará la bandera de la Federacion, ó me vereis sucumbir bajo las bayonetas del centralismo, de la tirania.

Viva la Libertad!

Viva el General Aristeiguieta!

Mérida, agosto 14 de 1860.

Ignácio Antonio Brea.

(Biblioteca Nacional, Sala de Libros Raros, Hojas Sueltas de la Guerra Federal, rolo 1860-1879. Microfilme)* [Grifo nosso].

essencial das ligações afetivas e dos sentimentos — em contraposição civilização capitalista moderna, fundada na quantidade, no preço, no dinheiro, na mercadoria, no cálculo racional e frio do lucro" (p. 13).

* De agora em diante, referidas da seguinte forma: Biblioteca Nacional (BN); Sala de Libros Raros (SLR); Hojas Sueltas de la Guerra Federal (HSGF).

Nesse documento, com a guerra em pleno desenrolar, pela via militar, Bolívar aparece explicitamente, na parte inicial do texto, como recurso para premiar a ação dos soldados federalistas. Destacamos aqui que a classe dos soldados era composta por camponeses pobres, ex-escravos restritos à terra pelo processo de endividamento, a maior parte deles analfabeta. A esse público se menciona diretamente o nome de Bolívar. Seria demasiado inferir que a razão para isso era o fato de Bolívar gozar de prestígio entre esse extrato social dos mais expropriados? A julgar pela multidão de homens e mulheres, de todas as cores e classes, que afluiu às ruas de Caracas para receber, anos antes, as cinzas do "Libertador", e às menções ao Decreto de 1816 nas petições de escravos registradas no Ministério de Interior e Justiça, não nos parece exagero essa dedução. Ao contrário, outros documentos que analisaremos mais adiante reforçam essa hipótese.

No contexto dessa proclama, então, ser um filho digno da Pátria de Bolívar significa ser valente e humano. Da forma como estão colocadas, essas qualidades capacitam os soldados a integrarem a pátria, como filhos dignos desta e de seu criador. Aqui já aparece claramente, também, a pátria como obra bolivariana. Bolívar como Pai da Pátria, característica que, futuramente, será um dos traços fundamentais do bolivarianismo a ser disseminado pelas instituições do Estado. Registro seja feito que a expressão "Pai da Pátria" aparece claramente nas memórias de Emilio Navarro, no momento em que o autor faz a defesa do general Laurencio Silva frente aos ataques que lhe eram desferidos pelos setores paezistas. Diz Navarro, justificando a "honrosa folha militar" do general que esta foi "refrendada por el Padre de la Patria" (NAVARRO, 1976, p. 76). Claramente, para Navarro, era cabal o argumento de que Silva tinha sua folha militar referendada por Bolívar. Procedimento semelhante é também utilizado para elogiar os combates liderados pelo General Sotillo, referido como "soldado leal y republicano,

Jefe que por su extraordinario valor en la magna lucha de nuestra independencia contra el trono español mereció elogios de nuestro Libertador Simón Bolívar" (id, p. 146).

Mas há outro indício na proclama de Brea, mencionada anteriormente, o qual remete ao exemplo bolivariano e que, embora menos explícito no conteúdo, está extremamente claro no âmbito formal e de estilo, ainda que seja temerário afirmá-lo em termos definitivos. Trata-se do juramento de Monte Sacro, proferido por Bolívar com o testemunho de seu tutor, Simón Rodríguez, em 15 de agosto de 1805, em Roma, na Itália. O relato de Rodríguez diz o seguinte:

"Húmedos los ojos, palpitante el pecho, enrojecido el rostro, con una animación casi febril me dijo: '¡Juro delante de usted, juro por el Dios de mis padres, juro por ellos; juro por mi honor y juro por la Patria, que no daré descanso a mi brazo ni reposo a mi alma hasta que no haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español!' (RODRÍGUEZ, 2001, 376-378).¹⁰³

O juramento de Ignacio Brea remete-nos ao estilo dramático e ao mesmo tempo rigoroso que caracterizara a ação bolivariana. Assim, as afirmações "no daré descanso a mi brazo ni reposo a mi alma" e "desenvainé mi espada y juré [...] no volverla a colgar" trazem entre si um significado similar de *determinação infatigável* frente à luta contra "las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español" ou até "después que se plantée la República genuina". Seria essa uma reapropriação do juramento de Monte Sacro por parte dos combatentes da Guerra Federal,

¹⁰³ Na primeira biografia de Bolívar, escrita por Felipe Lazzarrábal, em 1863, essa passagem da vida de Bolívar foi relatada assim: "Bolívar, inflamado del corazón, tomó las manos de Rodríguez, y con enérgica frase juró *sobre aquella tierra santa, la libertad de la patria...*!" (BOLÍVAR *apud* LAZZARRÁBAL, 2001, p. 59). Sabemos que, em 1824, Bolívar e Rodríguez referiram-se, por meio de correspondência pessoal datada de 19 de janeiro, ao juramento. Porém, somente na edição de 1918 dessa mesma biografia é que aparece pela primeira vez uma nota mencionando um escrito de Rodríguez no qual relata a cena de próprio punho. Assim que, de fato, os termos mais exatos do juramento (ao menos na medida da memória de uma testemunha) eram largamente ignorados pela via escrita em 1858, data do primeiro paralelo que estamos estabelecendo. Somente a tradição oral daqueles soldados e oficiais bolivarianos que voltaram a se alçar no processo da Guerra Federal poderia explicar esse paralelo, embora não tenhamos como afirmá-lo de modo conclusivo até o presente momento.

com suas próprias palavras, a partir de uma história que tiveram notícia apenas "de ouvir dizer"? Seria essa história um daqueles contos que, nas longas noites dos acampamentos militares, se transmitem nas rodas de conversação? Lamentavelmente não temos condições de responder de forma cabal essas questões. Nos resta, apenas, mencionar que esse tipo de juramento não foi uma exceção e talvez tenha sido uma prática até comum no período da Guerra Federal, e não apenas entre os liberais.

A folha solta de título *A la Nación*, assinada por dezenas de proprietários de Barinas, apoiadores do golpe proferido por Julián Castro contra o presidente José Tadeu Monagas¹⁰⁴, em 21 de março de 1858, já havia testemunhado esse fato. Os "vecinos" barinenses, reunidos em Assembléia Geral, assim que ocorre o golpe de Estado (ver capítulo *As origens da Guerra Federal...*), fizeram o chefe civil e militar do Cantón, Tenente Coronel Juan José Illas, jurar cumprir as determinações de uma assembléia provincial chamada por eles, mediante o seguinte juramento, do qual pudemos resgatar esse extrato: "'juro, aqui en vuestra presencia y del mundo que no envainaré mi espada hasta tanto [ilegível] sobre los escombros de la tirania [ilegível]". (BN, SLR, HSGF, Rolo 1850-1859. Microfilme).

Certamente não eram todos os paezistas que toleravam as referências bolivarianas. Mas aí estava um grupo deles recorrendo ao "herói" para comprometer e submeter um chefe civil e militar importante. Registro seja feito de que, enquanto os documentos escritos por líderes federalistas eram unânimes quanto à positividade do legado bolivariano, ainda que sua referência

¹⁰⁴ José Tadeu Monagas governou por dois períodos, entre 1847-1851 e entre 1855-1858. Nesse interregno quem governou foi seu filho José Gregório Monagas, entre 1851-1855. Esse último foi quem assinou a Lei de Abolição da Escravatura, datada de 24 de março de 1854. A Lei assegurava, de um lado, a igualdade civil e a abolição do direito de propriedade de uma pessoa por outra, ao mesmo tempo em que garantia a indenização aos ex-proprietários. (BRITO-FIGUEROA, 1996-A, p. 422).

não fosse uma constante em todos os documentos, na maior parte dos textos escritos por autores conservadores ou "godos", a figura de Bolívar é apenas ignorada.

Porém, não surpreende que sejam os paezistas de Barinas que apelem à figura de Bolívar para submeter o chefe militar da região, em 1858. Barinas era uma região de grande influência liberal e o centro da insurreição que começava. Nessa província é que se exercera o poder da Federação em sua maior extensão, com Decretos sobre rendas públicas e rendas do Estado, ordens para que fossem chamadas eleições para juizes e para a constituição de um poder municipal. Além disso, Zamora redigiu um protesto contra a ingerência estrangeira nos assuntos relativos à expropriação dos bens de membros da oligarquia barinense e no qual alertava que, se os governos estrangeiros não reconheciam o novo regime, o Estado "no es responsable de su conducta a las naciones de U.U. ni al resarcimiento de cualquiera injuria cometida por sus ciudadanos" (BRITO FIGUEROA, 1996, p. 344). Era Barinas, portanto, o coração da Federação.

Foi em Barinas, também, que Zamora recebeu do Conselho Municipal, em 26 de junho de 1859, o título de *Valiente Ciudadano*. Depois de comentar entre seus amigos, que "valientes, valientes somos todos los soldados de la revolución, valiente es el pueblo venezolano que se alzó contra la tiranía goda y ahora lucha desnudo y con hambre" (BRANDFORD, *apud* BRITO FIGUEROA, 1996, p. 341), Zamora aceita o título e responde com as seguintes palavras:

"Vuestra Comisión me há honrado con la presentación del Decreto en que me concedéis el título de Valiente, por los servicios a la santa causa de la Federación; y al aceptar tan honorífico Título, que recibo en homenaje de reconocimiento al Poder Municipal que me lo há conferido, tendré presente que él encierra los deberes que el ciudadano tiene para con su Pátria en los momentos que ha de vencer o morir por ella (ZAMORA *apud* BRITO FIGUEROA, 1996, p. 345).

A expressão "vencer ou morrer" é uma reapropriação dos tradicionais gritos de guerra tornados populares durante e no período posterior à Revolução Francesa, a qual foi profusa em converter expressões do gênero em lugares comuns¹⁰⁵. "Ser libre o morir ", no entanto, recorda particularmente o projeto de Brasão *Gran Colombiano* do ano 1822 (anexo), no qual consta a expressão por escrito. Esse nos parece ser um traço claramente bolivariano a marcar a experiência da Guerra federal.

Porém, as apropriações de Bolívar para premiar os soldados vitoriosos em um campo de batalha são apenas um complemento a outro fator que, a nosso ver, é um componente ideológico ainda mais potente. Emilio Navarro é quem nos deu essa pista ao relatar os preparativos para a *Batalla de Santa Inés*, que teve lugar também em Barinas, e o pavor que havia assomado o exército federal momentos antes da batalha:

"Cuatro mil criaturas iban a desaparecer del polvo terrenal; el silencio, las lagrimas y un devotador sentimiento eran la representacion patetica de todas las fisonomias; no se respiraba otro aliento que la terrible anunciación de la desgracia; la juventud se despedía para siempre de los preciosos objetos y encantos de sus más caros amores; [...] **De repente el ángel tutelar de la libertad, General Ezequiel Zamora, preséntase a nuestro campamento; la estrella polar de seguras victorias, el hijo mimado de Marte, el regenerador de la tierra de Bolívar, arenga a nuestro ejército, los vítores y aplausos levántanse de abajo cielo, a todo comunica vida; el horrible fantasma abandona nuestro pecho y cada uno se prepara a superar el peligro, se preparan a combatir confiados en la victoria; todo cambia en un momento, todos se prometen morir por la Santa Causa de la Federación.** Los generales de nuestro ejército visitan sus cuarteles y conrasgos de heroísmo hablan a sus conmlitones del seguro triunfo de la Causa. **La majestad de este clásico día para los pueblos que saben morir por su patria, debe enorgullecer la tierra de los libres ya que con tan heroicos procederés jamás la libertad será hollada ni ultrajada por los apóstoles de la tiranía.** La empertérrida Barinas dio al mundo entero este ejemplo de verdadero civismo.[...] Nuestro eminente conmlitón [...] Napoleón Sebastián Arteaga, civilizó este pueblo con doctrinas de un patriotismo acendrado en la más pura democracia; enseñóle que primero morir antes de permitir ser la escoria de los sicarios del despotismo (NAVARRO, 1976, p. 90)

¹⁰⁵ O mais popular dos "gritos" da Revolução Francesa foi "Ser livre ou morrer". Houve versões do mesmo gênero, entre eles, destaca-se o proferido pelo Manifesto dos Plebeus, de Babeuf, o qual dizia assim "nous voulons l'égalité réelle ou la mort" (GALVÁN, 1967, p. 37). A prática de gritos de Guerra remonta, no entanto, a tempos mais antigos. "Liberdade ou Morte", por exemplo, aparece já como grito de guerra em Creta, na Grécia Antiga. Foi usado também por Patrick Henry, na Revolução Norte-Americana, para insuflar as tropas às armas.

A apropriação de Bolívar naquela situação objetiva e a conseqüente reação dos militares indicaria um potencial mobilizador inequívoco. Porém, o registro de Navarro não nos autoriza a deduzir cabalmente esse fato. Apenas nos revela que a capacidade de emulação para a superação do medo representada pela figura de Zamora, naquele contexto, remetia, ao menos na memória do cronista, a idéia de "regenerador da terra de Bolívar", que é a terra do combate com confiança na vitória, de morrer pela causa. A figura de Bolívar se associa dessa forma aos momentos mais difíceis da pátria ou dos filhos da pátria como um verdadeiro "antídoto" ou "amuleto" utilizado para reverter positivamente essas situações, como uma proteção contra os infortúnios. É o Bolívar como pai protetor da pátria que começa a afigurar-se na memória social.

3.4.3 Recurso de interlocução com ex-escravos

Retomemos as escassas, porém não desprezíveis referências a Bolívar mencionadas pelas forças da União, que aparecem em artigos de intelectuais, como Juan Vicente González, e em proclamas dirigidas aos ex-escravos, como é o caso de uma redigida por Lucio Siso, Governador da Província de Caracas — referido por Brito Figueroa como um dos representantes do "más granado de la República", parte da "burguesia comercial y usuraria de los centros urbanos" (BRITO FIGUEROA, 1996, p 278). Trata-se de uma interessante manifestação aos caraquenhos, datada de 23 de março de 1858, logo após o golpe desferido pelo inveterado paezista Julian Castro contra José Tadeu Monagas¹⁰⁶. Siso mandava imprimir uma proclama, que foi afixada nos locais públicos, na qual enfatizava e reafirmava a manutenção do direito à

liberdade dos escravos, conquistada em 1854, por decreto do Presidente José Gregório Monagas (filho de José Tadeu Monagas). Vejamos suas palavras:

"Caraqueños: Designado por el Ilustre Jefe que preside nuestra Regeneración, para regir esta provincia, despues de haber obtenido marcas inequívocas de nuestra confianza, he aceptado con el deseo y la esperanza de seguir cooperando de la manera mas eficaz que me sea posible, á la consecucion de los grandes bienes que nos promete el imperio de la moral, restablecido y proclamado por el entusiasmo general, en medio del triunfo mas esplendido.

Pero para que mis esfuerzos no sean vanos, debéis cooperar conmigo y ayudarme con decisión.

Es en los momentos de grandes transformaciones cuando se puedes efectuar las mas útiles reformas, porque la exitación prepara á ellos los ánimos; pero es también en esos momentos que la mala fe y la ambicion ponen en juego todas sus arterías en favor de medros particulares y en perjuicio de la pública tranquilidad.

Contra tales maquinaciones es que quiero alertaros, á pesar de que la esperiencia adqurida en la adversidad de tantos años, os debe haber cautos contra sofismas, arma de los traidores.

Venezuela tuvo la desgracia de heredar *la añeja y bárbara institucion de la esclavitud*, la cual, por fortuna, há desaparecido de entre nosotros, despues de habernos causado graves males durante su existencia.

Bolívar concibió su abolición, al mismo tiempo que concibió la Independencia de la Patria.

Poco importa cuál de sus tenientes, ni con qué miras, haya sido el instrumento elegido por la Divina Providencia para la completa realización de esta empresa: la idea es de Bolívar, y la ejecución del pueblo venezolano, que la prohijo con entusiasmo y la sostuvo con empeño.

Notorio es, que mientras existió, fué el pretexto principal de que se valieron los mal intencionados para producir desórdenes: pues bien, no basta que Venezuela haya levado este borron en su frente, los enemigos de la Patria aun resucitan este pretexto hoi, del modo mas absurdo, con el objeto de conmover los ánimos y producir agitación.

No es á los hombres ilustrados á quienes dirijo la palabra sobre esta materia. Ellos saben que *la libertad es inalienable, y que una vez adquirida no se puede perder por ningun motivo, por ningun código, por ningun derecho*: principio eterno, reconocido y respetad por todas las naciones cultas: la dirijo á algunos hombres sensillos de los campos, á quienes esta prédica puede alucinar. Sabed *que el restablecimiento de la esclavitu es imposible*; y sabed ademas, que si fuera necesario destruirla mil veces mas y borrar su memoria de entre los hombres, ninguna época seria para ello mas favorable que la actual, en que derrocada la tiranía, nos hemos estrechado todos en abzo fraternal sin distincion alguna.

¿Cómo podría subsistir ninguna especie de tiranía, cuando la Nacion se ha levantado en masa contra la tiranía en general? ¿Cómo, ninguna institucion odiosa y antinatural en medio del regocijo de un pueblo noble y grande que há recobrado todos sus derechos y estiende su vista con benevolencia á todas partes?

Compatriotas: desconfiad de los que predicán semejantes absurdos. Son ambiciosos, son reos de lesa Patria. Detestadlos como á enemigos mortales, y designadlos á la execracion pública.

Y ya que la Suma Omnipotencia nos há devuelto la paz y la concordia con el recobro de nuestra dignidad, unamos nuestras esperanzas en el gran fin de la nueva organización,

¹⁰⁶ O período entre 1855 e março de 1858 marca a segunda gestão de José Tadeu Monagas na presidência da Venezuela.

para que Venezuela obtenga el grado de prosperidad á que está llamada y el rango que merece entre las naciones.

Carácas, Marzo 23 de 1858.

Lucio Siso

Caracas Imprenta de G. Corser (BN, SLR, HSGF, Rolo 1850-1859. Microfilme). [Grifo nosso].

Essa mensagem, dirigida aos "homens simples do campo", aos camponeses negros mais específica e explicitamente, está escrita com o intuito de acalmar a agitação que se produzia nas áreas rurais da Província de Caracas temendo a restauração da escravidão com o golpe que se havia desferido contra José Tadeu Monagas. A palavra "regeneração" nesse contexto refere-se ao fim do domínio dos Monagas, que tinham governado o país beneficiando-se pessoalmente das medidas de governo, e associa-se diretamente com a tentativa de retomada do poder pelos setores paezistas alijados pela família Monagas, especialmente a burguesia comercial e financeira urbana.

A referência explícita a Bolívar tem para nós uma importância crucial pois, ainda que os setores paezistas não fossem "bolivarianos", recorriam ao "herói" quando necessitavam dirigir-se aos negros "libertos", sendo que a maior parte deles, no contexto da época, encontrava-se na condição de soldado. Na posição de militares ou como camponeses restritos à terra por endividamento, os libertos estavam apartados de todo acesso aos bens mínimos necessários a sua própria sobrevivência. É essa condição que lhes fará os portadores do caráter radical que assumirá o conflito federal cuja síntese é a consigna "tierra y hombres libres, horror a oligarquia". Assim, no contexto da proclama, Siso menciona a origem do projeto de abolição como idéia de Bolívar apenas como recurso para retirar de José Gregório Monagas o mérito de haver assinado o decreto de abolição da escravatura, em 1854 e para apoiar, portanto, o Golpe de Julián Castro contra José Tadeu Monagas. A mensagem de Siso não é exatamente bolivariana, mas consiste em

um uso ideológico da referência a Bolívar em uma interlocução direta com os ex-escravos de descendência africana, convertidos em camponeses pobres no período imediatamente pós-abolição.

A relevância dessa proclama está justamente em denunciar a importância que essa classe assumia em meio à crise intra-oligárquica venezuelana e ao temor que causava. Daí a necessidade de tranquilizá-la. Pois, a aspiração de acesso à terra e de participação política daqueles trabalhadores submetidos a condições extremamente precárias era a base material para o programa igualitário e a forma de luta radical da Guerra Federal, cuja ideologia mesclava elementos do socialismo utópico francês, como já havia identificado Brito Figueroa (1996, p. 473), com o radicalismo dos métodos bolivarianos.

Essa forma de fazer a luta era referida especialmente nos comentários sobre as batalhas e nos momentos de reconhecer os méritos militares dos combatentes. Nesse caso, o recurso utilizado consiste em mencionar a memória dos antigos Libertadores, evocá-los como "testemunhas" daquelas batalhas. De forma similar assim também fez Manuel E. Bruzual, um dos comandantes militares da Federação, ao relatar a vitória militar no campo de batalha de Buchivacoa, em 28 de dezembro de 1862. Referindo-se elogiosamente a seu mais destacado general, Gal. José González, ex-combatente do Exército Libertador liderado por Bolívar — em carta pública ao Chefe Supremo dos Exércitos e dos Estados Federais, Juan Crisóstomo Falcón —, como:

"compañero de los viejos veteranos de Colombia! - nos parecia además un enviado de los antiguos Libertadores, para admirar las hazañas de las nuevas generaciones como un testigo solemne, - y para hacerse admirar como un esforzado actor ("Federación Venezolana" (BN, SLR, HSGF, Rolo 1860-1879. Microfilme)

O sentido dessas referências estava associada à interpretação corrente naqueles dias de que, para os camponeses negros e mestiços em luta, a Guerra Federal era vista como a continuidade do processo de construção da "verdadeira República", a prometida e ambicionada (Gran) Colombia, aquela que proporcionaria a felicidade para todos os seus filhos. Esses eram os termos em que essa concepção aparece nas palavras de um dos mais comemorados generais da Federação, J. L. Arismendi: "las prácticas de la verdadera República [encontravam-se] encarnadas tan solo en la Federación" ("A la División Auxiliar". BN, SLR, HSGF, Rolo 1860-1879. Microfilm)¹⁰⁷. A frase foi proferida em uma proclama à *División Auxiliar*, uma força armada que lutou durante toda o período da Guerra Federal de armas na mão sob o comando desse General, porém com *status* rebaixado de *auxiliar* e que, somente em 1863, já com a conciliação em andamento, recebe o nome de *División Victoria*. Esse corpo de milicianos era composto inteiramente por camponeses pobres que, ao receber a incorporação como *División Victoria* responde ao General Arismendi nos seguintes termos:

"todo nos anuncia que pronto volveremos al seno de nuestras familias á gozar de los beneficios de una paz estable y duradera, y entonces cuando cambiemos las armas destructoras por los instrumentos del labrador pacifico nos consolará la dulce satisfacción de saber que nuestro pabellón y nuestro Jefe están unidos. Recibid por lo tanto el pabellon de la "División Victoria", es lo mas querido y glorioso que poseemos, y por eso queremos que seais su depositario. Si sucediere que nuestras libertades públicas se vean amenazadas, tremolad el precioso estandarte, y nos vereis como un solo hombre á su alrededor, dispuestos como siempre, á sacrificarlo todo en aras de nuestra santa libertad.

Por única recompensa queremos, y es de esta oportunidad manifestarlo, que los ciudadanos proeminentes nos acuerden, miéntras nosotros hacemos la eleccion para mandatarios, á hombres que sepan cuánta sangre cuesta, cuántas privaciones, cuántos sufrimientos e cuánta constancia la autoridad con que se reviste: á ciudadanos definidos y claros en política, como definida y clara es la situacion: á federales conocidos para así descansar tranquilos á la sombra del trabajo.

¹⁰⁷ É curioso que outro Arismendi, de nome Juan Bautista, foi um dos Generais de Bolívar conhecido por haver extremado a Guerra Morte, ao lado de Antonio Nicolás Briceño (MIJARES, 1987, p. 251). Desconhecemos um eventual parentesco entre um e outro, apesar do sobrenome não ser comum entre os venezuelanos.

Cuartel Divisionario en el Morro de Valencia á los 25 del mês de Junio de 1863 - Año 5. [segue dezenas de nomes, divididos em quatro brigadas]". ("Federacion Venezolana, La Division Victoria". BN, SLR, HSGF, Rolo 1860-1879. Microfilme)

Parece claro que os corpos armados de camponeses negros e mestiços envolvidos diretamente na Guerra Federal tinham plena consciência dos riscos que aquele processo de negociação para a paz encerrava no que diz respeito às aspirações de direitos e participação política pelas quais haviam lutado. Fica também claro que essa classe tinha um objetivo bem definido, um projeto que consistia na garantia da liberdade efetiva, no acesso à terra e na participação política eleitoral, mesmo após o assassinato de Zamora.

Assim, se por um lado, os dois primeiros itens desse projeto eram legitimados pelo bolivarianismo, por outro, o último item não estava contemplado plenamente no ideário bolivariano, que havia sucumbido à idéia de Poder Moral e todas as suas conseqüências elitistas no campo político. Daí a complementariedade e a relevância que assume o ideário do socialismo utópico francês aportando conteúdos que melhor traduziam as aspirações dessa classe no contexto do conflito.

3.4.4. Restaurar (Gran) Colombia

No que diz respeito à experiência ideológica bolivariana no contexto da Guerra, para além da forma de luta extremada, do estilo romântico e de servir de recurso para interlocução com os camponeses pobres, ex-escravos, chamam a atenção os artigos e proclamas relacionados com a afirmação da necessidade de retomar o projeto *Gran Colombiano*. A unidade colombiana foi a grande marca de Bolívar e não deixa de ser surpreendente constatar que a noção

de federalismo se vincule com esse projeto, especialmente porque tal associação não aparece em nenhuma bibliografia sobre a Guerra Federal publicada até o momento.

Antes de proceder à análise dos documentos da época, cabe apenas dois registros. O primeiro deles diz respeito aos homens que participavam da Guerra Federal e que haviam estado nas filas do Exército Libertador, ao lado de Bolívar. Entre os principais líderes militares da Guerra Federal encontram-se dois dos poucos generais de Bolívar que o acompanharam até a morte: Rafael Urdaneta e José Laurencio Silva. Esses homens não somente foram os responsáveis por divulgar a última proclama bolivariana, que apelava para a unidade de Colômbia, como Urdaneta haveria sido - segundo a última correspondência de Bolívar de que temos notícia, escrita no dia de sua morte - designado por ele como o responsável por dar seguimento ao projeto (Gran) Colombiano (MIJARES, 1987, p.558).

O segundo registro que nos interessa fazer é ressaltar que, em 1847, quando se dá o rompimento de José Tadeu Monagas com o setor paezista e sua conseqüente aproximação com os liberais, aparece uma referência velada ao projeto colombiano como fonte das divergências entre os dois setores. Na ocasião, frente uma crise de gabinete a qual redundou na renúncia do ministro da Fazenda e Relações Exteriores, Miguel Herrera, e logo em seguida, do ministro do Interior e Justiça, Angel Quintero, desgostados pela nomeação do ardente bolivariano José Felix Blanco¹⁰⁸ para o cargo de Herrera, a razão alegada pela renúncia por Quintero foi o fato de que Félix Blanco pertencia a uma "época que terminó en 1830, representando los principios y los

¹⁰⁸ O Padre José Felix Blanco, como mencionado nas NOTAS SOBRE AS FONTES, foi quem publicou pela primeira vez os arquivos de Bolívar que ficaram sob os cuidados de Briceño Méndez e que foram compilados por Ramón y Azpurúa, após sua morte, em 22 volumes sob o título de *Documentos Relativos a la Vida Pública del Libertador*.

intereses condenados por la separación de Venezuela" (GONZÁLEZ GUINÁN *Apud* BRITO FIGUEROA, 2001, p. 1.468).

Talvez seja útil recordar que Angel Quintero, em 1830, no Congresso convocado em Valencia por Páez para decidir a dissolução de Colombia, comemora abertamente a conspiração que havia planejado e executado um atentado contra a vida de Bolívar, nos seguintes termos: "El 25 de septiembre fue un movimiento nacional, y toda la República desde el año 27 está conspirando contra Bolívar". Quintero foi o autor da proposta de proscrição de Bolívar de Venezuela. Para isso, mandou publicar uma petição em que dizia: "Que siendo el general Bolívar un traidor a la patria, un ambicioso que ha tratado de destruir la libertad, el Congreso lo declare proscrito de Venezuela" (LIÉVANO AGUIRRE, 1988, p. 540). Havia sido, portanto, um dos principais artífices, ao lado de Páez, da dissolução da Gran Colombia, sendo um agressivo anti-bolivariano. Em 1847, compunha o Estado Maior organizado por Páez para conter a insurreição camponesa (BRITO FIGUEROA, 1996, p. 145), da qual foi também um dos alvos principais, pois sua fazenda de Yuma teve seus escravos libertados, o título de propriedade queimado e seus empregados de confiança fuzilados pelos escravos insurgentes. Era dono do jornal *El Espectador*, cuja linha editorial era conhecida por atacar "fieramente a los campeones de la independencia, como amigos del militarismo; a los bolivianos¹⁰⁹, como enemigos de la libertad; a los reformistas como restauradores de uno y otro principio" (EL CONSTITUCIONAL *Apud* BRITO FIGUEROA, 2001, p. 1.470).

Assim, objetivamente, a Guerra Federal reeditava o confronto entre dois dos mais proeminentes opositores do debate que havia concentrado as atenções da política colombiana desde 1826, e que redundou da divisão da Gran Colombia em dois países, Venezuela e Colômbia,

em 1830, simultaneamente à morte de Bolívar. Sem nos prolongarmos em antecipações, preferimos reproduzir trechos de quatro documentos extremamente esclarecedores, publicado o primeiro em Caracas, em março de 1861; o segundo em um jornal panamenho, em fevereiro de 1862 (na íntegra); o terceiro, em junho de 1862, em Bogotá; e finalmente, o quarto, em Mérida, na Venezuela, em setembro do mesmo ano. Todos esses documentos foram encontrados entre as *hojas sueltas de la Guerra Federal*.

O primeiro deles é escrito por um soldado da independência sul-americana, que se auto designa "unicamente soldado, no me fué permitido escalar el templo de Minerva, y no tuve otra escuela que el patriotismo, ni otra norma que la lealtad á las instituciones republicanas". O autor faz uma defesa aberta da restauração de Colombia, leia-se Gran Colombia, evocando Bolívar, nos seguintes termos:

"[...] yo que participé al lado de los Héroes, de los padecimientos y triunfos de la gran República, yo que ví flamear el Pabellón Colombiano, en el Ávila, en el Tolima, en el Chimborazo, y en el Condorcúnca....

¡Pensad señore en las grande emociones que experimentaria mi corazon!

Vine á orar un instante sob la tumba de Bolívar, ya á pedirle que deje aparecer su sombra venerada y magestuosa en aire de reconvención á los Venezolanos, á los Granadinos, á los Ecuatorianos por no haber escuchado sus consejos. Union, Union colombianos, ó la anarquía os devorará, fueron las últimas palabras del Héroe. ¡Y nosotros, menguados ignorantes, presunuosos sin ejemplo, no las oimos, y hemos dejado que se realice la fatal prediccion!!!

Treinta años de inútiles ensayos; treinta años de cruentos sacrificios; treinta años de ejemplos perniciosos; treinta años de humillaciones; treinta años de pagar reclamaciones injustas con la honra, con la sangre y con el sudor de los colombianos; treinta años en fin de descredito ¿no serán bastantes para hacernos despertar de esse sueño fatidico, de esse abatimiento mortal? ¿Por qué no hemos de volver á ser? Si hubieran desaparecido los próceres de la independencia ¿no se desdienta de ellos la jeneracion actual? ¿En qué taller, de que materia diferente estaban formados los prejenitores?

Colombia há muerto hay quien diga. ¿En dónde está su sepulcro? Y si la especie es una mera figura poéticamente triste ¿es acaso imposible una resurreccion cuyos espíritus vitales están en el corazón de cinco millones de habitantes, que pueden realizarla? ¿Dificil seria restablecer Colombia de constitución de Cúcuta. Hasta temeridad seria

¹⁰⁹ O termo "boliviano" é sinônimo do que nomeamos por "bolivarianos".

pretenderlo; pero una alianza que no ofendiese la estructura ni los intereses municipales de los grandes Estados contrayentes ¿por qué imposible, qué costaría? Los vértigos de las naciones se asemejan á los del cuerpo humano: sabemos ya de lo que se adolece; y el remedio puede ser eficaz y no dañar. El solo nombre de *Colombia*, májico como el de la libertad, bastaria para decir a los desconfiados y á los desafectos — *El mundo salió del caos, y Colombia renace como el Fénix*.

Desdeñar la gradiosa idea, no es jenerosidad ni patriotismo.. Apoyarla seria hasta nobleza [...].

En cuanto a mi, que en último tercio de la vida, sin mira alguna personal, me he prestado aá ese servicio, iniciativa de honra y esperanza, me despido lleno de lisonjeras persuasiones, fiado en el bueno juicio del Gobierno y de los legisladores [...].

Caracas 2 de Marzo de 1861. El General, V. González

("Despedida", BN, SLR, HSGF, Rolo 1860-1879. Microfilme) [Negrito nosso]

Esse veterano militar, que escreve em um tom melancólico, faz, assim, sua despedida solicitando a intervenção de Bolívar. E para justificar seu pedido, enumera os trinta anos de fracasso da separação de Venezuela, Colômbia e Equador e, finalmente, anuncia a ressurreição de (Gran) Colombia depois do caos, pela vontade de seus habitantes. Há uma informação no final que chama a atenção. O autor afirma haver lutado pela restauração de Colombia em seu último terço de vida. Trata-se de um período de tempo que extrapola o da Guerra Federal, sem dúvida. Nesse caso, cabe a questão, haveria um grupo de militares trabalhando com Urdaneta desde a morte de Bolívar pela unificação de Colombia, como havia ordenado Bolívar? Infelizmente não temos elementos para responder essa questão, mas gostaríamos de registrá-la para futuras investigações.

O segundo documento é uma reprodução de um comentário irônico e debochado de uma proclama de José Antonio Páez, escrito em Cartagena, território colombiano, e publicado em um jornal panamenho de título desconhecido. O que mais chama a atenção são as referências a Páez como "assassino de Colombia" e a insinuação de que a República Gran Colombiana estava prestes a renascer. Vejamos a íntegra desse texto, pois é quase impossível reproduzi-lo por trechos:

"PROCLAMA

(Tomada del mismo periódico de Panamá, con su glosa i sus notas).

EL JEFE SUPREMO DE LA REPÚBLICA, AL EJÉRCITO

Soldados! Los enemigos del reposo público (1) no han querido la paz (2). Para ellos no hai en esta tierra otro Gobierno posible que el desórden (3). Para la sociedad no queda otra esperanza que vencerlos (4). He aquí la jenerosa mision que os está de nuevo encomendada (5).

Soldados! Después de repetidas victorias (6) tendisteis mano de amigo a un adversario que no supo comprenderos (7). La jenerosidad fué toda vuestra: de él fué la deslealtad i el engaño (8): de él será también la responsabilidad de la sangre que va a derramarse en los combates (9). Los que tomaron por debilidad vuestra nobleza, verán en breve cuán engañados estaban (10). *Preparad el arma i su detonación, i vuestro denuedo lleven el espanto al pecho de los facciosos* (11).

Soldados! La República os observa (12). Esos retazos informes del Ejército enemigo no tienen otra bandera que el crimen (13). Vosotros llevais una que bendice Dios i que ama el pueblo (14), porque es la bandera de los principios, de la libertad, del órden, de la paz i del progreso (15), bandera de la sociedad que os confía su suerte, i confía generosamente en vuestro apoyo. Defendedla con heroismo. Asido a ella, uno de vosotros vale por diez de nuestros contrarios (16). El asesino de los bosques no podrá nunca compararse con el soldado benemérito de la Patria (17).

Soldados! Si quereis ser fuertes, sed disciplinados (18): si quereis ser distinguidos, sed obedientes (19): si quereis ser amados de los pueblos, sed buenos i morales (20). Tened presente que soi un militar antiguo i pundonoroso, incapaz de tolerar desórdenes, i desavenido en cuanto al Ejército, con todo lo que no sea disciplina i moralidad (21). Sabed que estoi resuelto a castigar severamente todo exceso, por doloroso que ello me sea (22), i que seré inflexible en exijir el cumplimiento inmediato de toda órden (23). Desdichada la República si nuestro Ejército se asemejase a esas hordas criminales que la asuelan (24).

Soldados! Sed humanos con el rendido, sed buenos con el Ciudadano inerme; pero sed al mismo tiempo inexorables con el enemigo armado i tenaz (25). No os encargo que le busqueis i os combata con valor, porque os conozco (26), pero si necesitais de mi ejemplo, yo os lo daré (27). Me siento con fuerzas para vencer con la severidad, o perecer luchando por ella (28).

Soldados! A las armas (29).

Dado en el Palacio de Gobierno en Caracas, a 1º de enero de 1862 – José Antonio Páez (30).

La proclama inserta revela la agonía de una imaginación vacilante, efecto (es de creerse) de la avanzada edad del proclamante, que en nuestro concepto ha dejado de vivir moralmente hace algun tiempo, habiéndose, por consecuencia, amparado de su nombre para realizar miras proditorias el miserable circulo oligarca de Venezuela, que todo lo sacrifica a sus intereses personales. Páez, sin duda, es el espantajo o fantasma aerea de los que ven i juzgan las cosas a las distancia, que ignoran la incapacidad física de ese hombre, resultado del peso enorme de los años que le agobian e inhabilitan para esos razonamientos exasperados. El merece bien el castigo de haber quedado siendo el juguete de los traficantes políticos de aquella seccion de Colombia. Tal es nuestro concepto, i si así no fuera, le preguntariamos, si el Páez que hoi proclama ruina i esterminio para su Patria, es el mismo que se ausentó en años pasados para los Estados Unidos de la América del Norte. Manifestónos que lo hacia para que su nombre no se tomase por enseña para la desgracia de Venezuela: le interpelariamos, porque ha variado de modo de pensar en ese respecto i se presta ahora a ser el ciego instrumento de las calamidades que aflijen aquel hermoso territorio! Miseria humana!...

- (1) El primero de ellos lo es el señor proclamante.
- (2) Es verdad, i nos referimos al año de 1826, que rechazó el señor Páez la paz para entronizar la anarquía en Venezuela i destruir Colombia.
- (3) Es verdad, i diremos con Jesucristo: “tu lo has dicho,” i añadiremos aquello de “confesion de parte de pruebas.”
- (4) ¿Quién los vence? ¿El Páez de hoy? *risum teneatis!*
- (5) Cada loco con su tema, i el tiempo nos dará el resultado de esa mision de que se habla, la mision de tiranizar a todo un pueblo que resiste heroicamente al tirano i sus secuaces.
- (6) El hombre delira. ¿Cuáles son esas victorias, que a fuer de *tantas*, lo tienen reducido al círculo estrecho de territorio que ocupan las hordas que capitanea, espantándose de su propia sombra, la sombra de Colombia, que persigue a su asesino, i le anuncia un término desgraciado.
- (7) ¡No supo comprender! Demasiado comprendió el lazo que se le tendía, i por eso lo evitó cual correspondía al hombre advertido, que no es un idiota para dejarse sacrificar neciamente.
- (8) Mentira.
- (9) Veremos quién será el responsable de la sangre que se derrame i de la ruina de Venezuela.
- (10) Lo veremos.
- (11) Al pecho de los facciosos asesinos de Colombia, que tantos males han causado al país.
- (12) La República os observa, señor Páez, sí, os observa la Gran Colombia, que vereis renacer, ántes de que termine vuestra odiosa existencia.
- (13) ¿Retazos informes llamais a la gran mayoría del Pueblo Venezolano, que os prepara un tremendo castigo por vuestra reprobada conducta, i por el horrendo crimen de la destrucción de Colombia? Enarbolásteis aquella bandera criminal en 1826, i por ello la historia os reserva una página ennegrecida, i la posteridad eterna execración. ¡Qué audacia! ¡que descaro! ¡qué cinismo!
- (14) Falso. Dios no bendice, ni el pueblo acepta la bandera de la iniquidad i de la mas ramaricable perfidia. Esa bandera que llevais vos i vuestros miserables esbirros.
- (15) Qué atrevimiento!
- (16) Asidos de la bandera de Colombia, habrá perdón para los réprobos; asidos a la de la oligarquía, tendrán un severo escarmiento en último resultado.
- (17) ¡¡El Jeneral Falcon asesino de los bosques!! Ciertamente que él no puede compararse con el asesino de Colombia. Ese jefe, emblema de la libertad, está inocente del crimen de tan horrendo parricidio. En este sentido no hai punto de comparacion: convenimos.
- (18) ¡Disciplinados! Esto decia el General Santander al conspirador de Valencia en 1826. Entonces entendia por disciplina la insubordinacion, que dio por resultado la destruccion de la gran República.
- (19) ¡Que descaro! ¿Quién es el que ahora aconseja la obediencia? ¿El Páez de 1826? Volvemos a repetir: *risum teneatis*.
- (20) ¡Buenos i morales! ¿I quien da este concepto? Esto produce dos efectos contrarios, la risa i la indignacion.
- (21) En cuanto a la antigüedad, concedido. En cuanto a lo demas, negado.
- (22) Así debió practicarse por el gobierno de Colombia en la época memorable de su destrucción, por el señor proclamante. Un poco de enerjía i resolucion que pudo haber desplegado del Jeneral Santander habrían salvado la Patria; pero una mal entendida contemporizacion animó al criminal i concluyó con la obra de tantos sacrificios i desvelos. Dejamos al historiador imparcial hacer las debidas apreciaciones sobre este importante asunto. El juicio contemporáneo ya ha pronunciado su fallo.
- (23) Con esta inflexibilidad repetimos, se hubieran salvado las glorias de Colombia en el maltratado año de 1826.

(24) Desdichada la República si no se apresurase a efectuar hoy el castigo que no se verificó oportunamente en 1826. Desdichados los pueblos de Venezuela si no se reunen todos i de un solo golpe desbaratan la odiosa oligarquía establecida i sostenida por el par de sus hijos!

(25) Sí, sed inexorables con *el enemigo armado i tenaz*, con aquel que despedazó a su Patria i le proporcionó con criminal afan todos los males que le aquejan.

(26) Ojalá no conociéramos tanto a la figura aerea a que nos habla: *¡Oh tempora o mortis!*

(27) ¡El ejemplo! Lo dió en 1826, i ese maldito ejemplo es la causa motora de los males que deploramos.

(28) ¡Se siente con fuerzas! ¿Así con sus noventa años? Sentado, en efecto, sobre el ataúd, como dijo el Colombiano? ¡Pobre hombre!

(29) ¡A las armas! Sí, a las armas, repetiremos nosotros. A las armas, pueblos de Venezuela, para destruir la oligarquía i evitar a la Patria mayores escándalos i desgracias perdurables. A las armas, i no las dejeis hasta haber conseguido la completa reivindicacion de vuestros fueros i derechos ultrajados.

(30) Nombre fatídico. Se basta a sí mismo para deducir. Páez significa ruina, desolación, exterminio, anonadamiento de un gran pueblo que le detesta i maldice como el foco de sus desgracias pasadas, presentes i futuras.

Cartajena, 13 de febrero de 1862.

("Proclama"BN, SLR, HSGF, Rolo 1860-1879. Microfilme)

O documento é hermético mas interessantíssimo. Consiste em um ataque a atuação de José Antonio Páez, em primeiro plano, e a Juan Crisóstomo Falcón, em segundo, no que diz respeito ao processo de separação de Colombia (Venezuela e Colombia- incluindo o Panamá, além do Equador). Designam o primeiro como assassino de Colombia e parricida, metaforicamente, pela morte de Bolívar, o Pai da Pátria. Quanto ao segundo, como "asasino de los bosques", pois pesa até hoje sem esclarecimento a acusação e vários indícios de que haveria sido o próprio Falcón o mandante do assassinato de Zamora, em 1861.

As referências ao ano de 1826 dizem respeito a dois episódios. O primeiro, a tentativa de assassinato contra Bolívar. O segundo, o início do processo que levou à dissolução de Gran Colombia, a partir da insubordinação de Páez à direção de Santander (vice-presidente), pois a capital de (*Gran*) *Colombia* situava-se em Bogotá (e Bolívar encontrava-se no Peru). Um dos fatos que marcou esse episódio foi o levante militar ocorrido em Puerto Cabello, dirigido por Briceño Méndez, um dos mais próximos colaboradores de Bolívar. As controvérsias sobre o

período, sob a ótica de Páez, constam nos comentários de Mondolfi (1990). No entanto, em 1827, Bolívar retorna do Peru e, em encontro com Páez em Valencia, relegitima a autoridade de Páez sobre o território venezuelano. Mas o que mais chama a atenção é a nota número 12, a qual anuncia o renascimento de Gran Colombia, em curto espaço de tempo "antes que termine a odiosa existencia" de Páez, diz o texto.

O terceiro documento selecionado é um extrato do qual não conseguimos localizar a parte final. Trata-se de um despacho militar, em forma de circular impressa, de autoria de um dirigente militar federalista não identificado, destinado a um alto dirigente civil ou militar também não identificado, possivelmente colombiano. O comunicado menciona que "lo que se sigue preparando no se debe escribir, como tampoco es dado explicar mas lo que dejo apénas apuntado". Trata-se claramente de um relatório sobre deslocamentos de tropas para a fronteira entre Venezuela, mais especificamente para as regiões de Táchira, Barinas e Apure (sob domínio federal, naquela data), e Colombia, particularmente as províncias de Arauca e Boyacá. Além disso, reforços para proteger o litoral norte de Venezuela, bem como a ilha de Curaçau. Menciona também o envio de cartas do General Mosquera aos generais da Federação, entre eles Arismendi e Silva. Refere-se ao envio do filho do autor, de nome Juan, na condição de Tenente Coronel de *los Ejércitos de los Estados Unidos de Colombia i Ayudante de Campo del Ciudadano Presidente i Supremo Director de la Guerra*, General Falcón.

Em suma, trata-se de um documento que revela uma conspiração entre colombianos e venezuelanos pela restauração de Gran Colombia, desde pelo menos 1861, dos quais participam os principais chefes militares e civis federalistas. O relato que segue é sumamente interessante:

"Un año de esfuerzos asíduos i perseverantes, hijos de esa fe que nace de la conciencia o baja del Cielo, acaban de presentar aquí, casi simultáneamente, en una feliz quinzena, sus grandes i multiplicados resultados. **Nace COLOMBIA, al Norte del Táchira i del Arauca, i está dicho todo, porque ella es inmortal, como todas las Deidades. La veremos crecer rápida i robustamente, i no mas que mañana la admiraremos en su omnipotente virilidad. Lo necesario, lo indispensable, pues del impulso dado en Bogotá, era el grito de COLOMBIA, del lado de allá de las fabulosas fronteras: diose ya por los ilustrados e impertérritos Federales del Centro de Venezuela, yáse a dar instatáneamente en otros puntos, y en el término de las distancias verán nuestros pueblos desaparecer la noche de la opresion, i dominar el horizonte el astro de nuestra [ilegível].**

"EL COLOMBIANO" dice mucho, pero debe procurar desentrañar en sus columnas algo mui importante que parece callar.

Nuestro amigo, el doctor *Ramón Anzola Tovar*, recibirá com esta circular una série de documentos mui importantes de abril hasta hoi, que no puede imprimirse. El dirigirá, porque es *patriota*, copias manuscritas a los puntos i personas en actividad actual, que deban tomar conocimiento de todos esos trabajos. El está en San Thomas.

El objeto es grande, indispensable para la salvacion de la Patria: es la *Unidad*, sin la cual no habria fuerza, ni habria triunfo posible. Pero esa *unidad*, en toda outra fórmula que la de *Estados Soberanos Independientes, que por un acto soberano, en el ejercicio lejítimo de sus derechos radicales, de su autonomía inherente, se declaren miembros de la familia de COLOMBIA, en el sistema Federal perfecto, esa Unidad*, en todas i cualesquiera otras fórmulas, es imposible; no daria de sí, sino la impotencia, esperanzas burladas, sangre, martírios i cadáveres.

La Unidad grande, omnipotente, es COLOMBIA.

La correspondencia llegada anoche há traído el acto de ereccion **del Estado Independiente i Soberano de Caracas, i el acto tambien Soberano i glorioso de la declaracion de su voluntad, en que se proclama parte integrante de la gran nacionalidad de COLOMBIA. Así obra el patriotismo.** Si la energia i la resolucion quedaran adjudicadas al crimen, el bueno derecho abdicaría su imperio. Anegarse en pequeñas dificultades, es característico de la imbelicilidad i de la humillacion. Arrostrarlas, constituye grandeza i aun heroismo. Aquel Jefe que por cualquier punto de *Venezuela* retrocediera ante la ereccion de los Estados Soberanos i la fraternidad de COLOMBIA, quedaria rezagado: esta gran revolucion seguiria su majestuoso impulso, i esse Jefe no la alcanzaria mas tarde. **Que sea simultáneo el grito de COLOMBIA, i nos veremos instantaneamente en el horizonte de la redencion.**

El C. Presidente pasó en el acto, los documentos venidos, al Congreso Diplomático de los Plenipotenciarios de los Estados ya constituidos de COLOMBIA; i el Congreso, respectando i aceptando al acto Soberano de aquellos pueblos, da su asiento e incorpora en su seno al *Plenipotenciario del Estado Soberano de Caracas*. **El Gobierno de COLOMBIA obrará en consecuencia.** [fim do documento].

("COLOMBIA. Circular. Bogotá, a 24 de junio de 1862". "BN, SLR, HSGF, Rolo 18b9-1879. Microfilme). [Negrito nosso].

Enfim, eis uma pista cabal da existência de um projeto completo, planejado e materialmente sustentado de restauração da Gran Colombia no seio da Guerra Federal. O documento testemunha a participação nessa ação de alguns dos generais mais próximos de Bolívar, por toda a liderança federalista, incluindo o Presidente da Federação, Juan Crisóstomo

Falcón, em coordenação de venezuelanos e colombianos. Eis, na verdade, o vínculo programático entre federalismo e bolivarianismo que explica não somente uma continuidade na ação daqueles homens e seus soldados, mas que torna inteligível todo o processo de construção do culto à Bolívar que terá lugar mais tarde por parte das instituições do Estado oligárquico, sob hegemonia dos setores liberais, como veremos no capítulo a seguir. Eis o elo que faltava para que fosse possível compreender a sobrevivência do culto a Bolívar, apesar da ofensiva paezista para seu esquecimento.

4 IDEOLOGIA BOLIVARIANA E ESTADO NACIONAL

"(...) o Estado, una vez que se erige en poder independiente frente a la sociedad, crea rápidamente una nueva ideología. En los políticos profesionales, en los teóricos del Derecho público y en los juristas que cultivan el Derecho privado, la conciencia de la relación con los hechos económicos desaparece totalmente.(...) Las ideologías aún más elevadas, es decir, las que alejan todavía más de la base material, de la base económica, adoptan la forma de filosofía y de religión. Aquí, la concatenación de las ideas con sus condiciones materiales de existencia aparece cada vez más embrollada, cada vez más oscurecida por la interposición de eslabones intermedios. Pero, no obstante, existe" (MARX, Crítica de la Filosofía del Estado de Hegel. Editorial Política. La Habana, Cuba, 196, p.212).

Nesse capítulo, nos dedicaremos a descrever o processo de apropriação da figura de Bolívar pelas instituições do Estado nacional e como parte de sua auto legitimação, como condição fundamental da implementação das relações capitalistas de produção na Venezuela, a fim de caracterizar uma das facetas do que chamamos no âmbito desse trabalho de *ideologia bolivariana*.

Ideologias são formas de consciência social, historicamente determinadas e materialmente ancoradas e sustentadas (MÉSZÁROS, 2002). Essa consciência social, em sentido amplo, pode assumir a forma de filosofia ou ciência social (MÉSZÁROS, 1993) e, quando se refere estritamente ao passado, se manifesta como memória¹¹⁰, com características múltiplas e podendo, eventualmente, assumir a forma de culto ou mito. Alguns autores vêm se dedicando nos últimos 40 anos a estudar o culto a Bolívar ou o mito bolivariano, como parte da cultura ou

¹¹⁰ Os estudos históricos sobre os processos de recordação e esquecimento em âmbito coletivo no campo da disciplina da história têm se organizado em torno do conceito de "memória" e recebido atenção dos pesquisadores de História Oral. No âmbito desse trabalho, utilizaremos algumas reflexões do austríaco POLLACK (1992), sobre as relações entre memória e identidade e o conceito de 'enquadramento da memória', por ele formulado, bem como as análises de PORTELLI (1996) sobre as relações entre memória e ideologia.

identidade nacional venezuelana ou latino-americana (DAMAS, 1969; HARWICK, 2002; AVELLANEDA, 2002).

Como ponto de partida para a reflexão sobre a ideologia bolivariana como construção de Estado, partiremos do trabalho de Germán Carrera Damas sobre o culto à Bolívar, como parte da cultura nacional venezuelana, e de Nikita Harwick sobre as apropriações do personagem por forças políticas opostas. Cabe mencionar, a título de registro, que a análise das íntimas relações da ideologia bolivariana com as necessidades concretas de construção do Estado nacional venezuelano vincula-se intimamente com o episódio da Guerra Federal, como marco da unificação do mesmo. A Guerra Federal cria, assim, as condições objetivas para a configuração de uma ideologia bolivariana de Estado.

4.1 BOLÍVAR PARA EL PUEBLO

Em seu *O culto a Bolívar* (1969), o historiador venezuelano Germán Carrera Damas (1969) traça o percurso das apropriações de Bolívar ao longo do tempo por diferentes sujeitos históricos, desde o desaparecimento do líder da independência até o final da década de 1950. Em seu esforço para compreender o fenômeno bolivariano ao longo do tempo, Damas aborda as apropriações de Bolívar a partir dos conceitos de "culto" e de "ideologia", embora nas conclusões do seu trabalho o segundo conceito ceda lugar ao primeiro.

O autor inicialmente procede a uma distinção que ele chama de "dupla condição da figura histórica de Bolívar". Uma primeira, composta de seus significados *reais*, a qual corresponde à obra de Bolívar em si, seus escritos em vida. E uma segunda condição, que é integrada por significados *atribuídos* à sua figura. Sobre ambas as condições, analisa o historiador, se estende a historiografia marcadamente orientada para a exaltação.

Assim, Damas, ao mesmo tempo em que reconhece na historiografia um sujeito da exaltação ao herói, procede em uma distinção que, do ponto de vista metodológico, é pouco rigorosa. O historiador exime da crítica os documentos produzidos pelo próprio Bolívar, referidos por ele como dotados de significados "reais". Como bem salientamos em nossa NOTA SOBRE AS FONTES, tais documentos merecem o mesmo critério de análise reservado às demais fontes históricas. Dessa maneira, essa distinção aparentemente formal operada por Damas encerrará, no entanto, repercussões em suas conclusões que limitarão o alcance de sua tese.

O mesmo procedimento metodológico utilizado por Damas será levado às últimas conseqüências por Harwick, como demonstraremos em seguida. Antes disso, porém, Damas nos oferece pistas muito interessantes sobre o processo de apropriação de Bolívar pelo Estado em constituição. Ao analisar a figura de Bolívar formada pela historiografia, Damas afirma que esta é produto de um "trabalho conscientemente [portanto, intencional] aplicado à construção do culto" (DAMAS, 1969, p. 287), que em seu início não foi resultado de atos ou propósitos arbitrários — o que implica, por dedução, que em seu desenvolvimento o culto assumiu propósitos arbitrários em sua face *para el pueblo*. Analisemos as palavras do autor:

"Mas tampoco este culto fue, *en sus inicios*, resultado de *actos o propósitos arbitrarios*. Historicamente nace en condiciones determinadas y se muestra como factor activo del acontecer historico. Gestado durante la guerra, al calor de los triunfos y de la infatigable dirección del héroe, esse culto reingresa en la vida pública venezolana, oficialmente, el 17 de diciembre de 1842, con ocasión del repatriamiento de los restos mortales del Libertador. En rigor, jamás había desaparecido de la escena: el prestigio difícilmente mensurable alcanzado por Bolívar sufrió un acentuado decaimiento durante el proceso de desintegración de la Gran Colombia, pero no es menos cierto que sobrevivía en la conciencia popular y que fue precisamente con base en esa supervivencia, ya apoyándose en ella, cómo se desarrolló la campaña de agitación política que culminó con el mencionado repatriamiento"(idem). [Grifo nosso].

Foi a partir dessa base histórica e objetiva, indicada por Damas através da referência a uma *consciência popular*, que a memória sobre a figura do "herói" resistiu, segundo

ele, ao esquecimento a que foi relegado após sua morte até ressurgir institucionalmente, resgatado por uma necessidade de Estado. Damas não nos oferece uma análise sobre os fatores que fizeram com que a figura de Bolívar gozasse de tamanho apelo na consciência popular, mas opõe sim, o trabalho consciente de construção do culto *para o povo* à essa consciência *do povo*. Dessa forma, segundo a formulação de Damas, o culto sobrevivia na consciência popular de modo "não arbitrário".

Enfim, feita a distinção entre os dois tipos de culto, Damas deduz a origem do apelo social de Bolívar de dois fatos. O primeiro deles é a repercussão social e mobilização popular nas ruas de Caracas por ocasião da chegada das cinzas de Bolívar à cidade, já descrito anteriormente. Por outro lado, a mistificação de Bolívar foi estimulada pela obra de historiadores e escritores imbuídos de uma concepção extremamente individualista da história e hábeis no manuseio dos meios românticos de expressão (DAMAS, 1969, p. 289). Tal esforço dos historiadores, paradoxalmente, fez com que o herói perdesse seu contorno conforme foi sendo mais e mais estudado. Isso porque, segundo Carrera Damas, o culto a Bolívar construído pela mão dos historiadores é afastado do modo popular e lendário de existir e assume um caráter de deificação. Assim, Damas vai articulando o que ele chama de consciência popular que mistifica religiosamente a figura de Bolívar e a ação dos historiadores, que a deifica. Ambas abordagens compõem o culto bolivariano, segundo o autor, da seguinte forma:

"Su inicial condición de un *culto de un pueblo*, como forma directa de expresión de admiración y de amor, se há trocado en la organización de un *culto para el pueblo*, dotado de una liturgia que tiene por finalidad cuidar del objeto del culto y promover su desarrollo. Esto no há significado, sin embargo, la desaparición de la forma inicial, la cual subsiste hoy replegada al campo de lo folklórico, y coexiste con la forma más elevada del culto, representada por la vigencia del héroe, entendida como esfuerzo de actualización de su legado y como su adaptación a circunstancias historicamente diferentes de las confrontadas por él" (DAMAS, 1969, p. 290).

A análise de Damas remete-nos para uma distinção efetuada entre *culto de um povo* e *culto para o povo*, operada por uma transformação da natureza do culto, de sua forma direta em sua forma litúrgica destinada a promover o culto. Assim, Damas faz, ainda que não explicitamente, uma diferenciação das duas formas de culto através da noção de *intencionalidade*, sendo o *culto de um povo* a forma direta e não intencional do culto e sua versão *para o povo*, sua forma pré-concebida. Recordemos que, em um momento anterior e preparatório a esta tese da transformação da natureza do culto, Damas havia distinguido duas condições da figura histórica de Bolívar, uma *real* e outra *atribuída* ao herói. Essas distinções puramente formais, mais do que nos auxiliar na compreensão da existência de especificidades historicamente constituídas, nos conduz a oposições que pouco nos auxiliam na compreensão da natureza da ideologia bolivariana.

Damas faz uma oposição complementar entre as noções de culto puro, em sua forma direta, que ele chama *del pueblo*, e de culto institucional ou oficial, mencionado por ele como ideológico, o qual o autor chama de *culto para el pueblo*. O conceito de ideologia é, então, substituído progressiva e nominalmente pelo designativo de *culto para o povo*, como uma construção imposta pelas instituições do Estado, sejam elas vinculadas ao governo ou aos partidos políticos. O *culto para o povo* assume, assim, as características de *falsidade* e *artificialidade* típicos do conceito de ideologia como *falsa consciência*¹¹¹. Porém, Damas não aprofunda essa sua análise no que se refere às características ideológicas que assume.

¹¹¹ O debate, no campo marxista, opõe duas visões sobre o conceito de ideologia. A primeira que atribui preponderantemente ao conceito de ideologia a noção de "falsa consciência", elaboração que pode ser deduzida de uma leitura parcial da obra *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels. E uma segunda visão, na qual prepondera uma abordagem histórica do conceito, mais referido a partir do livro *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, apresentando o horizonte da ideologia como portador dos mesmos limites a que está sujeito o pensamento de uma época ou de uma classe. Da nossa parte, apenas cabe salientar que não compartilhamos das abordagens que produzem um rompimento no interior à obra de Marx em fases ou áreas, segundo seus escritos da juventude ou maturidade. Sobre uma crítica dessa visão na obra de Marx a partir da abordagem altousseriana, ver a crítica de MÉSZÁROS (1981). O conceito de ideologia que apropriamos para as finalidades desse trabalho é tributário dos estudos de MÉSZÁROS (2002).

A construção de Damas não reserva espaço para a reflexão teórica das categorias que utiliza, apenas remete-nos, ainda que indiretamente e *de modo destorcido*, para as noções de *consciência em si (del pueblo)* e *consciência para si (para el pueblo)*, muito utilizada no campo de elaboração marxista¹¹². Tais aproximações contraditórias com conceitos amplamente utilizados por um campo teórico do qual Damas não se reivindica causam uma ambigüidade teórica em seu trabalho que contribuem para amplificar os problemas que apontamos.

Assim, a proposição de análise de Damas nos sugere a existência de uma consciência pura do povo, ainda que sob a forma de culto, contra uma consciência ideológica elaborada como cristalização litúrgica, "cujo objetivo é cuidar do objeto do culto e promover seu desenvolvimento". Damas não estabelece juízo de valor explícito sobre essa forma ideológica do culto, apenas nos faz ver que sua direção e proteção pelo Estado se traduziu em uma organização administrativa e institucional e que o programa ideológico simbolizado por Bolívar emprestou seu prestígio às mais diferentes e contrapostas causas (DAMAS, 1969, p. 290).

Para Damas, o culto da figura de Bolívar não é mera criação literária, fruto do patriotismo exaltado. É mais do que isso. Se constitui em uma necessidade histórica, um recurso ideológico segundo o qual foi possível compensar o desalento causado pela frustração da empresa emancipadora, cuja justificação era a regeneração da sociedade corrompida pelo colonialismo.

¹¹² Sobre as polêmicas em torno do conceito de *consciência de classe* em Karl Marx e demais autores seus discípulos ver MÉSZÁROS (1993). No Capítulo II intitulado *Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente*, o autor rejeita as interpretações de "classe em si" e "classe para si" de alguns intérpretes de Marx que traçam o limite entre um e outro conceito na organização coletiva. "A consciência de classe, de acordo com Marx, é inseparável do reconhecimento - sob a forma de consciência 'verdadeira' ou 'falsa' - do interesse de classe, baseado na posição social objetiva das diferentes classes na estrutura vigente da sociedade" (p. 88). "Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra uma outra classe; de resto, contrapõem-se de novo hostilmente uns aos outros, em concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, por seu turno, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida - e como esta, o seu desenvolvimento pessoal-, estão subsumidos na classe. É esse o mesmo fenômeno que a subordinação (subsumtion) de cada um dos indivíduos à divisão do trabalho, e só pode ser eliminado por meio da abolição da propriedade privada e do próprio trabalho alienado. Como essa subordinação (subsumtion) dos indivíduos à classe se desenvolve numa subordinação a toda a série de representações, etc, já foi por nós referido variadas vezes" (MARX e ENGELS, 1981, p. 82).

Daí sua potência como culto, diz o autor, da necessidade histórica desta justificação. Assim, a explicação para sua permanência ao longo do tempo se associa à insatisfação do venezuelano com sua própria sociedade. É, portanto, uma exigência do presente, com base no passado, com vista a um projeto de futuro que, embora anunciado, ainda não foi atingido.

Porém, Damas não nos expõe a raiz, a causa primeira digamos assim, do fato de o projeto bolivariano encontrar uma atualização periódica e constante. Apenas nos faz ver sua face exterior, sua manifestação fenomênica no discurso político. É salutar, no entanto, para os efeitos da análise que realizamos, salientar as importantes pistas oferecidas pela investigação de Damas para nosso trabalho. Pois, foi com base na percepção desse autor de que o venezuelano tem seu próprio modo de venerar Bolívar (idem, p. 231) que resolvemos analisar as apropriações de Bolívar no período da Guerra Federal de 1858-63 e sobretudo, buscar suas origens.

A santificação de Bolívar, nas palavras de Damas, estimulada pela inapagável memória histórica do povo, é considerada uma forma de folclore que caminha separada e até mesmo contra o culto oficial. Uma vez convertido em símbolo do sentimento popular, Bolívar avança como alavanca de ação. Possui a virtude de galvanizar os espíritos, fomentar a decisão e incitar arrojados. Tem sobretudo, o mérito de condensar um programa de luta (idem, p.223). Damas não demonstra isso, mas percebe de modo genérico essa natureza do que ele chama de culto *del pueblo*. Fomos buscar as origens dessa apropriação de Bolívar no processo da Guerra Federal e encontramos seus usos associados à noção de patriotismo, à práticas românticas e a um radicalismo nas formas de ação. Porém, operaremos uma distinção diversa da proposta por Damas, por discordarmos da diferenciação entre *real* e *atribuído* proposta pelo autor venezuelano entre seus pressupostos.

4.2 BOLÍVAR COMO SÍNTESE IMPERFEITA ENTRE HERÓI E REVOLUCIONÁRIO

Antes disso, deixemo-nos conduzir um pouco pela pesquisa de Harwick sobre o Bolívar oficial a fim de buscar elementos que possam nos auxiliar a caracterizar sua especificidade como ideologia de Estado. Em sua análise, Harwick, nitidamente influenciado pelo historiador francês Pierre Nora, analisa as apropriações de Bolívar no campo político institucional¹¹³. O autor trata de aplicar, embora não o explicita, a tese dos "lugares da memória", formulada por Nora, ao caso bolivariano. Seguindo o roteiro de Damas dos discursos oficiais e com base também nos extensos estudos realizados pelo historiador Alberto Filippi sobre o impacto da figura de Bolívar na Europa, Harwick nos diz o seguinte, resumidamente:

"la figura de Simón Bolívar ha sido objeto de multiples interpretaciones historiográficas, a menudo cruzadas, que definieron, tanto desde Venezuela hasta el exterior, como desde el exterior hasta Venezuela, la imagen imperante del personaje. Héroe romantico por excelencia - en su primer momento - Bolívar fué considerado como precursor del Panamericanismo y defensor del ideário liberal. A partir de la consolidación del Estado venezolano en el ultimo tercio del siglo XIX, Bolívar se vuelve referencia identitaria 'oficial' del orden establecido: una interpretación cuyo matiz 'conservador' tendria sus ecos en Europa de corte bonapartista asimilado por el facismo italiano. Con el período de la 'guerra fria', Bolívar es objeto de competencia entre bloques ideologicos: campeón de la libertad para unos; precursor del antiimperialismo y de la guerra revolucionaria para otros. El culto bolivariano en Venezuela, asimilado de una religión de Estado, intenta lograr una sintesis imperfecta entre culto 'oficial' del superhombre y el mito radical del revolucionario social" (HARWICK, 2002, p. 1)¹¹⁴.

¹¹³ NORA (1993) faz uma análise das relações entre história, memória e Nação. A partir de uma postura um pouco entusiasmada com o poder definitivo das rupturas da modernidade, Nora analisa o processo de aceleração da história e da ruptura dessacralizante que substitui o Estado-Nação pelo Estado-Sociedade e afirma que os lugares da memória são esforços de preservação contra a história que os varre, "os lugares da memória são restos" (p. 12).

¹¹⁴ A informação de que Bolívar representava o ideal de Panamericanismo é historicamente incorreta. O projeto Pan Americano tem origem não no ideário bolivariano mas é elaborado a partir da Doutrina Monroe (1823) para a América Latina. O projeto de Simón Bolívar era uma aliança sul americana ou da América Meridional, incluindo as ex-colônias espanholas andinas e do prata, para a manutenção da independência. Era uma aliança sobretudo militar e do qual estavam excluídos os Estados Unidos da América, o Brasil e demais países de colonização inglesa. Quanto aos EUA, Bolívar manifestou explicitamente o indesejável de qualquer participação desse país nessa aliança, em carta a Santander, em 21 de outubro de 1821, em que diz, referindo-se ao Congresso do Panamá que discutiria a aliança meridional: "No creo que los americanos deben entrar en el Congreso del Istmo". Mais informações sobre a concepção bolivariana para uma unidade das ex-colônias espanholas da América do Sul podem ser encontradas em SAIGNES (1997).

O resumo de Harwick nos remete para uma nova dicotomia, agora entre o "oficial conservador" em oposição ao "mitológico revolucionário". Ou seja, quanto mais analisamos o fenômeno da memória bolivariana (ou condição *atribuída* à figura histórica de Bolívar, segundo a diferenciação de Damas), mais ela se reparte, abrindo novas possibilidades de distinção. Harwick não explicita o que entende por "ideologia" ou "mitologia", simplesmente utiliza os conceitos indiscriminadamente. De qualquer maneira, essas dicotomias renovadas menos que nos auxiliam a compreender o fenômeno em sua totalidade, terminam sempre suspensas sob o impasse de uma construção de Bolívar contra outra. Buscaremos compreender um pouco mais claramente as implicações teóricas dessa questão nas conclusões desse trabalho.

4.4 BOLÍVAR DE TODOS OS GOVERNOS

De qualquer maneira, o que evidenciam claramente os estudos históricos do século XIX até metade do século XX é a necessidade de construção de uma ideologia bolivariana como forma de justificação dos governos que se sucedem e, conseqüentemente, da construção do Estado nacional. Mesmo no governo de Páez, célebre opositor de Bolívar, já se verifica a necessidade de resgatar a figura e o legado do "Libertador" como recurso ideológico para enfrentar a profunda crise de sua gestão, atacada fortemente por uma série de rebeliões de escravos e camponeses pobres (BRITO FIGUEROA, 1996). Depois de Páez, o liberal general Antonio Guzmán Blanco, na presidência do país, inauguraria a efetiva construção de uma ideologia bolivariana de Estado.

Blanco, mais do que discursar elogios a Bolívar foi um ativo "bolivariano". A partir da década de 1870, mandaria editar os 14 volumes dos *Documentos relativos a la vida*

publica del Libertador e erigir a estátua equestre do Libertador que até hoje faz afluir à praça principal de Caracas os mais diversos visitantes para prestar homenagens à imagem de Bolívar. Ele também reformaria a antiga igreja da Trinidad para abrigar o Pantheón Nacional e promoveria as comemorações oficiais do centenário do nascimento do Libertador, ao logo do ano de 1883¹¹⁵.

Apelidado de “autócrata civilizador”, decretou a instrução pública em caráter obrigatório e gratuito, tentando conformar-se às idéias educativas de Bolívar¹¹⁶; instituiu uma moeda nacional, vigente até os dias de hoje, o *Bolívar*; fomentou uma legislação civil, a produção agrícola e a construção de linhas férreas, mediante contratos muito vantajosos aos venezuelanos frente a seus parceiros estrangeiros. Seu apelido é devido, também, ao fato de ter enfrentado a Igreja Católica e pela audácia de haver se negado a reconhecer a dívida para com os EUA de 1.000.000,00 (um milhão) de pesos, alegando que esta só alcançaria originalmente 80.000,00 (oitenta mil) pesos. Porém, apesar do apelido, Guzmán Blanco ficou sem resolver a questão agrária que tanto ocupava as mobilizações sociais desde a década de 1840. A propriedade se concentrou ainda mais e as condições de trabalho e de vida da massa camponesa não melhoraram¹¹⁷.

¹¹⁵ Em relação a essa comemoração, encontramos no Archivo General de la Nación, os documentos oficiais da comissão nomeada para organizar as festividades. Chama a atenção a supressão do primeiro artigo do projeto original já na ata da Segunda reunião da comissão. O artigo suprimido propunha a realização de um Congresso Americano que teria por objetivo resolver sobre as seguintes questões: "1° Fijación de las bases del derecho publico americano y del internacional privado; 2° Leyes comunes sobre privilegios, monedas, pesos y medidas; sobre ciudadanía comum de los hispano-americanos; sobre validación de titulos y diplomas científicos, de artes y oficios y de marcas de fabricas; sobre extradición de criminales, cambio libre de productos naturales y exencion de portes adicionales sobre las balijas de los correos que se crucen de un Estado a otros hasta su destino" (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, Archivos de la REPÚBLICA, TERCERA PARTE, CENTENÁRIO DEL NACIMIENTO DEL LIBERTADOR, ITEM 5.3.3, p. 133). A rapidez com que o artigo foi suprimido nos faz lembrar a férrea oposição que suscitava também o projeto de reeditar a sonhada Gran Colombia, de Bolívar. Porém, aqui já aparece um projeto ainda mais ousado de integração hispano-americana.

¹¹⁶ Sobre esse tema ver ROJAS (1996) e PRIETO FIGUEROA (2002).

¹¹⁷ Sobre o governo de Guzmán Blanco ver: MAZA ZAVALA (1988) e BRITO FIGUEROA (2002, Tomo IV).

Blanco também sancionou o Hino Nacional venezuelano "Gloria al Bravo Pueblo", que apesar de somente ser adotado oficialmente pelo decreto de 25 de maio de 1881, foi composto de improviso por Vicente de Salias, ainda em 1811, e musicado logo depois por Juan José de Landaeta. É certo que, para a data de sua composição, Bolívar ainda era um personagem secundário no cenário político, vindo a cumprir papel destacado somente a partir da queda da Primeira República, aquela que ele criticaria primeiramente em sua *Carta de Cartagena* (BOLÍVAR, ESCRITOS DEL LIBERTADOR, Tomo IV, pp. 116-125)* e posteriormente em sua célebre *Carta de Jamaica* (BOLÍVAR, ESCRITOS DEL LIBERTADOR, Tomo VIII, pp. 98-125)**.

O esforço de Guzmán Blanco pela centralização e unificação do Estado teria prosseguimento com os presidentes que o sucederiam, embora talvez nenhum deles possa ser comparado a ele na amplitude do empreendimento. A unificação do país foi reforçada também por conflitos de fronteira, os quais ajudavam a excitar o sentimento patriótico e produziam a necessidade de consolidação do Exército Nacional. Desde 1876 até a década de 1890, o governo da Venezuela esteve ocupado com a disputa em torno do território de Guiana, com a Inglaterra. Os governos da ocasião, Blanco, inicialmente, e Joaquín Crespo, posteriormente, recorreram à arbitragem dos Estados Unidos da América, ressuscitando a Doutrina Monroe em pleno *debut* da nova diplomacia marcada pela fase imperialista dos EUA¹¹⁸. O Diário de Caracas número 38

* Este documento é referido como "Memoria Dirigida a los Ciudadanos de la Nueva Granada por un Caraqueño"),

** sob o título original de "Contestación de un Americano Meridional (Es el General Bolívar) a un Caballero de esta Isla (Jamaica)".

¹¹⁸ Sobre as relações da Doutrina Monroe com o nascente imperialismo estadunidense, especialmente em sua expressão na guerra hispano-americana de 1898 ver WEINBERG (1968). O debate marxista sobre a temática do imperialismo remonta-se às discussões travadas à época da II Internacional, que teve então como seus principais expoentes Lênin, Hilferding, Luxemburgo, que viam o imperialismo como uma consequência intrínseca ao desenvolvimento capitalista, contra a posição de revisionistas como Bernstein e Kautsky, para os quais o imperialismo era um fenômeno politicamente controlável. A questão do imperialismo é um dos temas clássicos das polêmicas no campo marxista, mas também envolve cientistas sociais de inspiração braudeliana (Giovanni Arrighi,

reproduzia à época um artigo da *The Review of Reviews* com o título de "Pertinencia de la Doctrina Monroe" (CARRERO, 2000, p. 217).

Os Estados Unidos passam a atuar na arbitragem do conflito e o governo da "Gran Nación" ganhou a gratidão do Presidente Crespo (CARRERO, 2000, p. 222). Vejamos um texto publicado em 1895, em um jornal da província de Táchira, que demonstra bem o ambiente de exaltação patriótica que, historicamente, vincula-se ao processo de construção do Estado:

"Detente en tu camino de maldades
Ambicioso leopardo, fiera humana
Atras la usurpación de la Guayana!
Mi raza no consciente indignidades.
Antes serán escombros mis ciudades.
Y correrá mi sangre americana,
Que sorportar tal invasión, villana,
Que con tu odiosa pretensión invades
Cuánto supones á tu fin propicio!!
No me arredra el poder de tus cañones
Me basta la razón que es á mi juicio
El supremo poder de las naciones
Para vencerte en formidable guerra...

Por Venezuela

(El Ferrocarril, n. 48, p. 5, San Cristobal, 22 de Febrero de 1895, *apud* CARRERO, 2000, p. 222)

Também neste conflito, como era de se esperar, salta a necessidade da figura de Bolívar em defesa da pátria ameaçada por uma potência estrangeira. O que chama a atenção, neste caso, é que Bolívar esteja agora lado à lado com Washington. A associação dos dois personagens, que antes era rejeitada pelos políticos e intelectuais venezuelanos da primeira metade do século XIX, se alterara em função da necessidade de elogiar a posição "protetora" dos Estados Unidos em relação à Venezuela no conflito com a Inglaterra:

com seu *Geometria de Imperialismo*, especialmente) e terceiromundistas ou pós-colonialistas (como, Samir Amim, em diversos de seus trabalhos). Um panorama do tema pode ser obtido em Cadernos Passado&Presente 10 (1969). Dois trabalhos bastante completos, em termos de referências históricas, são ACOSTA SÁNCHEZ (1977) e MAGDOFF (1977). Este último teve boa parte de seus capítulos reeditada recentemente (MAGDOFF, 2003). Nova abordagem foi publicada ainda por DAVID HARVEY (2005) em seu *The New Imperialism*, onde apresenta o conceito de "acumulação por despossessão". Uma resenha crítica a esse conceito foi elaborada por LUCE (2005), à

"... Venezuela no está sola; cuenta con el apoyo moral de este Continente y con el apoyo material de la poderosa República de los Estados Unidos del Norte, que está dispuesta á hacer respetar la integridad de nuestro territorio./ (...) Todo há sido infructuoso: Inglaterra nos desatiende por débiles: viola la fé de un tratado; rompe el *status quo*; avanza, avanza cada vez más en nuestro territorio; (...), si detrás de tanta tolerancia está la guerra internacional, esse azote maldito con que los ambiciosos flagelan á los pueblos, venga la guerra antes que la humillación; muramos defendiendo la honra de la patria,, (...). Abracémoslos pues, General, con las banderas que sirvieron de emblema á Washington y á Bolívar, y en lo demás, esperemos, que Dios proveerá./ Dios y Federación./ AQUILINO JUARES." (Carta al General Joaquín Crespo, Presidente Constitucional de los Estados Unidos de Venezuela. Caracas, Hoja Suelta, Barquisimeto, Diciembre 24 de 1895. AGIA, Caja Julio Diciembre de 1895 *apud* CARRERO, 2000, p. 224).

O conflito com a Inglaterra fez nítidos os interesses estadunidenses sobre Venezuela, sob o pretexto de atuar em defesa dos venezuelanos. A imposição da arbitragem dos EUA sobre a disputa resolveu-se mediante a aceitação inglesa de que os Estados Unidos exerciam "protectorado" sobre toda América espanhola através da Doutrina Monroe. Foi nesse contexto que teve lugar a chamada Revolución Liberal Restauradora, liderada pelo General Castro (1859-1924).

Sob o lema “novos homens, novos procedimentos, novos ideais”, Castro realizaria um governo de caráter centralizador, que alijaria do poder os caudilhos regionais. Para isso, empenhou-se na compra de armamentos para o exército, incrementou os recrutamentos, criou trinta novos batalhões bem equipados, reuniu parques de artilharia e infantaria, completou a rede telegráfica do país, adquiriu modernos fuzis, iniciou a modernização e hierarquização da marinha de Guerra, entre outras iniciativas.

Castro havia herdado um país endividado e afetado pela contração do mercado mundial desde 1897. Havia recorrido aos banqueiros em busca de empréstimos, mas depois de obter um financiamento, em 1899, com o Banco de Venezuela, a banca negou-se a conceder-lhe

luz das reflexões de MÉSZÁRÓS (2002). Cabe comentar que a abordagem de Harvey é similar a de PATNÄIK

nova ajuda financeira. Sua reação foi enérgica mandando prender as direções dos Bancos de Caracas e de Venezuela. A partir daí inicia-se uma conspiração contra seu governo por parte dos banqueiros, dirigentes de companhias estrangeiras e representantes do governo dos Estados Unidos da América. Como parte dessa conspiração ocorre, entre outubro de 1900 e julho de 1901, a Revolución Libertadora (CARRERO, 2000, p. 249-251) e, posteriormente, um "bloqueio de guerra" por parte de uma coalizão anglo-germânica, novamente solucionada por arbitragem estadunidense e orientação da Doutrina Monroe. Castro havia autorizado que o Ministro dos EUA em Caracas representasse o governo da Venezuela nos acordo de paz protocolados em Washington, em fevereiro de 1903, mas resistia às posteriores tentativas de ingerência do governo dos Estados Unidos no país.

Frente às pressões do Departamento de Estado dos EUA, Castro reagia chamando à mobilização dos venezuelanos, denunciando que “a planta insolente do estrangeiro profanou o solo sagrado da pátria” (ZAVALA, 1988), em uma clara referência ao pensamento bolivariano de temor ao projeto expansionista dos Estados Unidos da América para o sul do continente americano¹¹⁹. Sua atitude converteu-o em um *herói popular*. Como nos relata um testemunho da época:

"Más de cien mil venezolanos acudieron a las jefaturas civiles a buscar armas para integrar el ejército patriótico. Joyas y dinero cayeron en las arcas del gobierno. Es el ejército más grande que se haya formado en el país. **La Nación volvió a ser ejército como en el tiempo de la Independencia...**" (RANGEL *apud* CARRERO, p. 281). [Grifo nosso].

(2005) em seu *The Economics of the New Phase of Imperialism*.

¹¹⁹ Em 1825, Bolívar escreve, por ocasião das conversas com Santander e outros caudilhos sobre quem deveria ser convocado a participar do Congresso do Panamá: “Los americanos del Norte y los de Haiti, por solo ser extranjeros tienen el carácter de heterogéneos para nosotros. Por lo mismo jamás seré de opinión de que los convidemos para nuestros arreglos americanos” (SIMÓN BOLIVAR, Obras Completas, 1947, p. 1.108).

Castro tirava proveito da agressão externa em seu objetivo centralizador. No mesmo dia do bloqueio alemão recorreu às magnas datas da Independência e previu: "Volverá a brillar el sol de Carabobo"¹²⁰. Nos periódicos de Caracas daqueles dias há relatos sobre a criação de Juntas Patrióticas para defender a pátria. As proclamas são pronunciadas "aos pés da estátua de Bolívar" no palácio de governo:

"La multitud invade a Miraflores y allí se lee a proclama 'en medio de fanático entusiasmo'. **Al pie de la estatua de Bolívar se suceden los oradores.** Los estudiantes gritan '!A las armas!'. A Miraflores llegan un diluvio de telegramas, de ofrecimientos y de protestas. Las banderas inglesa y alemana son quemadas en la plaza Bolívar. Las Llegaciones son apedradas..." (NUÑEZ *apud* CARRERO, 2000, p. 281). [Grifo nosso].

O governador do Distrito Federal, convocava milicianos para preservar com seu sangue a pátria legada pelos líderes guerreiros da independência, em primeiro lugar, por Bolívar:

"Conciudadanos, Los bárbaros del Norte bajo las banderas del leopardo inglés y del águila prussiana, invaden nuestro territorio en son de depredación bajo fútiles pretextos. **!Nosotros (...), sabremos regar con nuestra sangre la Patria que nos legaron Bolívar, Sucre, Páez** y demostrar al mundo que una Nación altiva y libre puede ser destruida pero jamás dominada." ("Milicias José Cecilio de Castro, Gobernador del Distrito Federal a sus habitantes", en LA IDEA RESTAURADORA, No. : 129, pp. 3-4, San Cristobal, jueves 1° de Enero de 1903 *apud* CARRERO, 2000, p. 283). [Grifo nosso].

Assim, Bolívar vai sendo associado historicamente com a defesa da nação, como exemplo heróico a ser seguido quando a pátria se encontra sob risco. E, nesse momento, reconciliado inclusive com Páez. O caráter radical que havia assumido a guerra de independência parece haver deixado profundas marcas na memória social. Frente a necessidade de mobilização da sociedade, tarefa sempre complexa e sujeita a uma resposta negativa por parte do todo social, o Presidente Castro recorre à memória da luta pela independência, ao passado de seus líderes,

¹²⁰ A Batalha de Carabobo foi travada em 24 de julho de 1821, entre o Exército Libertador e as tropas espanholas. Nela, foram derrotados definitivamente as tropas espanholas que se encontravam em território venezuelano, a partir de uma ofensiva dos republicanos iniciada em agosto de 1819, desde Bogotá. Após a Batalha de Carabobo, Bolívar

como um mecanismo eficaz e a seu alcance para obter os resultados desejados. A figura de Bolívar emerge, sob a ideologia impulsionada pelas instituições do Estado, incluindo em seu contexto a historiografia clássica, como cimento do sentimento nacional que unifica todas as classes.

4.4 BOLÍVAR COMO PAI DA PÁTRIA

Neste momento percebemos uma diferença de qualidade nas referências a Bolívar realizadas anteriormente e mesmo durante a Guerra Federal por liberais e conservadores. No período anterior, as menções ao "Libertador" eram caracterizadas por uma exaltação exacerbada, seja para justificar ou reconhecer com culpa seu desterro e morte em terras distantes de sua querida Caracas, seja para torná-lo inigualável. Porém, agora, Bolívar aparece já consagrado, como referência óbvia, quase um ícone cuja menção dispensa maiores comentários. Sua posição está claramente definida e ele repousa inquestionável. E não somente para os venezuelanos. Já em 1893, o cubano José Martí desenharia ou faria eco a uma imagem de Bolívar que se consagraria como uma verdadeira fotografia a constar no álbum das referências a Bolívar daqui para frente:

"¡Pero así está Bolívar en el cielo de América, vigilante y ceñudo, sentado aún en la roca de crear, con el inca al lado y el haz de banderas a los pies; así está él calzadas aún las botas de campaña, porque lo que él no dejó hecho, sin hacer está hasta hoy: porque Bolívar tiene que hacer en América todavía!" (MARTÍ, José. 1974, p. 247).

A figura bolivariana ganhava continuamente, dentro e fora da Venezuela, uma imagem indelével de superioridade protetora e ativa, capaz de intervir sempre que necessário. À pura exaltação do personagem histórico que recebe as honras da nação agradecida, em suas

entra triunfante em Caracas depois de sete anos longe de sua cidade natal, por ocasião da emigração ao ocidente

primeiras manifestações, e cuja articulação de conteúdo constituiu historicamente a relação hierárquica necessária ao desenvolvimento do personagem como "herói", segue-se uma espécie de vida pós-morte do "herói", como um ressuscitar constante.

Essa superioridade hierárquica e ativa se converterá no mecanismo que permitirá, efetivamente, a intervenção de Bolívar ou, mais precisamente, o recurso ideológico segundo o qual a figura de Bolívar poderá ser recuperada para incidir sobre diferentes conjunturas históricas. Tal posicionamento vertical do "herói" vinha sendo gestado desde o processo de independência. E, como foi demonstrado anteriormente, esse recurso foi utilizado de modo mais direto como fator de mobilização social armada com a tentativa de intervenção anglo-germânica, durante o governo de Cipriano Castro.

A diferença entre uma primeira fase, de mais ativa exaltação, para uma segunda, na qual predomina uma evocação direta sem a necessidade de justificação, desenvolve-se simultaneamente ao processo de constituição do Estado nacional. A segunda metade do XIX marca a consolidação do Estado oligárquico venezuelano, cuja possibilidade foi aberta pela Guerra Federal, as bases foram assentadas no governo de Guzmán Blanco, com coroamento e subsequente crise de legitimidade sob a Presidência de Cipriano Castro, mantendo-se sob a forma ditatorial com Juan Vicente Gómez (que se estendeu de 1908 a 1936).

O golpe contra Castro foi proferido em dezembro de 1908, sob a direção em nível nacional de Juan Vicente Gómez, por ocasião de uma viagem de Cipriano à Europa para realizar uma cirurgia. A conspiração envolveu as corporações petrolíferas e o governo dos EUA, a empresa alemã de linhas férreas Caracas-Valencia com o seu respectivo governo, a companhia francesa de cabos submarinos e o executivo de seu país de origem. A partir de então, Castro começou uma *via crucis* que se prolongaria por dezesseis anos, sofrendo uma perseguição

ocasionada pela ocupação da capital pelas tropas espanholas lideradas por Tomás de Boves.

internacional cujos episódios fazem parecer ingênuas as versões mais paranóicas das teorias da conspiração¹²¹.

Chama a atenção, no entanto, a informação prestada por Carrero, em uma nota de rodapé de seu "*Cipriano..*", referente a um "cruzar de ideias" entre os liberais do continente em torno de restabelecer o projeto bolivariano da Gran Colombia. Segundo Carrero — que toma a informação de informes diplomáticos de representantes dos EUA e Grã-Bretanha na Venezuela —, o nicaragüense José Santos Zelaya, o equatoriano Eloy Alafaro e os colombianos Rafael Uribe Uribe, Benjamin Herrera, Daniel Hernández, J. M. Vargas Vila, juntamente com Castro, na Venezuela, haviam realizado conversações para formar uma força comum de defesa. Conter essas tratativas e pretensões unificadoras estaria, portanto, na raiz do apoio do governo conservador da Colômbia, com sete mil soldados colombianos, a invasão da Venezuela por Carlos Rangel Garbiriás, chefe da Revolução Libertadora, em 17 de julho de 1901, a partir da fronteira colombiana. (CARRERO, 2000, p. 238-239). Nesse caso, cabe uma posterior investigação sobre a percepção que os governos das potências Européias e os EUA tinham sobre as pretensões do projeto Gran Colombiano e sua íntima relação com a figura de Bolívar, tornando-a potencialmente perigosa aos projetos dos países capitalistas centrais para o continente.

Juan Vicente Gómez, também proveniente da região de Los Andes, deu continuidade ao processo de alijamento dos caudilhos regionais e de promoção da centralização do poder do Estado em torno de si¹²², que assume a forma ditatorial a partir de 1913 até 1936. Os andinos utilizaram fartamente a figura de Bolívar para legitimar suas ações, embora para

¹²¹ Sobre a conspiração e perseguição a que foi submetido Cipriano Castro até sua morte, em 1924, ver CARRERO (2000). Chama a atenção a forma unívoca como a imprensa estadunidense e européia atacavam ao Presidente impossibilitado de retornar ao país chamando-o de "macaco tropical", "macaco lascivo", "megalômano irrefreável", "grande estorvo do século XX" e que o reproduziam em caricaturas grotescas, em uma verdadeira cruzada pelo descrédito de Castro em nível mundial.

finalidades imediatas muitas vezes opostas. Com Gómez, cujo primeiro ato foi pedir a intervenção militar norte-americana, a economia venezuelana foi direcionada para se inserir na nova fase monopolista do capitalismo mundial de forma periférica e dependente¹²³. Foram 37 anos de ditadura em uma aliança cada vez mais sólida com os EUA.

Este perfil era estimulado pela dinâmica econômica já inteiramente subordinada à internacional. A base econômico-social de sustentação deste governo foi uma aliança entre a elite comercial e bancária e o monopólio estrangeiro do petróleo. Foi nesse contexto que, neste período, o capital estrangeiro passou a controlar os recursos petrolíferos da Venezuela, com Gómez permitindo a transferência das outorgas para exploração do petróleo às companhias estrangeiras (ZAVALA, 1988).

A perda de controle nacional sobre os recursos minerais na Venezuela foi simultâneo ao aumento de importância do petróleo como atividade econômica em nível mundial. Pois, se durante a I Guerra Mundial, havia ocorrido uma queda violenta no volume de exportações de gêneros agrícolas, depois de 1929, a crise terminou de sepultar a agricultura de exportação (fundamentalmente da cultura do café) e por consolidar a Venezuela petroleira. A ditadura de Juan Vicente Gómez foi violenta e repressora. Gómez foi nepótico, formando um clã, juntamente com seu irmão, seus primos, tio e filhos. (ZAVALA, 1988). E tudo o que fazia, a julgar por suas palavras, recebia o aval do falecido Bolívar. Assim nos indica o estudo do economista e cientista político Luis Ricardo Dávila, que analisa o discurso do trio "andino" como reivindicando permanentemente a tradição bolivariana:

¹²² ZIEMS (1979) distingue os esforços centralizadores de Cipriano Castro e Juan Vicente Gómez assinalando que o segundo o direciona para uma função política repressiva interna.

¹²³ Um balanço atual e crítico da Teoria da Dependência, a partir da perspectiva da Teoria Marxista da Dependência (desenvolvida originalmente sob a direção do brasileiro Ruy Mauro Marini) pode ser obtida no excelente trabalho de SOTELO (2005).

“este discurso de la continuidad republicana se repite también con Gómez – tienden a establecer una lógica de la equivalencia según la cual se definen relaciones de implicación y continuidad, mutatis mutandis, con las experiencias políticas anteriores. Su discurso no fija rupturas dentro de una tradición política”. (DÁVILA, 1992, p. 53)

Concluído o longo regime de Gómez, começa uma ditadura legalista dirigida por Eleazar López Contreras, entre 1936 e 1941. A ideologia bolivariana de Estado é aprofundada e elevada a fundamento político de sua gestão. A figura do "Libertador" é largamente utilizada em meio a decretos que consagram atos de caráter pró-imperialista, servil ao capital estrangeiro e antioperário de sua gestão, em uma conjuntura de ascensão do fascismo em nível internacional. É neste período que aparecem os “Agrupamentos Cívicos Bolivarianos” (MAZA ZAVALA, 1988), sob os auspícios governamentais, como mais um dos mecanismos de construção de uma memória nacional impulsionada pelo Estado.

O sucessor de Gómez, em seu Plan Trienal, afirma: “lo que es auténticamente nuestro, es el ejemplo de Simón Bolívar... y ese ejemplo debe servirnos de guía para adelantarnos por un camino de republicanismo” (DÁVILA, 1992, p. 52). O discurso de Contreras seria reafirmado pelo próximo presidente, Medina Angarita (1941-1945), em sua mensagem de posse:

"Nuestro actual sistema de Gobierno, el mismo que hemos conservado con valor y cívica entereza desde los campamentos de la Independencia, porque es el más cónsono con nuestra dignidad de pueblo libre, debe mantenerse mientras aliente el último venezolano" (SUÁREZ, 1977, p. 214, apud DÁVILA, 1996, p. 59)

4.5 UM PARTIDO PARTILHANDO O PANTEÓN NACIONAL

Em outubro de 1945, no entanto, observa-se um uso de Bolívar qualitativamente diferente. Uma rebelião cívico-militar desfere um golpe de Estado contra Isaías Medina Angarita, cujo governo se caracterizava por uma transição lenta do *gomecismo* para um projeto de

democracia liberal, com reformas institucionais e administrativas de firme evolução. No contexto internacional da II Guerra Mundial, Angarita foi claramente antifascista e contou com o apoio da burguesia, setores da pequena burguesia e das classes operária e camponesa.

O movimento que se opunha a Angarita, posteriormente denominado de *Octubrista*, foi apoiado por setores urbanos mobilizados e cuja caracterização de classe não está bem analisada na historiografia consultada. Sua primeira medida foi empossar uma junta de sete membros, cinco civis e dois militares, presidida por Rómulo Betancourt, secretário-geral do partido Acción Democrática (AD).

Este partido viria a se constituir na maior instituição eleitoral da Venezuela na segunda metade do século XX. No triênio seguinte, o regime *octubrista* promove uma acelerada alteração da vida política sem incidência, no entanto, nas bases da economia, embora estudos econômicos apontem o aprofundamento das relações de dependência da Venezuela com a economia norte-americana, sobretudo na área do petróleo (ZAVALA, 1988). A diferença agora é que a "*revolução*", nas palavras de Rómulo Betancourt ante a Assembléia Nacional, considerava que "el llamado 'régimen bolivariano' para escarnio de un nombre sagrado a los venezolanos, significó la supervivencia de lo fundamental del 'gomecismo' hasta una década después de la muerte del dictador" (BETANCOURT, 1948, *Apud* Dávila, 1992, p. 63).

Mas era mais do que isso. Agora, sustentava Betancourt em uma de suas mensagens, "o povo, o governo do povo, o partido do povo e o exército do povo" eram "los protagonistas de una etapa de vida nacional singularmente similar a aquella que se inició en el ámbito caraqueño en un mes de julio del siglo XIX" (BETANCOURT, 1948, p. 281), em uma clara referência ao 5 de julho de 1811, dia da Independência da Venezuela. O inefável símbolo bolivariano novamente, só que desta vez para vincular Bolívar a fundação do partido Acción Democrática.

Pela primeira vez na história da Venezuela, desde a morte de Simón Bolívar, um sujeito político, no caso o partido Acción Democrática, era posicionado *ao lado* do Libertador e não a seus pés ou apenas como seu herdeiro, como havia feito Gómez e seus antecessores. Nas palavras do cientista político Luis Ricardo Dávila, estamos em presença simbólica de um governo que se diz revolucionário e dirigido pelos "segundos libertadores". O cordão umbilical com Bolívar segue tão vivo como nos anos das "Cívicas Bolivarianas"; somente que neste momento do regime *octubrista* o mediador é o partido cuja "gesta educadora e integradora" será comparada à "gesta de la independência"(DÁVILA, 1992, p. 64).

O partido AD viria a governar o país em uma aliança com setores liberais de corte democrata-cristão, até finais do século XX¹²⁴. A figura de Bolívar prosseguiu sendo objeto da ideologia de unificação do país durante todo o período em que esses setores se mantiveram no poder. Assim, assistimos ao longo do século XIX até o início da última década do século XX a constituição simultânea das instituições do Estado Nacional, em diferentes fases, e de uma ideologia bolivariana que o legitima.

Recentemente, um processo político que vem gerando uma mobilização inédita da massa populacional de trabalhadores, empregados e desempregados, pobres venezuelanos foi batizada de Revolução Bolivariana¹²⁵. Liderada pelo Presidente Hugo Rafael Chávez Frías, a *Revolución Bolivariana* parece mesclar aspectos da ideologia bolivariana de inspiração roussouniana com os apelos conciliatórios que emanam do Estado. O Presidente Chávez aponta que essa "revolução" é sustentada ideologicamente pelo que ele chama de "árvore das três raízes". A primeira raiz é conformada pelo legado do pensador original, o "rousseau tropical", Simón

¹²⁴ Sobre o período de aliança dos partidos democrata cristão (COPEI) e social democrata (AD) e o chamado Pacto de Punto Fijo ver CANELÓN e GONZALEZ (1998).

¹²⁵ Sobre as origens e o desenrolar das revoltas e mobilizações sociais a partir do episódio que ficou conhecido como "Caracazo" ver LOPEZ-MAYA (1989, 1999 e 2000).

Rodríguez. A segunda raiz se desenvolve através dos componentes atuais dos ideais libertários e "anti imperialistas" representados por Simón Bolívar. A terceira raiz é composta pela herança representada por Ezequiel Zamora e a consigna federalista "tierra y hombres libres" (CHÁVEZ *apud* MUÑOZ, 1998, p. 67-69).

Muito se poderia especular sobre o caráter do atual momento histórico venezuelano¹²⁶. Porém, trata-se de um processo ainda em andamento e cujas contradições estão por receber uma solução e análise que aponte de forma mais clara suas características ideológicas predominantes.

Nesse capítulo, buscamos descrever o desenvolvimento da ideologia bolivariana a partir do Estado, desempenhando funções legitimadoras e unificadoras. Contrariamente ao que nos sugere Damas, o culto *para o povo*, metodologicamente não é portador de um conteúdo mais ou menos falso do que aquele que emana da memória popular. Mas, em sua especificidade, como demonstramos, converte-se em uma ideologia particular marcada pela ênfase na conciliação entre as classes e constantemente sustentada por conflitos que se sobrepõem momentaneamente às contradições sociais que opõem estruturalmente os interesses entre proprietários e não proprietários.

A ideologia bolivariana de Estado funciona, assim, como um recurso unificador frente a conflitos com países estrangeiros, e nesse sentido ganha também a partir do final do século XX, um traço antiimperialista, ou mesmo inversamente, para justificar alianças internacionais. Ainda, é apropriada por regimes de exceção que fazem impor a unidade nacional pela coerção. Essa amplitude programática, digamos assim, com que é utilizada a figura de Bolívar, no entanto, *historicamente, até o presente momento, quando vinculada ao Estado*, é marcado por uma característica comum a todos os tempos de seu desenvolvimento: a necessidade

de unificação nacional, como mecanismo de dominação de classe, através da conciliação entre os pólos que se opõem.

¹²⁶ Expeculações a esse respeito são feitas por PARKER (2001).

CONCLUSÃO

Ao longo desse estudo estivemos buscando identificar os traços que caracterizam a ideologia bolivariana, tomando em conta as apropriações do legado de Simón Bolívar em um período extenso de tempo, especialmente seu comportamento frente a uma situação específica de povo em armas: a Guerra Federal de 1858-1863, que teve lugar na Venezuela.

Preliminarmente à análise das fontes primárias desse episódio bélico, realizamos um estudo do bolivarianismo e suas influências ideológicas. No decorrer dessa análise, que exigiu o contato com uma volumosa bibliografia, dada a monumentalidade não somente da obra de Simón Bolívar mas também a prolixidade com que se escreveu sobre ele, efetuamos uma crítica às abordagens correntes sobre o fenômeno do bolivarianismo. Verificamos uma tendência a subsumir as contradições bolivarianas em uma abordagem que ora é construída pela historiografia clássica, com sua linearidade "heróica", ora pela sociologia da cultura, que o unifica sob o manto de uma "cultura nacional" homogênea, extirpando da experiência social as contradições entre as classes com as quais a ideologia bolivariana mantém relações de co-determinação.

No processo de aproximação com o fenômeno do bolivarianismo, identificamos um aspecto largamente negligenciado, ainda que já apontado anteriormente, do ideário de Simón Bolívar. De uma parte, a influência das concepções de Rousseau sobre sua formação, através dos métodos pedagógicos e dos princípios roussounianos de seu tutor, Simón Rodríguez. De outra parte, e também por associação, as aproximações da experiência de Bolívar com o jacobinismo da Revolução Francesa, suas características e limites ideológicos.

Assim, um dos conteúdos que aporta esse trabalho é a análise do fenômeno ideológico do bolivarianismo em suas aproximações com o jacobinismo. Essa pista, que havia surgido já na leitura dos textos do próprio Simón Bolívar, na fase inicial da pesquisa, converteu-se ao longo da investigação em um indício forte de que o bolivarianismo deve ser colocado como uma das experiências ideológicas herdeiras de Rousseau. Em outras palavras, compõe o quadro de seguidores típicos desse autor, ao lado dos radicais pequeno-burgueses de tipo jacobino, jeffersoniano ou mazziniano, apontados por Hobsbawm.

Como nos disse o historiador inglês, os seguidores de Rousseau acreditavam que "o homem nasce livre, mas em todas as partes do mundo se encontra acorrentado", eram adeptos da democracia contra a oligarquia, do "homem natural", simples, não entregue às falsificações do dinheiro e da educação, do "sentimento" contra o "cálculo frio do lucro". Uma espécie de iluminismo romântico, que associa de forma inédita a razão com a paixão pelas virtudes e pela glória, sem cair na tentação regressiva do elogio ao modo de vida feudal.

Como vimos, a figura de Bolívar que é construída segundo os documentos do período da Guerra Federal associa-se com um patriotismo radical, como uma relação afetiva de pertencimento nacional e de deveres para com a pátria. É, também, apropriado como método de ação revolucionária intransigente, que leva a luta política até a morte. Faz isso mediante apelos patrióticos marcados pelo voluntarismo romântico, assumindo a partir daí, traços de elevação moral que convertem a ideologia bolivariana em uma espécie de "escola de moral e amor à pátria", depositária de autoridade de censura.

Em outras palavras, em vez de compreendermos o *bolivarianismo* como um fenômeno puramente cultural e unânime, como faz Damas, ou estritamente político e controverso, conforme sugerido por Harwick, passaríamos a analisá-lo como uma ideologia

específica, contraditória em sua unidade e "singularmente equilibrada entre a progressiva e a antiprogrediva", tal como sugere Hobsbawm ao analisar os seguidores de Rousseau. Essa abordagem é, ao menos, a única que nos instrumentaliza de forma suficientemente consistente para analisar a forma como se articulam intimamente o bolivarianismo e o socialismo utópico, outra vertente herdeira de Rousseau, no seio da Guerra Federal, especialmente entre o grupo mais próximo de Ezequiel Zamora. Esta articulação demonstrou-se extremamente eficiente do ponto de vista ideológico (consciência social prática) se considerarmos os altos níveis de mobilização social da Guerra Federal e seu caráter radical, armado.

Uma segunda contribuição da pesquisa é a identificação de uma conspiração de grande envergadura, envolvendo os principais chefes civis e militares venezuelanos e colombianos, que vinha sendo articulada ao menos desde 1861. Os documentos publicados em território venezuelano, bogotano e panamenho, em prol da restauração da *Gran Colombia*, nunca haviam sido analisados pela historiografia e carregam uma novidade histórica cujo aprofundamento dependerá de futuras investigações.

A afirmação da necessidade de reunificação desses territórios em torno do projeto Gran Colombiano havia sido não somente o objeto da última proclama de Bolívar, como o General indicado por ele para levar adiante essa tarefa, Rafael Urdaneta, era o Chefe do Estado Maior da Federação, apenas subordinado a Juan Crisóstomo Falcón e a Ezequiel Zamora. Eis um vínculo orgânico e programático entre o ideário bolivariano e a Guerra Federal que era até então desconhecido. O programa explícito da Guerra Federal, anunciado por Maza Zavala e por Brito Figueroa, em momento algum menciona esse projeto unificador. Ele foi mantido em sigilo durante todo o período da Guerra, como os próprios documentos analisados atestam claramente.

Assim, entre os principais resultados da pesquisa bibliográfica e empírica destacamos a caracterização da ideologia bolivariana como uma forma de consciência social

"romântico revolucionária", portadora de contradições e de uma lógica interna que a coloca entre as ideologias herdeiras do pensamento de Rousseau. Além disso, a pesquisa aporta aos historiadores fortes indícios da presença de uma memória bolivariana atuando sobre as consciências dos sujeitos sociais da Guerra Federal. Identificamos um proto-bolivarianismo que se expressou através de um sentimento patriótico e de um estilo romântico de realizar a ação política e armada e, o que é ainda mais importante, um plano em estágio avançado (ainda que frustrado) de restauração do projeto bolivariano da Gran Colombia levado a cabo pelos principais líderes federalistas.

O impacto ideológico da Guerra Federal e de sua solução conciliatória sobre a sociedade venezuelana parece ficar ainda mais claro quando analisamos o período posterior ao evento bélico. Se, por um lado, é verdadeiro que mesmo em vida Bolívar havia sido consagrado como "Libertador", não é menos importante o fato de que somente a partir de meados da década de 1870 (nos anos posteriores à Guerra Federal) surge uma apropriação do legado de Bolívar que, embora compartilhe o sentido patriótico já verificado anteriormente, lhe confere contornos qualitativamente diversos.

Predomina, a partir de então, a figura de Bolívar como "Pai da Pátria", como um referente óbvio, sobre o qual não é mais necessário deter-se para reivindicar-lhe essa ou aquela qualidade. A figura de Bolívar converte-se em um eco presentemente repetido, porém cada vez mais despido de periculosidade para a ordem vigente. Emerge um Bolívar descarnado, uma efígie reverenciada como se, figurativamente, se tratasse de, pela repetição, arrancar-lhe todo o poder efetivo. É o "Pai da Pátria", portador das qualidades unificadoras para harmonizar os conflitos entre seus "filhos" e para atender às exigências de construção do Estado nacional como instituição inquestionável da organização social segundo os preceitos republicanos, liberais, do capital.

Dessa forma, se o legado de Bolívar, com seus decretos abolicionistas, havia servido de justificativa para os levantes de escravos em todo o período pós-independência e para alavancar com seu patriotismo e romantismo exaltado as ações armadas do *Ejército del Pueblo Soberano*, também foi usado como canal para facilitar a interlocução da oligarquia caraquenha com os escravos no momento em que explode o conflito federal. Foi, a um só tempo, estímulo à batalha e recurso ideológico de conciliação de classe, tal qual também acabaram convertendo-se seus congêneres descendentes de Rousseau frente a situações concretas de suas épocas.

Finalmente, esse estudo também ofereceu alguns indícios sobre as articulações da memória com a ideologia, como consciência social prática. Ou seja, há uma indicação no conjunto da bibliografia e fontes analisadas que sugere uma compreensão da ideologia bolivariana como atividade de recordação e esquecimento realizada em um presente vigente, porém cujo processo seletivo se define, em última instância, segundo disputas em torno de projetos de futuro. Assim, a memória operou em nosso estudo como um componente ideológico sempre que recordar ou esquecer se associou diretamente com uma ação concreta no presente tendo em vista um projeto de futuro.

Nesse sentido, auxiliam-nos as reflexões de Portelli sobre as relações entre memória e ideologia. O historiador italiano considera a memória como uma experiência múltipla, fragmentada, internamente dividida e sempre mediada ideológica e culturalmente. Em outras palavras, não há uma memória pura, mais legítima, e outra oficial ou ideológica, que oprima ou destrua a primeira. Assim, os mitos religiosos e políticos, cuja principal função ideológica é a conciliação social, participam da constituição da memória ao longo do tempo. Nessa medida, é interessante apontar para um estudo futuro, uma questão: como a memória bolivariana, de alguma forma, poderia vir a estruturar novas recordações ou "expectativas retroativas" que a sociedade

venezuelana possa produzir com base nos enquadramentos que a figura de Bolívar sugere, tais como a "bravura" e o "sacrifício"?

Antes de concluir, no entanto, gostaríamos de salientar que a associação do bolivarianismo com o socialismo utópico conformou um amálgama ideológico de grande poder mobilizatório para setores importantes dos camponeses pobres com armas nas mãos. Nesse sentido, a desarticulação da liderança radical, com o assassinato de Zamora entre outros fatos, contribuiu tanto quanto os limites de classe da ideologia bolivariana para a frustração das aspirações igualitárias articuladas pelos camponeses pobres no desfecho da Guerra Federal.

Dessa maneira, os fatos e indícios recolhidos pela pesquisa nos permitem afirmar que, na experiência da Guerra Federal, assistimos a tragédia dos limites ideológicos de um ideário bolivariano articulado com o socialismo utópico, ambos marcados pelo radicalismo pequeno-burguês. As derrotas, sintetizada pelas mortes trágicas de Bolívar e Zamora, são representativas também dos limites ideológicos dessas vertentes. Suas insuficiências, do ponto de vista da emancipação social dos trabalhadores, são, na verdade, o que configuram a farsa em que se constituíram os resultados da Guerra Federal, de um conflito de caráter igualitário em um projeto partidário que viria a reforçar o poder oligárquico em vez de destruí-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 ORIGINAIS DE BOLÍVAR E BIOGRAFIAS

AGUIRRE, Indalecio Liévano. **Bolívar**. Ediciones de la Presidencia de la República y de la Academia Nacional de la Historia. Caracas, 1988.

BOLÍVAR, Simón. **Escritos del Libertador**. Sociedad Bolivariana de Venezuela. Caracas, 1997. 27 Tomos.

BOLÍVAR, Simón. **Cartas del Libertador**. Banco de Venezuela e Fundación Vicente Lecuna. Caracas, 1964. 8 Tomos.

BOLÍVAR, Simón. **Discursos y Proclamas**. Casa Editorial Garnier Hermanos. París, s/d.

BOLÍVAR, Simón. **Escritos Fundamentales**. Monte Ávila Editores. Caracas, 1997.

DE LA CROIX, Peru. **Diario de Bucaramanga**. Ediciones el Centauro. Caracas, 2003.

LARRAZÁBAL, Felipe. **Simón Bolívar, Vida y Escritos del Libertador**. Ediciones de la Presidencia de la República, Caracas, 2001. 3 Tomos.

LUDWIG, Emil. **Bolívar, Cavaleiro da Glória e da Liberdade**. Edição da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1943.

MADARIAGA, Salvador. **Bolívar**. Editorial Sudamericana. Buenos Aires, 1959. 2 Tomos.

MARX, Karl. **Bolívar y Ponte** In MARX, Karl e ENGELS, Fredrich. Contribuição para uma História da América Latina. Edições Populares. São Paulo, 1982.

MIJARES, Augusto. **El Libertador**. Academia Nacional de Historia y Ediciones de la Presidencia de la República. Caracas, 1987.

ROZOS, Alberto Prieto. **Bolívar y la Revolución en su época**. Editorial Pueblo y Educación, La Habana, 1990.

SAIGNES, Miguel Acosta. **Bolívar: acción y utopia del hombre de las dificultades**. Universidad Central de Caracas, Ediciones de la Biblioteca. Caracas, 1997.

2 SOBRE SIMÓN BOLÍVAR

ALBERDI, Juan Bautista. **Simón Bolívar**. Edición Biblioteca Ayacucho. Caracas, 1983.

AROSEMENA, Justo. **Proyecto de Tratado para Fundar una Liga Sudamericana**. In: ZEA, Leopoldo, Fuentes de la Cultura Latinoamericana. Fondo de Cultura Económica. México, 1993. Tomo II, pp. 340-48.

ASTURIAS, Miguel Angel. **Bolívar**. Homenaje en el sesquicentenario de su fallecimiento. 1830 -17 de diciembre - 1980. In: Ediciones de las Américas. Secretaría General Organización de los Estados Americanos - OEA, Ediciones Desde Abajo, Bogotá, 1980.

BRICENÑO-IRAGORRI, Mário. **Preparatorio para las pompas de Bolívar**. Edición Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1983.

CANCINO, Francisco Cuevas. **Bolívar Militar. Ensayo preliminar**. Homenaje en el sesquicentenario de su fallecimiento. 1830 -17 de diciembre - 1980. In: Ediciones de las Américas. Secretaría General Organización de los Estados Americanos, Ediciones Desde Abajo, Bogotá 1980.

CARRERA-DAMAS, German. **El Culto a Bolívar**. Instituto de Antropología e historia. Universidad Central de Venezuela. Caracas, 1969.

DE LA CRUZ, Ernesto. **La entrevista de Guayaquil**. Edición Biblioteca Ayacucho. Caracas, 1983.

FILLIPI, Alberto. **Bolívar en Itália**. In: BASTARDO, Salcedo. Bolívar: Vida e Pensamento Político. Introdução à edição italiana de 1983.

FILLIPI, Alberto. **El Libertador en la Historia italiana: Ilustración, "Risorgimento", Facismo**. Academia Nacional de la Historia. Caracas, 1987.

HARWICK, Nikita. **Un héroe para todas las causas: Bolívar en la Historiografía**. Conferência proferida em 29 de outubro de 2002, na Universidade de Paderborn, Alemanha.

L. MENDOZA. **Prólogo**. In ESCRITOS DEL LIBERTADOR. Sociedad Bolivariana de Venezuela, Caracas, 1967. Tomo I.

LANZ, Laureano Vallenilla Lanz. **Cesarismo democrático**. Monte Ávila Editores, Caracas, 1990.

MARQUEZ, Gabriel García. **O General em seu Labirinto**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1989.

MARTÍ, José. **Simón Bolívar**. Edición Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1983.

MARTÍ, José. **Discursos**. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1974.

MATOS ROMERO, Manuel. **Aclarado el Secreto de la Entrevista de Guayaquil entre Bolívar y San Martín**. Boletín de la Academia de Historia del Estado Zulia, Maracaibo, Septiembre-1984.

OJEDA AVELLANEDA, Ana Cecilia. **El mito bolivariano en la literatura latinoamericana, aproximaciones**. Ediciones Universidad Industrial de Santander, Bucaramanga, 2002.

PINTO, Manuel. **Bolívar y las Masas**. Sociedad Bolivariana de Venezuela, Caracas, s/ data.

PRIETO-FIGUEROA, Luis B. **El Magisterio Americano de Bolívar**. Universidad Pedagógica Experimental Libertador, Caracas, 2002.

RODÓ, José Enrique. **Bolívar**. Edición Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1983.

ROIG, Arturo. **Los ideales bolivarianos y la propuesta de una universidad latino-americana continental**. In: ZEA, Leopoldo. Fuentes de la Cultura Latinoamericana. Fondo de Cultura Económica, México, 1993. Tomo I, pp. 67-80.

ROJAS, Armando. **Ideas Educativas de Simón Bolívar**. Monte Ávila Editores Latinoamericana, Caracas, 1996.

RODRÍGUEZ, Simón. **El Libertador del Mediodía de América y sus compañeros de armas defendidos por un amigo de la causa social**. In: RODRÍGUEZ, Simón. Obras Completas. Ediciones de la Presidencia de la República de Venezuela, Caracas, 2001. Tomo II, pp.190-373.

RUMAZO-GONZÁLEZ, Afonso. **Estudio Introdutor. El Pensamiento Educador de Simón Rodríguez**. In: RODRÍGUEZ, Simón. OBRA COMPLETA, Ediciones de la Presidencia de la República, Caracas, 2001, Tomo I.

SALCEDO-BASTARDO, José Luis. **Visión y Revisión de Bolívar**. Imprenta López, Buenos Aires, 1957.

SALCEDO-BASTARDO, José Luis. **Bolívar**, Vida e Pensamiento Político, 1983.

SALCEDO-BASTARDO. **Bolívar y cinco relaciones difíciles. Miranda, Piar, Santander, Páez y San Martín**. Boletín de la Academia Nacional de la Historia, no. 263, Caracas, jul-sep 1983.

SANDINO, Augusto Cesar. **Plan de realización del sueño de Bolívar**. In: ZEA, Leopoldo. Fuentes de la Cultura Latinoamericana (compilador). Fondo de Cultura Económica, México, 1993. Tomo II. pp. 437-453.

SANDOVAL, Joaquim. **El Libertador en la batalla de Ibarra**. In: Homenaje en el sesquicentenario de su fallecimiento. 1830 -17 de diciembre - 1980. Ediciones de las Américas. Secretaría General Organización de los Estados Americanos. Bogotá, Ediciones Desde Abajo, 1980.

SCORON, Pedro. **"Notas"**. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Contribuição para uma História da América Latina. Edições Populares, São Paulo, 1982.

SOCIEDAD BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Declaración de la Academia Nacional de la Historia sobre el “Bolívar del Señor Madariaga”**. Boletín de la Academia Nacional de la Historia, vol XXXIV, n 135. Caracas, 1951.

STOETZER, O. Carlos. **Bolívar y el Poder Moral**. Fordham University. Nueva York, EE. UU. Revista de Historia de América, n 95. enero – junio 1982.

TAVERA- ACOSTA. B. **Anales de Guayana**. Caracas, 1954.

TEJERA, Humberto. **Bolívar, Guía Democrática América**. México, 1944.

TORO-HARDY. **Ideario Político-social de Bolívar desde su juramento en Roma hasta el manifiesto de Cartagena**. Instituto de Estudios Bolivarianos de la Universidad Católica Andrés Bello. Premio Oscar García-Uslar. Caracas, 1964

TORRES CAICEDO, José María. **Unión Latino-Americana, pensamiento de Bolívar para formar una liga americana: su origen y sus desarrollos**. Paris, 1865

UNAMUNDO, Miguel de. **Don Quijote Bolívar**. Edición Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1983.

URIBE, Miguel Ángel Builes. **Una Biografía de Bolívar escrita por Karl Marx: análisis crítico de sus fuentes**. Boletim da História y Antigüedades da Academia Colombiana de Historia. Vol XC, n° 820, 2003.

URRUTÍA, Francisco José. **El ideal internacional de Bolívar**. Edición Biblioteca Ayacucho. Caracas, 1983.

VASCONCELOS, José. **La raza cósmica**. In: VASCONCELOS, José. Obras Completas. Libreros Mexicanos, México, 1958. 2 Tomos.

VERNA, Paul. **Bolívar "El Haitiano"**: Revolucionario integral y libertador social. Revista nacional de la Cultura, n° 250, Caracas, 1983.

ZEA, Leopoldo (org.). **Presentación**. Fuentes de la cultura latinoamericana. Fondo de Cultura Económica, México, 1993. 3 Tomos.

3 HISTORIA E TEORIA

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. Edições Afrontamento. Porto, 1984.

BETANCOURT, Romulo. **Trayectoria democrática de una Revolución. Discursos y Conferencias pronunciados en Venezuela durante el ejercicio de la Presidencia de la J. R. G. de los E. U. de Venezuela**. Imprenta Nacional, Caracas, 1948.

BETHELL, Leslie. **A espanha dos boubons e seu império americano**. Coleção América Latina Colonial. Edusp, São Paulo, 1997.

BIBLIOTECA DEL PENSAMIENTO VENEZOLANO. **Las Razones del Héroe**. Monte Ávila Editores, Caracas, 1990.

BRITO FIGUEROA, Federico. **La estructura económica de Venezuela colonial**. Caracas. Universidad Central de Venezuela. Ediciones de la Biblioteca, Caracas, 1996 A.

BRITO FIGUEROA, Federico. **El Problema Tierra y Esclavos en la Historia de Venezuela**. Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1996 B.

BRITO FIGUEROA, Federico. **Tiempo de Ezquiel Zamora**. Caracas, 1996 C.

BRITO FIGUEROA, Federico. **Historia Económica y Social de Venezuela**. Ediciones de la Biblioteca. Universidad Central de Venezuela, 2002. Tomos III e IV.

BOURDIEU, Pierre. **A Ilusão Biográfica**. In: AMADO e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CABALLERO, Manuel. **De la pequeña Venecia a la Gran Venezuela**. Monte Ávila Editores e Universidad Central de Venezuela. Caracas, 1997.

CANELÓN, Fidel, GONZÁLEZ, Franklin. **El modelo político Puntofijista**. Desarrollo, agotamiento y perspectiva. Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura, Caracas, Vol. IV, n.1 ene-jun. 1998, pp. 11-42.

CARRERO, Manuel. **Cipriano Castro: el imperialismo y la soberanía nacional venezolana: 1895-1908**. Biblioteca de Autores e Temas Tachirenses Imprenta Nacional, Caracas, 2000.

CARLYLE, Thomas. **Os Heróis**. Edições Melhoramentos, São Paulo, 1957.

CARMAGNANI, Marcello. **"Conclusão"**. In: CARMAGNANI, Marcello (org). Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina. Fondo de Cultura Económica, México, 1996.

CASTRO LEIVA, Luis. **De la Patria Boba a la Teología Bolivariana**. Ensayos de historia intelectual. Monte Avila Editores, Caracas, 1991.

CUEVA, Agustín. **El Desarrollo del Capitalismo en América Latina**. Ensayo de interpretación histórica. Siglo Veintiuno Editores, 4ª Edición en español, México.1980.

D'ÁVILA, Luis Ricardo. **Imaginario Político Venezolano**. Colección Trópicos. Alfa Ediciones Publiandina, Caracas, 1992.

GALVÁN, E. Tierno. **Babeuf y los Iguales**. Un episodio del socialismo premarxista. Editorial Tecnos, Madrid, 1967.

GARRIDO, Alberto. **La Historia Secreta de la Revolución Bolivariana**. Caracas, Editorial Miro, 2000.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. **A crise do sistema colonial e o processo de independência.** In: WASSERMAN, Cláudia (coord.). História da América Latina: Cinco Séculos (temas e problemas). Ed. da Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 1996.

GOTT, Richard. **A la sombra del Libertador.** Hugo Chávez Frías y la transformación de Venezuela. Imprenta Nacional de la República Bolivariana de Venezuela, Caracas, 2002.

HARVEY, David. **The New Imperialism.** Oxford University Press, New York, 2003.

HAWBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Editorial Vértice, São Paulo, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa: Dois séculos revêem a Revolução Francesa.** Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções, 1789-1848.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade.** Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1990.

JONES, Gareth Stedman. **Socialismo Utópico.** In: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2001.

KALFON, Pierre. Che. Ernesto Guevara, una Leyenda de Nuestro Siglo. Plaza y Jánés Editores. Barcelona, 1998.

KAPLAN, Marcos. A Formação do Estado Nacional. Editora Eldorado, 1974.

KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia.** Companhia das Letras, São Paulo, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado, para una semántica de los tiempos históricos.** Ediciones Paidós, 1993.

LAS HERAS et al (1997). **Una revisión del discurso político desde Cipriano Castro hasta Jaime Lusinchi.** Fundación Carlos Eduardo Frías.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia.** In: AMADO e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Usos e Abusos da História Oral. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

LORIGA, Sabina. **A biografia como problema.** In: AMADO e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Usos e Abusos da História Oral. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

LÓPEZ MAYA, Margarita, CALCAÑO, L. Gómez, MAINGNÓN, Thaís. **Desarrollo y hegemonía de la sociedad venezolana. 1958-1985.** *In:* De punto fijo al Pacto Social. Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, Caracas, 1989.

LÓPEZ MAYA, Margarita. Venezuela. **La rebelión popular del 27 de febrero de 1989. Resistencia a la modernidad?** Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Caracas, Vol. 5, n.2-3, pp.177-199, 1999.

LÓPEZ MAYA, Margarita, LANDER, Luis. E. **Ajustes, costos sociales y agenda de los pobres en Venezuela: 1984-1998.** Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Vol. 6, n.3, sep-dic. 2000, pp. 185-206.

LOWY, Michel. **Romantismo e Messianismo.** Editora Perspectiva, Edusp, São Paulo 1990.

LUCE, Mathias Seibel. **O novo imperialismo e os corretivos do capital.** Margem Esquerda - Ensaio Marxistas, n. 6. São Paulo, Boitempo Editorial, 2005.

THOMPSON, Alistar; FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais.** *In:* AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org), Usos e Abusos da História Oral. Ed. FGV, Rio de Janeiro, 1996.

MATO, D. **Teoría política de la construcción de identidades y diferencias en América Latina y el Caribe.** Editora Nueva Sociedad, Caracas, 1994.

MAGDOFF, Harry. **Imperialismo: da era colonial ao presente.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

MARIUS, André. **Emilio y su preceptor.** *In:* GRASES, Pedro (org). Simón Rodríguez - Escritos sobre su vida y su obra. Consejo Municipal de Caracas, 1954.

MAZA ZAVALA, D. F. **História de Meio Século na Venezuela: 1926- 1975.** *In:* CASANOVA, Pablo González (org). América Latina: história de meio século. Coleção pensamento latino-americano e caribenho. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Edições Avante. Lisboa, 1981.

MARX, Karl. **El dieciocho brumario de Luís Bonaparte.** Biblioteca del Pueblo. Imprenta Nacional de Cuba, 1962.

MIRANDA, Francisco. **Bosquejo de Gobierno Provisorio.** *In:* ROMERO, José Luiz e ROMERO, Luis Alberto. Pensamiento Político de la Emancipación. Biblioteca Ayacucho. Caracas, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social, ensaios de negação e afirmação.** Editora Ensaio, São Paulo, 1993.

- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2002.
- NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares**. Projeto História. Educ, Editora da PUC São Paulo, n.º 10, dez 1993, pp. 7-28.
- OSÓRIO, Helen. **Estruturas socioeconômicas coloniais**. In: História da América Latina: Cinco Séculos. (Org. WASSERMAN, Cláudia). Editora da Universidade. UFRGS, Porto Alegre, 1996.
- PARKER, Dick. **El chavismo: populismo radical y potencial revolucionario**. Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Vol. 7, n.1, ene-abr. 2001, pp.13-44.
- PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Val do Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum**. In: AMADO e FERREIRA, Marieta de Moraes (org). Usos e Abusos da História Oral. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.
- POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 5. N. 10. 1992, p 209-212.
- PROUST, Marcel. **Em busca do tempo perdido - O tempo redescoberto**. Globo, São Paulo, 2001.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação**. Editora Martins Fontes. São Paulo, 1995.
- SOTELO, Adrián Valencia. **América Latina de crisis y paradigmas. La teoria da dependencia en siglo XXI**. Plaza y Valdez Editores, México, 2005.
- TOLSTOI, León. **Guerra e Paz**. Editora Globo, Porto Alegre, 1957.
- VILLAVERDE, Maria Jose. **Rousseau y el pensamiento de las luces**. Editorial Tecnos, Madrid, 1987.
- STEIN, Stanley J e STEIN, Bárbara H. **A herança colonial da América Latina**. Paz e Terra, 1983.
- USLAR PIETRI, Juan. **Historia de la rebelión popular de 1814**. Edime, Madrid, 1972.
- VARGAS, Francisco Alejandro. **Los simbolos sagrados de la nación venezolana**. Ediciones Centauro, Caracas, 1981.
- VILLANUEVA, LAUREANO. **Vida del Valiente Ciudadano General Ezequiel Zamora**. Monte Avila Editores, Caracas, 1992. 3 Tomos.
- WEINBERG, Albert K. **Destino Manifesto**. El expansionismo nacionalista en la historia americana. Biblioteca de Historia Paidós. Buenos Aires, 1968.

WASSERMAN, Cláudia. **A manutenção das oligarquias no poder: as transformações econômico-políticas e a permanência dos privilégios sociais.** *In:* Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre, PUCRS, v XXIV, n.2, p. 51-70, dezembro de 1998.

WASSERMAN, Cláudia. **A formação dos Estados Nacionais na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países.** *In:* WASSERMAN, Cláudia (org.). História da América Latina: Cinco Séculos. Editora da Universidade/UFRGS, Porto Alegre, 1996.

ZIEMS, Angel. **El Gomecismo y la Formación del Ejército Nacional.** Editorial Ateneo de Caracas, Caracas, 1979.

4 HINOS E CANÇÕES

HINO NACIONAL VENEZOLANO. **Glória al Bravo Pueblo.** Composição de Vicente Salías (1810) e música de Juan José de Landaeta (1811).

HINO DA GUERRA FEDERAL. Oligarcas Temnblat. *In* BRITO-FIGUEROA. Tiempo de Ezequiel Zamora. Universidad Central de Venezuela, Caracas, 1987.

MILANEZ, Pablo (Cuba). **Canción por la unidad latinoamericana.**

PRIMERA, Ali (Venezuelano). **El Sangueo para el regreso.** Álbum 'Al Pueblo lo que es de César'. Venezuela, 1981.

_____. **Canción Bolivariana.** Álbum 'Abrebrecha', Venezuela, 1980.

_____. **La Guerra del Petróleo.** Álbum 'La Pátria es el Hombre'. Venezuela, 1979.

_____. **La Tonada de Simón.** Álbum 'Con el Sol A Medio Cielo'. Veneuela, 1982.

RAMÓN Y RIVERA, Luis Felipe. **Nuestra Historia en el Folcklore.** Monte Ávila Editores. Caracas, 1982.

5 FONTES DE ARQUIVOS

5.1 COLECCIÓN HOJAS SUELTAS DE LA GUERRA FEDERAL. Archivos de la Biblioteca Nacional de Venezuela (BN). Sala de Libros Raros (SLR). Rolo 1850-1859. Microfilm:

5.1.1 PICÓN, Juan de Dios. **"Conciudanos"**. Mérida, Mayo, 14 de 1858.

5.1.2 Vecinos de la ciudad de Barinas. **"A La Nación"**. Barinas, Marzo, 21 de 1858.

5.1.3 SISO, Lúcio. **"Gobernador de la provincia de Caracas, a sus habitantes"**. Caracas, Marzo, 23 de 1858.

5. 2 COLECCIÓN HOJAS SUELTAS DE LA GUERRA FEDERAL. Archivos de la Biblioteca Nacional de Venezuela (BN). Sala de Libros Raros (SLR). Rolo 1860-1879. Microfilm:

- 5.2.1 BREA, Ignacio Antonio. "**Primer Comandante del Ejército Federal y Jefe de la Columna 'Aranguren', a la columna a mi mando**". Mérida, Agosto, 14 de 1860.
- 5.2.2 BRUZUAL, Manuel E. "**Federación Venezolana**". Buchinavaca, Diciembre, 28 de 1862.
- 5.2.3 ARISMENDI, J. L. "**A la división auxiliar**". Guanare, Abril, 5 de 1863.
- 5.2.4 LA DIVISIÓN VICTORIA. "**Federación Venezolana, al ciudadano General José L. Arismendi, segundo jefe del ejército expedicionario sobre el centro**". Cuartel Divisionario en el Morro de Valencia á los 25 del mês de Junio de 1863.
- 5.2.5 GONZÁLEZ, V. "**Despedida**". Caracas, Marzo, 2 de 1861.
- 5.2.6 [Anónimo]. "**Proclama**". Cartagena, Febrero, 13 de 1852.
- 5.2.7 IMPRENTA DE JUAN DE DIÓS PICÓN. "**Nueva Granada y Venezuela**". Mérida, septiembre de 1862.
- 5.2.8 [Extrato]. "**Colombia**". Bogotá, Junio, 24 de 1862.

3 NAVARRO, Emilio. "**La Guerra Federal 1859 a 1863**". Talleres Avila Artes. Caracas, 1976.